



EDITORA IN VIVO

# O LEGADO DO PROJETO SÃO JOSÉ

PARA O DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL NO CEARÁ

Moacir de Souza Júnior

**O LEGADO DO PROJETO SÃO JOSÉ PARA O  
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO CEARÁ**

**AUTOR  
MOACIR DE SOUZA JÚNIOR**



EDITORA IN VIVO

2026

2026 by Editora In Vivo  
Copyright © Editora In Vivo  
Copyright do Texto © 2026 O autor  
Copyright da Edição © 2026 Editora In Vivo



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo desta obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

#### **Editor Chefe**

Dr. Everton Nogueira Silva

#### **Editora Executiva**

Profa. Dra. Juliana Paula Martins Alves

#### **Editor Adjunto**

Dr. Luís de França Camboim Neto

### **1 CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

- Dr. Aderson Martins Viana Neto
- Dra. Ana Paula Bezerra de Araújo
- Dr. Arinaldo Pereira da Silva
- Dr. Aureliano de Albuquerque Ribeiro
- Dr. Cristian Epifanio de Toledo
- MSc. Edson Rômulo de Sousa Santos
- Dra. Elivânia Maria Sousa Nascimento
- Dr. Fágner Cavalcante P. dos Santos
- MSc. Fernanda Beatriz Pereira Cavalcanti
- Dra. Filomena Nádia Rodrigues Bezerra
- Dr. José Bruno Rego de Mesquita
- Dr. Kleiton Rocha Saraiva
- Dra. Lina Raquel Santos Araújo
- Dr. Luiz Carlos Guerreiro Chaves

### **4 CIÊNCIAS HUMANAS**

- Dra. Alexsandra Maria Sousa Silva
- Dr. Francisco Brandão Aguiar
- MSc. Julyana Alves Sales
- Dra. Solange Pereira do Nascimento

### **5 CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

- Dr. Cícero Francisco de Lima
- MSc. Erivelton de Souza Nunes
- DR. Janaildo Soares de Sousa
- MSc. Karine Moreira Gomes Sales
- Dra. Maria de Jesus Gomes de Lima
- MSc. Maria Rosa Dionísio Almeida
- MSc. Marisa Guilherme da Frota
- Msc. Silvia Patrícia da Silva Duarte
- MSc. Tássia Roberta Mota da Silva Castro

### **6 CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA**

- MSc. Francisco Odécio Sales
- Dra. Irvila Ricarte de Oliveira Maia
- Dra. Cleoni Virginio da Silveira

### **7 ENGENHARIAS**

<p>- Dr. Luís de França Camboim Neto</p> <p>- MSc. Maria Emília Bezerra de Araújo</p> <p>- MSc. Yuri Lopes Silva</p> <p><b>2 CIÊNCIAS BIOLÓGICAS</b></p> <p>- Dra. Antônia Moemia Lúcia Rodrigues Portela</p> <p>- Dr. David Silva Nogueira</p> <p>- Dr. Diego Lisboa Rios</p> <p><b>3 CIÊNCIAS DA SAÚDE</b></p> <p>- Dra. Ana Luiza Malhado Cazaux de Souza Velho</p> <p>- Msc. Cibelle Mara Pereira de Freitas</p> <p>- MSc. Fabio José Antônio da Silva</p> <p>- Dr. Isaac Neto Goes Silva</p> <p>- Dra. Maria Verônyca Coelho Melo</p> <p>- Dra. Paula Bittencourt Vago</p> <p>- MSc. Paulo Abílio Varella Lisboa</p> <p>- Dra. Vanessa Porto Machado</p> <p>- Dr. Victor Hugo Vieira Rodrigues</p>	<p>- MSc. Amâncio da Cruz Filgueira Filho</p> <p>- MSc. Eduarda Maria Farias Silva</p> <p>- MSc. Gilberto Alves da Silva Neto</p> <p>- Dr. João Marcus Pereira Lima e Silva</p> <p>- MSc. Ricardo Leandro Santos Araújo</p> <p>- MSc. Saulo Henrique dos Santos Esteves</p> <p><b>9 LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES.</b></p> <p>- MSc. Kamila Freire de Oliveira</p>
---	--

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

S719g Souza Júnior, Moacir de.

O legado do projeto São José para o desenvolvimento rural sustentável no Ceará. / Moacir de Souza Júnior. Fortaleza: Editora In Vivo, 2026.

144 p.

Inclui referências.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-87959-93-1

DOI: 10.47242/978-65-87959-93-1

1. Desenvolvimento rural – Ceará. 2. Sustentabilidade – Ceará. 3. Políticas públicas – Ceará. 4. Agricultura familiar – Ceará. 5. Projeto São José.

CDD 338.1

Denise Marques Rodrigues – Bibliotecária – CRB-3/CE-001564/O

**A minha mãe e família por todo o incentivo.**

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por iluminar e guiar meu caminhar ao longo da minha vida cheia de percalços, que sempre foram vividos com intensidade, apesar de momentos de dor.

Ao meu coordenador do Projeto São José (PSJ), Prof. Dr. Lafaete Almeida de Oliveira Mesquita, por todo o apoio no caminhar dessa jornada e apostar nas minhas habilidades e talento.

À gerente institucional do PSJ, Sr.<sup>a</sup> Ana Karina Holanda Cavalcante, pelos momentos de escuta e pela presteza em contribuir de forma efetiva para o meu estudo.

Ao Sr. Frederico Marques Rebouças da Costa, gerente da área de planejamento, monitoramento e avaliação, pela disponibilidade em contribuir com seu conhecimento para uma maior eficácia na elaboração do questionário que foi aplicado à população pesquisada.

Aos técnicos da Componente 1 do PSJ, Srs. Olímpio Ferreira de Queiroga Neto e Raimundo José Reis Félix, por colaborarem de forma expressiva junto as associações/cooperativas para a efetivação das respostas através do questionário, o meu muito obrigado.

Aos técnicos da Componente 2, Srs. Jacineudo Falcão de Oliveira e Valderéz Carlos da Silva, por terem ido a campo e realizado entrevistas diretamente com a(o)s beneficiária(o)s, sem a intervenção de vocês, este trabalho não teria ocorrido.

As técnicas da Assessoria Social (Ageso), Ana Cristina Nascimento, Leilane Oliveira e Ana Edmara Cipriano, por contribuírem com informações sociais que fizeram o trabalho ganhar robustez, minha gratidão.

Ao meu supervisor nessa caminhada de construção do conhecimento, Prof. Dr. Filipe Augusto Xavier Lima, pela sua orientação, presteza e confiabilidade na nossa parceria, minha eterna gratidão e reconhecimento.

E, por fim, as associações/cooperativas, através dos seus representantes e a(o)s beneficiária(o)s da Componente 2 – Sistema de Abastecimento de Água, meu muito obrigado por participarem de forma significativa para a realização deste estudo.

Um agradecimento especial a todos aqueles que compõem o Projeto São José, cada um de vocês é parte deste estudo, no qual se fez e faz parte de um processo coletivo em busca de um Ceará que se projeta dentro de um cenário nacional com futuro promissor.

## RESUMO

O estudo que trata do relatório final de Pós-Doutorado teve início no mês de agosto de 2022, no Programa de Pós-Graduação em Economia Rural (PPGER) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Foi proposto, para o período de um ano, um plano de trabalho que abrangesse uma pesquisa de caráter empírico em 02 (dois) projetos desenvolvidos pelo Projeto São José (PSJ), sendo 01 (um) voltado para a área de sistema de abastecimento de água e saneamento; e o segundo na área de inclusão econômica sustentável. A proposta de pesquisa foi de natureza qualitativa, do tipo descritiva e explicativa, com registros escritos através de diário de bordo, transcrições de entrevistas e aplicação de questionários. O objetivo geral do estudo foi o de analisar a atuação do Projeto São José III – 1ª fase seus aditivos no período de dezembro/2012 a abril/2019 e seu impacto enquanto política de desenvolvimento rural. O projeto caracteriza-se pela sua amplitude geográfica e de escopo e pela busca de inclusão social e produtiva de um grupo diversificado de atores, considerando desde agricultores familiares e populações tradicionalmente excluídas (indígenas, quilombolas, atingidos por barragens, pescadores artesanais, mulheres e jovens), até famílias rurais que vivem em comunidades sem acesso à água e saneamento nos 14 territórios do estado do Ceará, atuando em 158 municípios. Essa amplitude de público e de diferentes ações, que vão desde a inclusão produtiva até o acesso à água e saneamento, caracteriza a importância e a relevância do PSJ e, ao mesmo tempo, aponta para o grande desafio da Unidade de Gestão do Projeto (UGP), do Governo do Estado e das instituições colaboradoras em possibilitar, em um período de apenas oito anos (2012 a 2019), o alcance dessas metas. Foi aplicado um questionário por meio da ferramenta *Google Forms* no período de 05.12.2023 a 06.03.2024. O questionário contou com 14 seções, nas quais versavam sobre a questão produtiva (componente 1) e sistema de abastecimento de água e saneamento (componente 2). Foram contabilizados 116 formulários devolvidos e as idades dos participantes compõem o intervalo entre 21 a 77 anos, como o seguinte perfil: 62 homens cis, 53 mulheres cis e 1 homem trans. São 101 agricultores(a)s familiares, 6 são assentados(a)s da reforma agrária, 2 quilombolas, 1 pescador(a) artesanal e 6 que atuam em outras áreas. Em se tratando dos participantes da componente 1, temos: a) as 3 maiores cadeias produtivas mais representativas no estudo são: apicultura, fruticultura e cajucultura; b) 14 são os empreendimentos recebidos: produção de mel, agroindústria polpa e panificação, processamento amêndoas e polpas, áreas de cultivo, equipamentos, agroindústria polpa de frutas, produção de camarão,

processamento de amêndoas, ovinocaprino, queijaria, cozinha industrial, central de comercialização e produção de aves e galinhas caipiras. Já na componente 2: a) os beneficiários informaram que estão satisfeitos com a qualidade dos empreendimentos recebidos por eles; b) ao implantar o sistema de abastecimento de água ou sistema de abastecimento de água e saneamento rural (água + banheiro), 58 pessoas indicaram ganho de tempo para a realização de outras atividades; 01 indicou que não houve melhora; e 01 não soube responder tal questionamento. O PSJ III – 1ª fase constituiu-se em uma iniciativa inovadora ao buscar a inclusão econômica de produtores familiares, complementando as políticas de combate à pobreza rural desenvolvidas em fases anteriores e a manutenção do compromisso do estado do Ceará em universalizar o acesso à água para comunidades rurais do Semiárido. Essas ações ocorreram em concomitância com uma das mais severas secas que atingiu o estado nos últimos 100 anos, o que aponta para a magnitude dos desafios enfrentados e a relevância das ações desenvolvidas.

**Palavras-chave:** Projeto São José. Inclusão Econômica. Água. Saneamento Rural. Pobreza Rural.

## ABSTRACT

The study that deals with the final Post-Doctoral report began in August 2022, in the Postgraduate Program in Rural Economics (PPGER) at the Federal University of Ceará (UFC). A work plan was proposed for a period of one year that covered empirical research in 02 (two) projects developed by the São José Project (PSJ), 01 (one) of which focused on the area of water supply systems, water and sanitation; and the second in the area of sustainable economic inclusion. The research proposal was qualitative in nature, descriptive and explanatory, with written records through logbooks, interview transcriptions and questionnaires. The general objective of the study was to analyze the performance of the São José III Project – 1st phase, its amendments in the period from December/2012 to April/2019 and its impact as a rural development policy. The project is characterized by its geographic breadth and scope and by the search for social and productive inclusion of a diverse group of actors, considering family farmers and traditionally excluded populations (indigenous, quilombolas, people affected by dams, artisanal fishermen, women and young people), to rural families living in communities without access to water and sanitation in the 14 territories of the state of Ceará, operating in 158 municipalities. This range of audiences and different actions, ranging from productive inclusion to access to water and sanitation, characterizes the importance and relevance of the PSJ and, at the same time, points to the great challenge of the Project Management Unit (UGP), the State Government and collaborating institutions in enabling, in a period of just eight years (2012 to 2029), the achievement of these goals. A questionnaire was administered using the Google Forms tool from 12/05/2023 to 03/06/2024. The questionnaire had 14 sections, which dealt with the production issue (component 1) and the water supply and sanitation system (component 2). 116 returned forms were counted and the ages of the participants ranged from 21 to 77 years old, with the following profile: 62 cis men, 53 cis women and 1 trans man. There are 101 family farmers, 6 are agrarian reform settlers, 2 quilombolas, 1 artisanal fisherman and 6 work in other areas. When it comes to participants in component 1, we have: a) the 3 largest production chains most representative in the study are: beekeeping, fruit growing and cashew growing; b) 14 enterprises received: honey production, pulp and bakery agroindustry, almond and pulp processing, cultivation areas, equipment, fruit pulp agroindustry, shrimp production, almond processing, sheep and goats, cheese factory, industrial kitchen, marketing center and production of free-range poultry and chickens. In component 2: a) beneficiaries reported that they were satisfied with the quality of the projects they received; b) when implementing the water supply system or rural water supply and sanitation system (water + bathroom), 58 people indicated a gain in time to carry out other activities; 01 indicated that there was no improvement; and 01 was unable to answer this question. PSJ III – 1st phase constituted an innovative initiative by

seeking the economic inclusion of family producers, complementing the policies to combat rural poverty developed in previous phases and maintaining the commitment of the state of Ceará to universalize access to water for rural communities in the Semiarid region. These actions occurred simultaneously with one of the most severe droughts to hit the state in the last 100 years, which highlights the magnitude of the challenges faced and the relevance of the actions developed.

**Keywords:** São José Project. Economic Inclusion. Water. Rural Sanitation. Rural Poverty.

## RESUMEN

El estudio que aborda el informe final de Postdoctorado comenzó en agosto de 2022, en el Programa de Posgrado en Economía Rural (PPGER) de la Universidad Federal de Ceará (UFC). Se propuso un plan de trabajo por un período de un año que abarcó investigaciones empíricas en 02 (dos) proyectos desarrollados por el Proyecto São José (PSJ), de los cuales 01 (uno) se centraron en el área de sistemas de abastecimiento de agua y agua. saneamiento; y el segundo en el ámbito de la inclusión económica sostenible. La propuesta de investigación fue de carácter cualitativo, descriptiva y explicativa, con registros escritos a través de bitácoras, transcripciones de entrevistas y cuestionarios. El objetivo general del estudio fue analizar el desempeño del Proyecto São José III – 1.ª fase, sus modificaciones en el período diciembre/2012 a abril/2019 y su impacto como política de desarrollo rural. El proyecto se caracteriza por su amplitud y alcance geográfico y por la búsqueda de la inclusión social y productiva de un grupo diverso de actores, considerando agricultores familiares y poblaciones tradicionalmente excluidas (indígenas, quilombolas, afectados por represas, pescadores artesanales, mujeres y jóvenes), a familias rurales que viven en comunidades sin acceso a agua y saneamiento en los 14 territorios del estado de Ceará, operando en 158 municipios. Este abanico de públicos y diferentes acciones, que van desde la inclusión productiva hasta el acceso a agua y saneamiento, caracteriza la importancia y relevancia del PSJ y, al mismo tiempo, apunta al gran desafío de la Unidad de Gestión de Proyectos (UGP), el Estado. Gobierno e instituciones colaboradoras en permitir, en un periodo de apenas ocho años (2012 a 2019), la consecución de estos objetivos. Se administró un cuestionario mediante la herramienta Google Forms del 05/12/2023 al 06/03/2024. El cuestionario contó con 14 secciones, las cuales abordaron el tema de producción (componente 1) y el sistema de abastecimiento de agua y saneamiento (componente 2). Se contaron 116 formularios devueltos y las edades de los participantes oscilaron entre 21 y 77 años, con el siguiente perfil: 62 hombres cis, 53 mujeres cis y 1 hombre trans. Hay 101 agricultores familiares, 6 son colonos de la reforma agraria, 2 quilombolas, 1 pescador artesanal y 6 trabajan en otras zonas. En lo que respecta a los participantes del componente 1, tenemos: a) las 3 cadenas productivas más representativas del estudio son: apicultura, fruticultura y cultivo de anacardo; b) 14 empresas recibidas: producción de miel, agroindustria de celulosa y panadería, procesamiento de almendras y pulpas, áreas de cultivo, equipos, agroindustria de pulpas de frutas, producción de camarones, procesamiento de almendras, procesamiento de almendras, ovinos y caprinos, quesería, cocina industrial, centro de comercialización y producción de -aves y pollos de corral. En el componente 2: a) los beneficiarios informaron que estaban satisfechos con la calidad de los proyectos que recibieron; b) al implementar el sistema de abastecimiento de agua o sistema rural de abastecimiento de agua y saneamiento (agua + baño), 58

personas indicaron una ganancia de tiempo para realizar otras actividades; 01 indicó que no hubo mejoría; y 01 no pudo responder a esta pregunta. PSJ III – 1ª fase constituyó una iniciativa innovadora al buscar la inclusión económica de los productores familiares, complementando las políticas de combate a la pobreza rural desarrolladas en fases anteriores y manteniendo el compromiso del estado de Ceará de universalizar el acceso al agua para las comunidades rurales de la región Semiárida. Estas acciones ocurrieron simultáneamente con una de las sequías más severas que azotó el estado en los últimos 100 años, lo que resalta la magnitud de los desafíos enfrentados y la relevancia de las acciones desarrolladas.

**Palabras clave:** Proyecto São José. Agua. Saneamiento Rural. La pobreza rural.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A.B.E.L.H.A	Associação Brasileira de Estudos das Abelhas
Acace	Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará
Ageso	Assessoria de Gestão Social
Asgam	Assessoria de Gestão Ambiental
Asjur	Assessoria Jurídica
Astec	Assessoria de Tecnologia
Ater	Assistência Técnica e Extensão Rural
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
Caged	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CMDS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ERBs	Entidades Representativas de Beneficiários
Funceme	Fundação Cearense de Metodologia e Recursos Hídricos
Geafi	Gerência Administrativa-Financeira
Geas	Gerência de Abastecimento de Água e Saneamento Rural
Gefig	Gerência de Fortalecimento Institucional e Gerenciamento do Projeto
Geplama	Gerência de Planejamento, Monitoramento e Avaliação
Geraq	Gerência de Aquisições
Gies	Gerência de Inclusão Econômica Sustentável
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ipece	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
OAFs	Organizações da Agricultura Familiar
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAPP	Programa de Apoio aos Pequenos Produtores
PDRS	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável
PS	Programas Sociais
PSJ	Projeto São José
SDA	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UGP	Unidade de Gestão do Projeto

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – MUNICÍPIOS E ASSOCIAÇÕES/COOPERATIVAS PARTICIPANTES DO ESTUDO.....	63
QUADRO 2 – ENTENDIMENTO/IMPRESSÃO DO PSJ III – 1ª. FASE COMO POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL PARA O ESTADO DO CEARÁ-COMPONENTE 1.....	85
QUADRO 3 – ENTENDIMENTO/IMPRESSÃO. DO PSJ III – 1ª. FASE COMO POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL PARA O ESTADO DO CEARÁ – COMPONENTE 2.....	105

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA DOS MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES DO ESTADO DO CEARÁ.....	34
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – CADEIA PRODUTIVA EM QUE ATUA .....	69
GRÁFICO 2 – TIPO DE EMPREENDIMENTO RECEBIDO.....	70
GRÁFICO 3 – CLASSIFICAÇÃO DA QUALIDADE DO EMPREENDIMENTO.....	72
GRÁFICO 4 – ATRASO NA IMPLEMENTAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS.....	73
GRÁFICO 5 – AUMENTO DE PRODUÇÃO.....	74
GRÁFICO 6 – ACESSO A NOVOS MERCADOS PARA SEUS PRODUTOS .....	75
GRÁFICO 7 – AUMENTO DA RENDA.....	77
GRÁFICO 8 – ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA SE ENCONTRA MAIS FORTALECIDA APÓS FINANCIAMENTO PARA A PRODUÇÃO.....	78
GRÁFICO 9 – MUDANÇA NAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS APÓS ACESSAR NOVOS CONHECIMENTOS .....	80
GRÁFICO 10 – OBJETIVOS PROPOSTOS DO EMPREENDIMENTO RECEBIDO .....	81
GRÁFICO 11 – CLASSIFICAÇÃO DA ATUAÇÃO DO PSJ III – 1ª FASE NO CEARÁ .....	82
GRÁFICO 12 – CLASSIFICAÇÃO DA QUALIDADE DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA OU SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO RURAL (ÁGUA + BANHEIRO) RECEBIDO.....	94

GRÁFICO 13 – CLASSIFICAÇÃO DA ATUAÇÃO DA EQUIPE DO PSJ III – 1ª FASE NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E/OU SANEAMENTO RURAL (ÁGUA + BANHEIRO) .....	95
GRÁFICO 14 – MELHORA NO TEMPO PARA REALIZAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES APÓS A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA OU SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO RURAL (ÁGUA + BANHEIRO).....	97
GRÁFICO 15 – MELHORIA NA SAÚDE INDIVIDUAL E DA FAMÍLIA APÓS A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA OU SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO RURAL (ÁGUA + BANHEIRO) .....	99
GRÁFICO 16 – ENTENDIMENTO SOBRE POLÍTICA PÚBLICA REALIZADA PELA PSJ III – 1ª. FASE.....	101

## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	20
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	22
<b>Capítulo 1 O PROJETO SÃO JOSÉ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIMENTISTAS</b> .....	28
1.1 Projeto São José: um pouco da sua história .....	29
1.1.1 Histórico .....	30
1.2 Caracterização geográfica do Ceará.....	32
1.2.1 Dados demográficos.....	36
1.3 O percurso do Projeto São José de 2012 a dezembro de 2019 .....	38
<b>Capítulo 2 METODOLOGIA</b> .....	44
2.1 Do tipo de pesquisa abordada .....	45
2.2 Dos sujeitos e caracterização dos participantes da pesquisa .....	47
2.3 Dos instrumentos para coleta de dados.....	47
2.3.1 Análise documental.....	48
2.3.2 Observação participante.....	49
2.3.3 Entrevista etnográfica.....	51
2.4 Dos procedimentos para participação da pesquisa .....	53
2.5 Dos procedimentos para identificação, categorização e análise dos dados .....	54
<b>CAPÍTULO 3 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA</b> .....	56

3.1 Metodologia .....	56
3.2 Da análise dos dados da pesquisa.....	59
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>118</b>

## **Prefácio**

O estudo *“O legado e a importância do Projeto São José como política desenvolvimentista para o estado do Ceará”*, de autoria do pesquisador *Moacir de Souza Júnior*, constitui uma contribuição altamente pertinente ao debate contemporâneo sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável. Com rigor analítico e profundo comprometimento com as dinâmicas do território cearense, a obra resgata, interpreta e projeta os efeitos de uma das mais longevas e emblemáticas iniciativas da política pública estadual: o Projeto São José.

Ao longo de mais de três décadas de execução, o Projeto São José consolidou-se como referência nacional na redução das desigualdades no meio rural, articulando ações voltadas à inclusão produtiva, ao acesso à água, à melhoria da infraestrutura comunitária, ao fortalecimento da agricultura familiar e, mais recentemente, à valorização da juventude rural e ao incentivo à inovação tecnológica. Este trabalho transcende uma análise técnica: oferece uma leitura crítica, histórica e participativa de seus desdobramentos, dando visibilidade às vozes das comunidades, dos agentes institucionais e dos sujeitos diretamente envolvidos em sua implementação.

Ao discutir o legado do projeto, o autor nos convida a refletir sobre o papel estratégico do planejamento público de longo prazo, a relevância da continuidade institucional e a necessidade de articulação entre Estado e sociedade civil para a promoção de um desenvolvimento territorial justo e equitativo. Mais do que avaliar investimentos, a obra evidencia que o êxito de políticas públicas está na transformação efetiva das condições de vida no campo, na organização social dos agricultores e agricultoras e na valorização das juventudes, saberes e práticas locais.

Em um momento em que o papel do Estado na indução de políticas descentralizadas, integradas e sustentáveis volta a ocupar o centro do debate público, este estudo se apresenta como leitura fundamental para gestores, formuladores de políticas, pesquisadores e demais atores comprometidos com a

construção de um projeto de desenvolvimento inclusivo, participativo e enraizado nos territórios.

Com grande satisfação, apresento ao público esta publicação, certo de sua relevância para o aprimoramento contínuo das políticas públicas rurais no Ceará e para o fortalecimento de experiências exitosas que possam inspirar outras regiões do país.

Lafaete Almeida de Oliveira Mesquita  
Coordenador do Projeto São José/Secretaria do Desenvolvimento Agrário do  
Ceará  
Fortaleza, Ceará – julho de 2026

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe compreender a importância do legado do Projeto São José (PSJ) no âmbito das políticas públicas. O projeto caracteriza-se pela sua amplitude geográfica e de escopo e pela busca de inclusão social e produtiva de um grupo diversificado de atores, considerando desde agricultores familiares e populações tradicionalmente excluídas (indígenas, quilombolas, atingidos por barragens, pescadores artesanais, mulheres e jovens), até famílias rurais que vivem em comunidades sem acesso à água e saneamento nos 14 territórios do estado do Ceará, atuando em 158 municípios. Essa amplitude de público e de diferentes ações, que vão desde a inclusão produtiva até o acesso à água e saneamento, caracteriza a importância e a relevância do PSJ e, ao mesmo tempo, aponta para o grande desafio da Unidade de Gestão do Projeto (UGP), do Governo do Estado e das instituições colaboradoras em possibilitar, em um período de apenas oito anos (2012 a 2019), o alcance dessas metas.

A região Nordeste do Brasil tem sido um terreno fértil para a implementação de políticas públicas que visam o desenvolvimento rural sustentável voltado à agricultura familiar, com foco na sociobiodiversidade e na cultura alimentar. Além de ser uma região de notável diversidade de ecossistemas, alimentos, técnicas e presença de valores ancestrais, vinculados ao respeito das crenças e tradições do povo da região. Assim, encontramos no Nordeste engajamento dos agricultores e agricultoras, bem como um cenário favorável de articulação institucional com governos, sociedade civil e organismos internacionais. Neste cenário, o estado do Ceará se destaca com uma forte presença de projetos e programas cujos objetivo tem sido o fortalecimento da agricultura familiar, com uma clara opção pelo fomento a permanência de homens e mulheres em seus locais de origem, por meio do desenvolvimento rural sustentável e o incentivo aos pequenos agricultores em atividades econômicas viáveis no âmbito social, ambiental e econômico.

Neste sentido, a defesa de um desenvolvimento rural sustentável integra o escopo de ações e estratégias governamentais da Plataforma “Ceará 2050<sup>1</sup>”, a qual tem sido imprescindível para requerer ações do estado que evidenciam a responsabilidade pública de enfrentar a questão social, garantindo, dentre outros, o direito à terra, à água e ao trabalho. Trata-se de um processo reivindicatório dos trabalhadores e trabalhadoras do campo organizados em associações comunitárias, cooperativas, assentamentos que encaminham suas demandas sociais, econômicas e culturais para que sejam atendidas via políticas públicas, sob responsabilidade do Estado (ELEUTÉRIO; SOUZA JÚNIOR; MESQUITA, 2020).

Não se pode esquecer que a região Nordeste é marcada, historicamente, pela exclusão econômica e social, o acúmulo e a concentração de riquezas por parte de uma pequena parcela da população, o aumento da pauperização da classe trabalhadora, o desemprego estrutural, as disputas pela terra, uma educação que não atende a todos, o recrudescimento do ultraconservadorismo, a agudização da desigualdade social, o aumento da violência no campo e na cidade. Neste contexto, o ataque aos direitos sociais e à questão ambiental aprofundam ainda mais as contradições sociais existentes na região. Some-se a isto a enorme disparidade que envolve as cinco regiões do país, contribuindo para que o Nordeste, segundo o Mapa da Pobreza e Desigualdade<sup>2</sup> divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2008, esteja mais distante para vencer a barreira da linha da pobreza, tornando-a a região que mais necessita de investimentos (CEARÁ 2050, 2022a).

O caráter histórico da distribuição de recursos econômicos e de recursos naturais, em consonância ao crescimento econômico irregular, retrata o enorme desafio de trabalhar o desenvolvimento de forma equitativa nas regiões do Brasil.

---

<sup>1</sup> O Ceará 2050 é uma plataforma colaborativa de planejamento estratégico de longo prazo desenvolvida pelo Governo do Estado do Ceará, a partir do diálogo, da liberdade de opinião e da responsabilidade pública.

<sup>2</sup> Mapa da Pobreza e Desigualdade: municípios brasileiros, 2008.

Diante disso, a região Nordeste tem sofrido com as políticas públicas desenvolvimentistas, que ao longo do processo histórico de nossa Nação priorizaram um maior crescimento do Sudeste e Sul do país. Entretanto, podemos vislumbrar uma mudança muito tímida no quadro que aí se encontra, já que o processo de transformação está a acontecer ainda de maneira muito lenta.

No caso do Ceará, com o avanço das políticas públicas o estado tem intensificado a implementação de ações que buscam corrigir as distorções existentes, no sentido de minimizar e/ou mesmo erradicar as desigualdades existentes em seu território, dando assim, sua contribuição para a mudança de cenário também no âmbito regional.

Ao longo das últimas duas décadas, embora tenha ocorrido a diminuição de investimentos nessas áreas a partir do ano de 2016 para cá, o Brasil tem apresentado Programas Sociais (PS)<sup>3</sup> de grande avanço e que fazem a diferença para os seus beneficiários. Entre os programas estão: Água Para Todos, Luz Para Todos, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 e 2, Brasil Sem Miséria, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Mais Médicos, Prouni e Fies, que são importantes programas para a minimização e/ou redução da miséria e das desigualdades sociais no país, em especial na região Nordeste e, aqueles estados mais pobres da Federação.

No entanto, a partir do Governo Michel Temer (2016), em virtude do golpe parlamentar seguido do *impeachment* da presidente Dilma, os programas sociais implementados nos 14 anos de governo do PT (Lula e Dilma) sofreram fortes ameaças a sua continuidade, em que o resultado nefasto da falta de investimento em políticas sociais, se apresenta logo no final do primeiro ano do Governo Temer.

---

<sup>3</sup> Programas Sociais são iniciativas destinadas a melhorar as condições de vida de uma população. Entende-se que um programa deste tipo está orientado para toda a sociedade ou, pelo menos, para um setor importante que tem certas necessidades ainda por preencher. A grande maioria dos programas sociais são implementados pelo Estado. Disponível em: <https://conceito.de/programa-social>. Acesso em: 12.10.2023.

Assim, segundo os indicadores de extrema pobreza divulgados pelo IBGE no ano de 2017, o Brasil encerrou o ano de 2016 com 24,8 milhões de brasileiros vivendo com renda inferior a  $\frac{1}{4}$  de salário-mínimo por mês, o que equivale a R\$ 220,00. Houve, assim, um aumento de 53% em comparação ao ano de 2014, o que significou que 12% da população brasileira passaram a viver na miséria.

A situação econômica vivida pelo Brasil nos últimos anos não se restringe somente ao mercado financeiro e ao governo. A população em geral, rural e urbana, está preocupada com os rumos que a economia do país está tomando. Inflação, desemprego, fome e falta de medidas efetivas de ajuste fiscal são algumas causas para a derrocada da economia brasileira como um todo. A recessão econômica instaurada teve agravantes comprometedores para o crescimento econômico no Brasil, bem como da agricultura familiar, que no semiárido cearense acelerou sua vulnerabilidade social, econômica e ambiental devido a um longo período de estiagem (CURY; CAOLI; 2016; CURY; CAVALLINI, 2015; O ECONOMISTA, 2016).

Os impactos econômicos promovidos pela pandemia da Covid-19 e as medidas para controlar a pandemia, bem como o aumento dos preços globais de alimentos, levaram a economia brasileira a uma situação grave. A fome se espalhou por todo território nacional. A carestia aumentou e muito, bem como o desemprego que assolou a todos. Os alimentos tornaram-se ainda mais inacessíveis para as pessoas mais pobres, não só da cidade como também do campo.

Souza Júnior *et al.* (2021) afirmam que as políticas públicas voltadas para o meio rural acabaram sofrendo efeitos muito negativos nas suas ações, haja vista que a pandemia da Covid-19 acabou por suspender diversas atividades no campo

devido ao fechamento das cidades, bem como dificuldade de locomoção em um cenário de *lockdown*<sup>4</sup> vivido em todo território nacional e mundial.

O estado do Ceará, em meio à crise causada pela Covid-19, vem buscando incessantemente políticas públicas de proteção da população e de recuperação da saúde frente ao cenário de pandemia que assola não apenas o estado, mas também o país e o mundo (CEARÁ, 2022b).

Neto (2020, p. 114) assevera que “Uma pandemia não tem um impacto restrito à questão sanitária, mas também tem consequências importantes para a política, a economia, as relações sociais e o meio ambiente. Contudo, é muito difícil estimar o impacto de uma pandemia sobre a economia”.

O relatório semestral sobre a região da América Latina e o Caribe do Banco Mundial, denominado “A Economia nos Tempos de Covid-19” e publicado no dia 12 de abril de 2020, aponta para a urgência de uma ação governamental que traga caminhos de proteção aos mais vulneráveis, proteja os empregos e assegure a retomada do crescimento econômico sustentável. Nesse sentido, “as políticas públicas precisam tratar diretamente dessa dimensão social da crise, que os programas de assistência a empresas e trabalhadores do setor formal não conseguem atingir. Ao fazer isso, não há distinção real entre apoiar microempresas, apoiar famílias e apoiar comunidades” (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 46). O documento indica ainda que:

As políticas de resposta à crise precisam tratar diretamente dessa dimensão social. A primeira linha de resposta inclui programas existentes de proteção e assistência social, que podem ser rapidamente expandidos [...]. Também pode ser considerada a implementação de programas de distribuição de alimentos enquanto perdurarem as medidas mais rígidas de distanciamento social (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 6).

---

<sup>4</sup> *Lockdown* é a versão mais rígida do distanciamento social e quando a recomendação se torna obrigatória. É uma imposição do Estado que significa bloqueio total. No cenário pandêmico, essa medida é a mais rigorosa a ser tomada e serve para desacelerar a propagação do novo Coronavírus, quando as medidas de isolamento social e de quarentena não são suficientes e os casos aumentam diariamente. Disponível em: <https://dasa.com.br/blog-coronavirus-significado>. Acesso em: 12.07.2022.

No caso do Brasil, conforme o Banco Mundial (2020), as respostas equivocadas em resposta à crise não só de caráter econômico, mas também em relação à pandemia, tem se mostrado um aumento sem igual nos índices de pobreza que, além de assolar as grandes metrópoles do país, acabou por também se interiorizar.

Um cenário dessa natureza nos permite questionar na tentativa de responder à seguinte pergunta: “Qual é o legado e impacto da política desenvolvimentista promovida pelo Projeto São José no estado do Ceará”?

Diante disso, o objetivo geral do estudo foi o de compreender a importância do legado do Projeto São José para o estado do Ceará no âmbito das políticas públicas.

Como objetivos específicos, tem-se: a) entender a dinâmica/ação do Projeto São José (PSJ) no estado do Ceará; b) perceber como as políticas públicas implantadas pelo projeto garantem qualidade de vida no semiárido cearense; c) analisar a atuação do PSJ no período de 2012 a 2019 e seu impacto na economia cearense; e d) dialogar com a população beneficiária do PSJ em busca de informações acerca da importância do projeto para a vida no campo.

Diante do quadro exposto acima, é possível compreender que ainda temos muito o que avançar para combater a desigualdade social que afeta o Brasil, e em especial a população que se localiza no meio rural, mais especialmente aquelas que não são contempladas pelas políticas públicas. Pois, conforme explica Hoffmann (2009), a pobreza no meio rural é mais intensa quando comparada ao meio urbano, necessitando um tratamento político diferenciado daquele outorgado a este último, já que essa desigualdade social é fator que contribui para o *status* da pobreza.

## **CAPÍTULO 1**

### **O PROJETO SÃO JOSÉ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIMENTISTAS**

O fundamento de todas as políticas públicas que vêm sendo executadas pelo Governo do Ceará, especialmente pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), responsável pelo êxito dos projetos voltados para a agricultura familiar, é o convívio com a seca, forte característica do clima semiárido.

Com a contribuição da SDA, o longo período de estiagem severa vivida até o ano de 2021 foi bravamente enfrentado pelos cearenses. Projetos como a instalação de cisternas para captação de chuvas, reuso de água das casas para irrigação de hortas e sistemas de abastecimento de água domiciliar foram e continuam sendo essenciais para superar os tempos difíceis.

Com mecanismos inovadores em múltiplas estratégias para aprimorar a execução das políticas públicas, a SDA, por meio do Projeto São José (PSJ), promove ações direcionadas à consolidação do desenvolvimento do produtor rural, possibilitando expansão da produção, melhoria da qualidade de vida e fortalecimento das comunidades rurais.

Os investimentos realizados pelo PSJ são de ordem pública e que precisam ter retorno, não apenas para as famílias beneficiadas via políticas públicas, mas para todo o estado do Ceará. Para isso, as ações são pensadas em conjunto. A estratégia não é incentivar comunidades como se elas estivessem isoladas, mas oferecer condições de desenvolvimento para as cadeias produtivas. Ou seja, fortalecer atividades em diferentes elos da vida econômica das populações, para que um empreendedor complemente as necessidades do outro e juntos, formem segmentos integrados.

O PSJ procura sempre incentivar a inovação tecnológica nas cadeias produtivas, desenvolver a formação e a capacitação de recursos humanos,

promover conhecimentos científicos aos técnicos, difundir e expandir a informação tecnológica, promover em seus projetos a inclusão social visando a redução da desigualdade social no campo e proporcionando a geração de renda e produtividade na atuação com o meio ambiente sustentável.

O Governo do Estado do Ceará, por meio da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), coordenada pela SDA, vem ao longo de mais de 20 anos desenvolvendo o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável/Projeto São José (PDRS/PSJ), com o intuito de alavancar cada vez mais o processo de engrandecimento e empoderamento do meio rural, o que já vem sendo feito em parceria com o Banco Mundial, bem como as parcerias realizadas ao longo de todo esse período desde a sua implementação.

## **1.1 PROJETO SÃO JOSÉ: UM POUCO DA SUA HISTÓRIA**

O PSJ passou por várias fases até se tornar o que conhecemos hoje, tendo como premissa garantir o desenvolvimento sustentável no Ceará, com foco na inclusão produtiva das populações rurais, proporcionando condições para se alimentar de forma saudável, produzir e comercializar seus produtos, sempre em conexão e cuidado com o meio ambiente.

O projeto se destina aos agricultores e agricultoras familiares do estado do Ceará por meio de suas entidades organizativas. Também tem focado suas ações nos grupos tradicionais, como artesãos, indígenas, jovens, mulheres, Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), pescadores artesanais e quilombolas.

Um dos diferenciais do PSJ, desde sua criação, é a forma como os projetos são selecionados e apoiados. A prioridade é escutar as demandas produtivas dos grupos, conhecer suas realidades para, daí então, poder definir de que forma o projeto pode contribuir; além de fazer chamadas públicas, o PSJ se

aproxima das comunidades e dos movimentos sociais para que todos tenham a chance de serem contemplados.

### 1.1.1 Histórico

No ano de 1994 foi criado o Programa de Apoio aos Pequenos Produtores (PAPP), tendo sido o primeiro contrato do Banco Mundial (BM) com o Governo do Estado do Ceará, no qual a estratégia básica de operacionalização passou a ser desenvolvida com a transferência de recursos diretamente para associações comunitárias locais, por meio de convênios, tendo por base a apresentação de projetos por parte das entidades representativas dos beneficiários, aprovados previamente por secretarias setoriais, denominadas de órgãos estaduais coparticipantes. A aprovação final ficava à cargo de uma diretoria técnica (unidade técnica do projeto) inserida na Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado.

A iniciativa tinha como objetivo favorecer o desenvolvimento de projetos de eletrificação rural em todo o estado do Ceará. O financiamento foi firmado entre o Governo do Estado do Ceará e o BM.

No período de 1995 a 2002, o Governo do Ceará, na tentativa de minimizar os problemas do setor rural e promover estratégias visando seu desenvolvimento, utilizou a experiência positiva do PAPP, na qual tinha como objetivo geral combater a pobreza rural através de recursos não reembolsáveis e contrapartida dos beneficiários.

Nesse período, o PSJ – conhecido como Projeto São José I -, teve como modelo a experiência do Projeto Solidariedade do México. Esse projeto foi fortalecido como um modelo de gestão compartilhada envolvendo entidades, secretarias coparticipantes, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) e associações comunitárias. Para o seu desenvolvimento foi realizado um acordo de empréstimo, firmado entre o BM e Governo do Ceará.

O financiamento se deu através dos subprojetos selecionados e solicitados pelos produtores, por meio de suas associações comunitárias legalmente constituídas. Essa estratégia foi mantida respaldada por avaliações parciais indicativas de resultados positivos, porém, com ajustes e correções ao longo de sua implementação, como forma de proporcionar a consolidação do referido projeto.

Entre os anos de 2002 a 2006 (1.<sup>a</sup> fase), e de 2006 a 2009 (2.<sup>a</sup> fase), foi firmado um novo contrato entre o Governo do Ceará e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no qual foi dado início ao Projeto São José II.

Essa versão do projeto teve como objetivo melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, as mais necessitadas, através de financiamento não reembolsáveis, pequenos investimentos e empreendimentos de infraestrutura, produtivos e sociais, denominados de projetos comunitários, selecionados e solicitados por grupo de famílias das comunidades carentes por meio de suas organizações comunitárias locais, denominadas de Entidades Representativas de Beneficiários (ERBs) – associações, clubes de mães, de jovens etc. -, atuantes no âmbito local.

O financiamento teve como propósito implementar ações de desenvolvimento sustentável no Ceará com a participação ativa das comunidades, com vistas a aumentar o acesso as populações rurais mais pobres às atividades de geração de emprego e renda, assim como a provisão de serviços sociais básicos e de infraestrutura como meios para a redução da pobreza.

Antes de iniciar o PSJ III, tivemos mudanças significativas no desenvolvimento do projeto. No período compreendido entre 2009 a 2012, o projeto foi desenvolvido apenas pelo Governo do Estado do Ceará. Já nos anos de anos de 2012 a 2016, o PSJ teve seu desenvolvimento com duração de 04 (quatro) anos. Tendo a primeira prorrogação dada no período de 2016 a 2018; e a segunda, de 2018 a 2019.

O objetivo no período foi o de contribuir com o desenvolvimento rural sustentável do estado do Ceará, com ações voltadas à consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar, e garantir o acesso à água de qualidade para o consumo humano e saneamento, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais do estado.

Atualmente, no estado do Ceará existem 184 municípios, dos quais 154 são contemplados com ações do PSJ, beneficiando comunidades, famílias, associações e cooperativas, priorizando o apoio a projetos produtivos<sup>5</sup>.

As principais demandas identificadas e consolidadas no PDRS/PSJ focalizaram, inicialmente, na inclusão econômica de agricultores familiares e pequenos produtores rurais não agrícolas nos elos de maior agregação de valor das cadeias produtivas. Considerando os esforços do Estado, visando à melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais, estão incluídas obras que visem à ampliação e/ou implantação de sistemas de abastecimento de água com distribuição domiciliar, bem como serviços de esgotamento sanitário simplificado nas comunidades beneficiadas. Finalmente, no rol de investimentos do projeto há, ainda, o suporte a um conjunto de atividades de fortalecimento institucional às estruturas organizacionais beneficiárias e funções públicas, como agentes essenciais para assegurar a competitividade e a sustentabilidade do projeto.

## **1.2 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO CEARÁ**

O estado do Ceará está localizado na região Nordeste do país, situado entre os paralelos 2°47'S, 7°51'S e os meridianos 37°15'W, 41°25'W (IBGE, 2005). Possui uma área de 148.920,472 km<sup>2</sup> e uma faixa litorânea com extensão

---

<sup>5</sup> Dados levantados no Sistema de Gerenciamento de Projetos (Sigpro) em 12.07.2022.

de 573 km. Tem como limites o Oceano Atlântico, ao norte; o estado do Pernambuco, ao sul; os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, a leste; e o estado do Piauí, a oeste (IBGE, 2010).

Com relação à evolução político-administrativa, em 1940 existiam 87 municípios, passando em 2010 para 184 municípios, ou seja, um crescimento de 111,5%. Quanto à Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), ao analisar a sua evolução político-administrativa, observa-se que em 1973 existiam cinco municípios, aumentando, em 2010, para 15 municípios, refletindo um crescimento acumulado da ordem de 200,0% (CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL, 2022).

Atualmente, o estado do Ceará possui 184 municípios, e está dividido em sete mesorregiões: Norte Cearense, Noroeste Cearense, Centro Sul Cearense, Sul Cearense, Sertões Cearenses, Jaguaribe e Metropolitana de Fortaleza, onde está localizada a capital do estado, Fortaleza, conforme o mapa abaixo (Figura 1).

Sua posição geográfica privilegiada o favorece devido à proximidade em relação a regiões como o Continente Africano, a América do Norte e a Europa, permitindo excelentes condições para o desenvolvimento do comércio exterior e do turismo internacional.

**Figura 1** – Mapa dos municípios e mesorregiões do estado do Ceará



**Fonte:** Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Atlas brasileiro de desastres naturais: 1991 a 2012 / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. 2. ed. rev. ampl. – Florianópolis: CEPED UFSC, 2013. 114 p. Volume Ceará.

Em relação ao clima, o tropical quente semiárido prevalece em aproximadamente 68% do território do estado, abrangendo 98 municípios. O clima do litoral corresponde ao tropical semiárido brando e em algumas outras áreas do estado encontram-se climas tropicais quente subúmido, úmido e subquente úmido (IPECE, 2007; FUNCEME, 2007). O estado do Ceará apresenta uma pré-estação chuvosa, entre novembro e janeiro, e uma estação chuvosa propriamente dita, que se manifesta durante os meses de fevereiro a maio (ALVES; REPELLI, 1992).

Todo o estado do Ceará está inserido no bioma Caatinga. A Caatinga é o tipo de vegetação que cobre a maior parte da área com clima semiárido da região Nordeste do Brasil (GIULIETTI, 2004). É dominada por tipos de vegetação

com características xerofíticas, formações vegetais secas, que compõem uma paisagem com troncos espinhosos e retorcidos, com estratos compostos por gramíneas, arbustos e árvores de porte baixo ou médio (3 a 7 metros de altura); caducifólias, com grande quantidade de plantas espinhosas, entremeadas de outras espécies, como as cactáceas e as bromeliáceas. Apresenta grande variedade de paisagens, relativa riqueza biológica e endemismo. A ocorrência de secas estacionais e periódicas estabelece regimes intermitentes aos rios e deixa a vegetação sem folhas, rica diversidade de estratégias para sobrevivência nos longos períodos de falta de água na região. De uma maneira geral, a vegetação primitiva da Caatinga encontra-se bastante alterada, como fruto de uma ação antrópica desordenada e predatória (IPECE, 2007).

Com base em uma estrutura geológica complexa, o relevo do estado abriga em seu território regiões de baixa, média e altas altitudes. Os pontos de maior altitude estão situados na região serrana: o Pico da Serra Branca, com 1.154 metros, seguido do Pico Alto de Guaramiranga, 1.112 metros (IPECE, 2007).

No que tange à ocorrência dos tipos de solos, o estado possui três tipos preponderantes de solos, sendo os de maior ocorrência os solos do tipo Neossolos, com cerca de 53.525,5km<sup>2</sup> ou 35,96% da área do estado. O segundo tipo de solo com maior incidência são os Argissolos, com 36.720,6km<sup>2</sup> ou 24,67%, e o terceiro refere-se aos Luvisolos, com 24.885,6km<sup>2</sup> ou 16,72% da área total. O conhecimento do local dos tipos de solos existentes é importante, na medida que apresenta utilidade ao contexto social e econômico, estando ligado aos demais recursos físicos ou quando integrado a um levantamento de recursos naturais. No Ceará, de uma forma geral, os solos apresentam-se com pouca profundidade, deficiências hídricas, pedregosidade e, principalmente, susceptibilidade à erosão, o que exige a prática de ações conservacionistas para melhor aproveitamento de suas potencialidades (IPECE, 2007).

O estado do Ceará tem por característica 70% de sua área formada por rochas cristalinas, portanto, impermeáveis à água. Todos os rios do estado são

temporários, compondo 11 bacias hidrográficas, formadas pelos rios Acaraú, Aracatiaçu, Banabuiú, Coreaú, Curu, Jaguaribe, Parnaíba, Salgado, Cocó e Ceará, além de pequenos cursos d'água e riachos. O principal rio do Ceará é o Rio Jaguaribe, que drena o sul, centro e leste do estado. Os açudes merecem destaque, pois, além de ter diversos deles em várias regiões do Ceará, são importantes para o abastecimento e armazenamento de água, como o Açude Castanhão, localizado na Bacia do Médio Jaguaribe, que sozinho armazena cerca de 39% da água do estado (CAMPOS; GOMES; CAMPOS, 2004; IPECE, 2007).

### 1.2.1 Dados demográficos

A região Nordeste do Brasil possui uma densidade demográfica de 34,15 hab/km<sup>2</sup>, a terceira menor do Brasil. Também possui a terceira menor taxa de crescimento do país, com 11,18%, apresentada no período de 2000 a 2010. Já o estado do Ceará apresenta uma população de 8.452.381 habitantes, conforme o censo de 2010. A taxa de urbanização é de 75,1%, estando, dessa forma, acima da média regional, que é de 73%, ao mesmo tempo em que está abaixo da média nacional, que é de 84%. Conta ainda com uma taxa de densidade demográfica de 56,8 hab/km<sup>2</sup>. O Ceará tem uma população urbana de 6.346.557 habitantes, e uma população rural de 2.105.824. O número de homens e mulheres estão contabilizados da seguinte maneira: 4.120.088 e 4.332.293, respectivamente (IBGE, 2022).

De acordo com o Censo de 2010, as três faixas etárias em que predominam o maior número de pessoas no meio rural são as seguintes: entre 10 a 14 anos: 243.378hab.; de 15 a 19 anos: 229.702hab.; e, entre 5 a 9 anos: 193.701hab., perfazendo um total de 666.781 habitantes. As três menores faixas etárias são: entre 45 a 49 anos: 110.584hab.; de 40 a 44 anos: 120.863 hab.; e, entre 35 a 39 anos: 127.918hab., totalizando 359.365 habitantes (IBGE, 2022).

Os dados acima nos apresentam uma visão holística, ou seja, não há separação de dados por sexo. Os dados são indicadores que levam em consideração a faixa etária. Sendo assim, é possível entender que a população infanto-juvenil ainda se destaca com um contingente de sujeitos muito significativos, levando-nos a refletir em políticas públicas para a permanência dessa população no meio rural, no sentido de evitar movimentos migratórios, o que acontece com muita frequência. Alguns fatores podem justificar os números menores da população adulta, são eles: deslocamentos migratórios em busca de emprego para outras regiões, processo educativo escasso e/ou ineficaz, buscando-se, assim, uma maior escolarização, entre outros.

Nesse sentido, se faz necessário procurar meios para que essa população seja beneficiada, ao mesmo tempo em que ela seja estimulada a ficar no campo, evitando assim esse deslocamento migratório para os grandes centros urbanos. Diante disso, apresentamos abaixo uma estratégia educacional que visa a permanência da população jovem no meio rural.

O “Programa Ceará um só” traz em seu interior a possibilidade de, em parceria com o Projeto São José IV, resolver problemas comuns dos municípios, em especial voltado para a questão do campo. O mecanismo formata a base legal para que sejam criadas parcerias para planejamento, gestão, execução e monitoramento das funções públicas de interesse comum entre os municípios (CAVALCANTE, 2018).

O estado do Ceará ocupa atualmente a 7ª posição no ranking nacional de geração de empregos formais, mesmo em um contexto de crescimento econômico limitado no país. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados em 20 de julho de 2018 pelo Ministério do Trabalho, no acumulado dos últimos 12 meses foram criadas 370.586 vagas com carteira assinada no estado, enquanto 351.277 trabalhadores foram desligados, resultando em um saldo positivo de 19.309 postos de trabalho.

Esse desempenho corresponde a uma variação relativa positiva de 1,82% no nível de emprego formal (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018).

No recorte municipal, os dez municípios com melhor desempenho na geração de empregos foram: Fortaleza, Missão Velha, Aquiraz, Aracati, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Quixeramobim, Cascavel, Russas e Ipueiras (IBIDEM). Por outro lado, os dez municípios que apresentaram desempenho negativo no mesmo período foram: Sobral, Juazeiro do Norte, São Gonçalo do Amarante, Caucaia, Itarema, Horizonte, Maranguape, Itapipoca, Camocim e Eusébio, indicando perda líquida de postos de trabalho formal nessas localidades (IBIDEM).

No que se refere ao setor agropecuário, os dados do Caged apontam um desempenho desfavorável. No período analisado, foram admitidos formalmente 8.997 trabalhadores, enquanto 9.343 pessoas foram desligadas, o que resultou em um saldo negativo de 346 postos de trabalho. Esse resultado representa uma variação relativa negativa de -1,52% no nível de emprego formal do setor, evidenciando a fragilidade da dinâmica ocupacional agropecuária no estado no referido período (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2018).

### **1.3 O PERCURSO DO PROJETO SÃO JOSÉ DE 2012 A DEZEMBRO DE 2019**

Como já foi dito no item “1.1 Projeto São José: um pouco da sua história”, o PSJ vem desde os idos dos anos de 1990, tendo o seu nome modificado ao longo de seu processo histórico. A partir do ano de 2012 o Projeto São José ganhou uma nova versão denominada de Projeto São José III – 1.<sup>a</sup> fase (PSJ III – 1.<sup>a</sup> fase), tendo sido prorrogado em um primeiro momento no período de 2016 a 2018 e, o segundo prolongamento se deu no intervalo de 2018 a 2019.

Num primeiro momento, o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável/Projeto São José III (PRDS/PSJ III) teve e tem como foco o

fortalecimento da agricultura familiar, com a perspectiva de aumentar a inserção econômica, agregação de valores aos empreendimentos familiares, com financiamento de projetos produtivos no âmbito de cadeias produtivas promissoras, numa perspectiva de fortalecimento dessas cadeias e da inserção sustentável da agricultura familiar nos respectivos mercados e, assim, torná-las resilientes frente as dificuldades.

Enquanto política pública estruturante, o PSJ III financiou a infraestrutura de abastecimento de água e esgotamento sanitário, contribuindo assim com as metas de universalização do abastecimento de água potável e saneamento no meio rural do estado do Ceará, proporcionando a minimização do uso de carros pipas e da contaminação do solo e das águas pelo lançamento incorreto dos esgotos.

Ressalta-se que, na 1.<sup>a</sup> fase do PSJ III, as condições climáticas e ambientais de semiaridez afetaram profundamente a produção agrícola, gerando, dessa forma, uma situação de vulnerabilidade para as populações rurais do Ceará. Essa fragilidade se fez presente em fatores como: escassez de recursos hídricos, degradação ambiental, vulnerabilidade da segurança alimentar e nutricional, entre outras.

Vale lembrar que, ainda na fase descrita acima, as Entidades Representativas dos Beneficiários (ERBs) – associações, cooperativas, condomínios, entre outras formas organizativas -, apresentaram vulnerabilidade socioeconômica, já que aquelas de menor poder aquisitivo e/ou conhecimento tiveram dificuldade em acessar os benefícios do projeto, seja através do acesso da internet ou quiçá, pela pouca e/ou nenhuma capacidade de gestão empresarial, ao mesmo tempo em que as entidades não possuíam capital de giro.

O PSJ III – 1.<sup>a</sup> fase aplicou com empenho esforços para capacitar e acompanhar todas as entidades e seus beneficiários, para que de forma coletiva as dificuldades pudessem ser superadas, no momento em que se construía uma relação de laços fortalecidos por ações que, muitas vezes, necessitaram

ultrapassar fronteiras de desconfianças, bem como de aspecto cultural. O processo de mudança ocorrido foi um grande desafio enfrentado pelo projeto.

Salienta-se ainda, que a primeira chamada pública por meio eletrônico (internet) trouxe um grande avanço, ao mesmo tempo, consolidou a transparência na gestão de recursos públicos empregados, favorecendo assim a possibilidade de todos aqueles que desejassem participar do certame. É necessário reafirmar que, ao promover todo esse desenvolvimento, o PDRS/PSJ III – 1ª fase traz em seu interior e contexto um vanguardismo com ideias avançadas, exercendo, dessa forma, um papel de precursor.

A maior característica do PSJ III – 1ª fase foi a demanda crescente por água tratada nas mais diversas comunidades rurais do estado, principalmente devido ao agravamento da seca que já está no seu sexto ano consecutivo, simultaneamente com esgotamento sanitário simplificado e construção de módulos sanitários.

Entendemos que o PSJ III – 1ª fase cumpriu o seu papel, favorecendo um maior desenvolvimento do meio rural quanto à questão de levar água para comunidades necessitadas desse bem, que é indispensável para a sobrevivência humana.

O PSJ III – 1ª fase, após esse momento, sentiu a necessidade de se atualizar e partir para uma fase de maior desenvolvimento. Dessa forma, o projeto se viu imbuído em buscar novos desafios, com o sentido de poder reafirmar seu papel de grande desenvolvimentista no meio rural, construindo assim um alicerce maior do seu nome não apenas no âmbito estadual, mas também regional e nacional.

Diante do quadro acima, o PSJ III – 1ª fase deu um salto de qualidade, tendo partido para uma primeira prorrogação desenvolvendo novas parcerias, no qual aumentou seu *staff* não só de profissionais que fazem parte do seu quadro funcional, mas implementou novas atribuições, para que o meio rural, na figura dos sujeitos que lá se encontram, tivessem a oportunidade de garantir uma

melhoria na qualidade de vida, além de possibilitar um avanço no crescimento financeiro da população rural (CEARÁ, COLETÂNEA DE CARTILHAS TEMÁTICAS, 2018).

Novamente o PSJ III – 1.<sup>a</sup> fase sofreu um novo prolongamento da sua atuação, tendo como objetivo contribuir com o desenvolvimento rural sustentável do estado do Ceará, com ações voltadas à consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar, além de garantir o acesso à água de qualidade para o consumo humano e saneamento, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais do estado (CEARÁ, COLETÂNEA DE CARTILHAS TEMÁTICAS, 2018).

É possível verificar que mesmo tendo num primeiro momento trabalhado com a questão da água, o PSJ III continuou fazendo o seu papel de fomentador do meio rural, conseguindo corrigir erros de percursos ao longo da sua trajetória, para se tornar um centro de excelência para o estado do Ceará. Ressalta-se ainda que, tendo aprendido com erros cometidos ao longo da sua jornada de existência, o PSJ III realizou mudanças em sua estrutura organizacional, nos modelos de projetos desenvolvidos, além de realizar um processo de melhoria e aprendizados contínuos. Isso faz toda uma diferença, já que o projeto traz ao longo de sua jornada um amadurecimento que o fez crescer e que busca incessantemente potencializar suas ações afirmativas, de maneira a favorecer a todos os envolvidos, tornando isto seu grande diferencial.

A partir do ano de 2020, o PSJ entrou numa nova fase de sua história com a aprovação e efetivação do PSJ III – 2.<sup>a</sup> fase, também conhecido como PSJ IV. O *staff* profissional do projeto se modernizou, ganhando assim um novo panorama. Assim está a sua nova estrutura: uma Coordenação; 06 gerências distribuídas da seguinte forma: Gerência Administrativa-Financeira (Geafi), Gerência de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (Geas), Gerência de Fortalecimento Institucional e Gerenciamento do Projeto (Gefig), Gerência de

Planejamento, Monitoramento e Avaliação (Geplama), Gerência de Aquisições (Geraq) e Gerência de Inclusão Econômica Sustentável (Gies); conta com 04 assessorias, sendo elas: Assessoria de Gestão Ambiental (Asgam), Assessoria de Gestão Social (Ageso), Assessoria Jurídica (Asjur) e Assessoria de Tecnologia (Astec); e, finalizado com a área de Engenharia.

Nos últimos anos, as políticas públicas voltadas para o semiárido cearense têm ganhado relevância a partir do documento “Os 7 Cearás - Propostas do Plano de Governo”. Trata-se de uma proposta de governo construída com a participação da sociedade civil organizada, cujo item 03 – “Ceará de Oportunidades” contém os seguintes pressupostos: “agricultura familiar, agronegócio, indústria, economia mineral, comércio, turismo, artesanato, empreendedorismo, trabalho e renda, economia solidária, infraestrutura e nova economia” (CEARÁ, 2014, p. 57).

Objetivando buscar cada vez mais implementar as políticas públicas no estado do Ceará, é que a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), através do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável/Projeto São José (PDRS/PSJ), busca executar atividades relacionadas ao desenvolvimento sustentável das atividades da agricultura familiar no estado com o fim de integrá-las à economia local, regional e nacional, com ações que se propõem ao desenvolvimento de políticas públicas de apoio a toda cadeia da agricultura familiar sustentável.

Em qualquer projeto, o comprometimento, a gestão e o engajamento dos envolvidos são essenciais para alcançar sucesso. No PSJ, o envolvimento dos técnicos, dos beneficiários e das instituições parceiras tem evidenciado a relevância da inserção de novas estratégias e capacitações para obter o melhor resultado nas comunidades beneficiadas.

Acreditamos que o PDRS/PSJ, agora em uma nova fase de desenvolvimento, traz em seu âmago uma evolução que foi trilhada ao longo de todo o seu percurso histórico. As atividades apoiadas pelo projeto, ao mesmo

tempo em que podem contribuir em outras frentes, como traçar uma estratégia educacional voltada para contemplar uma educação para o jovem agricultor e sua condição de permanência no campo, também se consolida como uma estratégia de desenvolvimento rural com sustentabilidade, na qual busca garantir ações inovadoras e novas oportunidades no campo.

## CAPÍTULO 2

### METODOLOGIA

Os critérios para classificação de uma pesquisa englobam aspectos como condições, campos, objetivos, situações e objetos de estudo, entre outros. A pesquisa para que este trabalho pudesse ser desenvolvido deve ser entendida como um estudo descritivo, em que a intenção final consistiu na “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 1991, p. 46).

A metodologia, de base qualitativa, tomou a pesquisa etnográfica como caminho. Entende-se que dentro de uma abordagem etnográfica, o pesquisador faz parte do universo abordado. Segundo André (2012, p. 17), a etnografia “é o estudo do fenômeno em seu acontecer natural”.

Gil (1991) afirma que a pesquisa descritiva tem um caráter de uma investigação mais aprofundada de um ou poucos objetivos, visando um conhecimento mais preciso do objeto pesquisado. As principais vantagens consistem em estímulo para novas descobertas, permitindo ainda que se levantem soluções para os problemas apontados. O estudo de caso, por sua vez, possui a característica da totalidade, ou seja, o problema é focalizado como um todo, buscando-se a análise dos aspectos predominantes na população pesquisada. A simplicidade dos procedimentos também são pontos que se destacam nesse tipo de investigação.

A dificuldade de generalizar os resultados constitui a limitação mais evidente. O cuidado com a interpretação dos dados deve ser preocupação constante do investigador, para que sejam confiáveis e representem realmente a realidade pesquisada.

A sociedade humana ou a vida em grupo é vista como consistindo de pessoas que interagem, ou seja, pessoas em ação, que desenvolvem

atividades diferenciadas que as colocam em diferentes situações. A vida de um grupo humano [...] representa um vasto processo de formação, sustentação e transformação de objetos, na medida em que seus sentidos se modificam, modificando o mundo das pessoas (HAGUETTE, 1995, p. 36-37).

É possível vislumbrar que toda ação afeta uma coletividade, quer dizer, nada fica estático. Depois de tocado, tudo se transforma ao longo de todo o seu processo histórico. Nesse sentido, o processo de pesquisa de técnicas na coleta de informações é bastante rico para o pesquisador.

Macedo *et al.* (2009, p. 16-17) chamam a atenção para os aspectos quantitativos abordados na etnopesquisa: “O qualificativo de uma pesquisa indica, de modo imediato, a historicidade de sua área de atuação e sua distinção em relação a outras formas de pesquisa. A terminologia pesquisa qualitativa é logicamente distinta de pesquisa quantitativa. O qualificativo aqui faz toda a diferença”.

A metodologia empregada na pesquisa se caracterizou em satisfazer uma observação no sentido de explorar a área de forma ampla, onde, ao estudar a realidade social produzida pelos indivíduos, lidamos com fatos relevantes, com fatos que possuem seu significado, que tem o seu valor dentro de todo o contexto.

Macedo (2010) indica ainda que a etnopesquisa tem seu interesse direcionado para a compreensão das ordens socioculturais em organização, preocupando-se com os processos que constituem o ser humano.

## **2.1 DO TIPO DE PESQUISA ABORDADA**

A pesquisa foi de caráter qualitativo, descritivo e explicativo, pois de acordo com Bogdan e Biklen (1994), se caracteriza pela descrição, indução, teoria e estudo das percepções pessoais. Os dados foram coletados por: palavras, imagens, registros, transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias,

vídeos, documentos pessoais e oficiais. A concepção da pesquisa participativa subsidiou a construção do conhecimento, junto às comunidades pesquisadas. Para Brandão (2007), as alternativas participativas contribuem no empoderamento dos sujeitos e movimentos populares. O uso dessa abordagem, deu voz aos sujeitos desta pesquisa.

A pesquisa tem como referência o processo etnográfico, pois nós estamos a investigar uma cultura que necessita ser descrita, na qual a tarefa do pesquisador é o de compreender a maneira de viver do ponto de vista dos nativos da cultura em estudo (SPRADLEY, 1979).

Ao enveredar pela realização da pesquisa etnográfica, o pesquisador tem de manter a descrição e a ponderação rígida nos aspectos cotidianos do espaço de investigação. Conforme indica Macedo (2010), é função do cientista social desvencilhar-se de suas próprias intenções e anseios no ato de pesquisar para explicar o teor do fenômeno a ser pesquisado.

A presente pesquisa teve natureza qualitativa, que segundo Lüdke e André (2013, p. 11) possui:

[...] ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. [...] Supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo.

O etnoperquisador está em constante busca de informações inéditas e conseqüentemente novas respostas, as quais locupletam o trabalho, no qual “o conhecimento é visto como algo que se constrói que se faz e refaz constantemente” (MACEDO, 2004, p. 89).

## **2.2 DOS SUJEITOS E CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA**

Os sujeitos participantes da pesquisa foram beneficiários do Projeto São José Jovem (PSJ) que receberam algum tipo de serviço ofertado pelo projeto no período de 2012 a 2019. Para fins de identificação, os participantes foram organizados por meio de código numérico sequencial, definido de acordo com a ordem de aparecimento das respostas na base de dados do questionário. Cada participante foi associado apenas à comunidade de pertencimento e ao respectivo município, não tendo sido utilizadas iniciais, nomes ou quaisquer informações que possibilitassem a identificação pessoal. Tal procedimento assegurou o anonimato dos sujeitos, atendeu aos princípios éticos da pesquisa e possibilitou, quando necessário, eventual contato posterior para esclarecimento de informações que não tenham ficado plenamente compreensíveis

## **2.3 DOS INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS**

A pesquisa foi conduzida da seguinte forma: inicialmente, foi feita uma análise documental sobre o assunto em questão; em um segundo momento foi realizada a observação participante; ao mesmo tempo em que se fez uso do diário de bordo para relatar os acontecimentos ocorridos em campo; por fim, como instrumento metodológico, a entrevista etnográfica assumiu na pesquisa um papel de grande importância, pelo fato de que a conversa entre investigador e investigado teve por objetivo produzir uma narrativa biográfica que busca compreender a importância das políticas públicas intermediadas pelo Projeto São José na zona rural, e que impactaram diretamente nas pessoas que receberam tal benefício.

O roteiro de entrevista foi construído, após a coleta e análise de documentos oficiais do PSJ.

No prosseguimento do estudo utilizaram-se como instrumentos de coleta de dados: a) a análise de documentos; b) a observação participante – com anotações em diário de campo; e, por fim, c) a entrevista etnográfica, com o registro em áudio caso houvesse a necessidade de uma posterior triangulação dos dados coletados. Abaixo seguem algumas informações sobre cada um dos instrumentos que foram incluídos no estudo.

### 2.3.1 Análise documental

Além da observação participante e da entrevista etnográfica, pretendeu-se analisar alguns documentos que foram relevantes para a pesquisa.

De acordo com Lapassade (1992, p. 31-32), há duas categorias de documentos que podem ser utilizados na investigação qualitativa: documentos oficiais e pessoais. Na mesma obra, o autor esclarece essas duas categorias de documentos:

- a) Documents officiels – Ce sont les registres, les emplois du temps (horaires), les comptes-rendus de réunions, les documents confidentiels concernant les élèves, les manuels scolaires, les périodiques et les revues, les enregistrements scolaires, les archives et statistiques, les tableaux d'affichage, les lettres officielles, les documents d'examens, les fiches de travail, les photographies.
- b) Les documents personnels – Ce sont les journaux intimes, les cahiers de brouillon des élèves, les graffiti, les lettres et les notes personnelles. Les productions personnelles des élèves, surtout lorsqu'elles contiennent un aspect personnel important, peuvent fournir des indications très valables sur leurs opinions et attitudes par rapport à toute une gamme de thèmes [...]<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> a) Documentos oficiais – São os registros, o uso do tempo (horários), as atas das reuniões, documentos confidenciais sobre os estudantes, livros, periódicos e revistas, registros escolares, arquivos e estatísticas, cartazes, cartas oficiais, documentos do exame, planilhas, fotos (Tradução nossa).

b) Documentos pessoais – São as agendas, cadernos de rascunho dos alunos, grafites, cartas e notas pessoais. Produções pessoais dos alunos, especialmente quando eles contêm um aspecto pessoal significativo, podem fornecer informações valiosas sobre seus pontos de vista e atitudes para uma variedade de tópicos (Tradução nossa).

O autor supracitado destaca também a relevância dos documentos produzidos pelo pesquisador durante a investigação, especialmente as “notas de campo” e as entrevistas, pois esses documentos podem conter detalhes sobre a concepção e o desenvolvimento da pesquisa, expor a relação do investigador com os participantes do estudo, bem como apontar falhas e erros.

### 2.3.2 Observação participante

Lüdke e André (2013) apontam que o surgimento da observação participante ocorreu através de estudos antropológicos e sociológicos. As autoras indicam que essa ferramenta é um dos principais instrumentos para a coleta de informações no que diz respeito à pesquisa qualitativa, já que possibilita um contato mais estreito e pessoal entre o pesquisador e o fenômeno pesquisado.

Lapassade (1991) indica que a observação participante não significa uma forma particular de observação, mas um dispositivo de trabalho. O autor comenta que esse instrumento em particular, se dá logo no início das negociações para acesso ao campo de pesquisa, e que seu avanço vai se dando de acordo com as interações entre os sujeitos pesquisados e o pesquisador. Ele ressalta ainda que a observação participante é o principal meio de trabalho de campo.

Segundo Bogdan e Taylor (1996, p. 31), a observação participante pode ser definida como:

[...] la investigación que involucra la interacción social entre el investigador y los informantes en el milieu de los últimos, y durante lo cual se recogen datos de modo sistemático y no intrusivo. Los observadores se hunden personalmente en la vida de las personas. Ellos comparten sus experiencias<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Uma investigação que envolve a uma interação social entre o pesquisador e os sujeitos, no meio destes, e, durante a qual, se recolhe dados de maneira sistemática e não intrusiva. Os observadores mergulham pessoalmente na vida das pessoas. Eles compartilham suas experiências (Tradução nossa).

Nesse sentido, a observação participante pode ser compreendida como um ato de perceber as atividades dos atores pesquisados com toda sua gama de inter-relações ao observar a dinâmica do ambiente pesquisado a partir de uma perspectiva de dentro, sem, no entanto, ser admitido no centro da atividade (FINO, 2003).

Macedo (2010) destaca que a observação participante possibilita a flexibilidade necessária que permite ao pesquisador abordar as dinâmicas das realidades humanas, levando em consideração a contínua necessidade de mudança de foco durante o processo de observação. Para esse autor:

Tal flexibilidade permite, ademais, que objetos, questões e recursos metodológicos sejam retomados, assim articulações com a teoria, dependendo da dinamicidade e das orientações que surgem no movimento natural da realidade investigada. Assim, a flexibilidade no ato de pesquisar é uma das condições para a autenticidade e o sucesso de uma etnopesquisa na qual a observação participante seja um recurso significativo (MACEDO, 2010, p. 102).

Com essa visão, a observação participante nos proporcionou adquirir um “papel de membro” no ambiente pesquisado, ao mesmo tempo, nos permitiu observar as várias faces de uma situação sem isolá-la do todo, por meio do contato com a realidade dos sujeitos pesquisados, extraindo o sentido real que lhes atribuem com uma visão de dentro.

Na realização da presente pesquisa, as observações participantes foram registradas por meio de notas de campo que, de acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 118-119), representam “[...] the written account of what the researcher hears, sees, experiences, and thinks in the course of collecting and reflecting on the data in a qualitative study”<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> [...] o relato escrito do que o pesquisador ouve, vê, experiência e pensa no decurso da coleta e refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo (Tradução nossa).

Para Lapassade (1992), a utilização de elementos de escrita contribui como uma fonte de dados muito relevante para a investigação. O pesquisador deve ter sempre em mãos algo em que possa tomar notas – o diário de campo.

Tanto Bogdan e Biklen (1994) quanto Macedo (2010), reforçam a importância do diário de campo como um instrumento facilitador do registro de dados.

Fieldnotes can provide any study with a personal log that helps the researcher to keep track of the development of the project, to visualize how the research plan has been affected by the data collected, and to remain aware of how he or she has been influenced by the data<sup>9</sup> (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 119).

Além de ser utilizado como instrumento reflexivo para o pesquisador, o gênero diário é, em geral, utilizado como forma de conhecer o vivido dos atores pesquisados, quando a problemática da pesquisa aponta para a apreensão dos significados que os atores sociais dão à situação vivida. O diário de campo é um dispositivo de grande relevância para acessar os imaginários envolvidos na investigação, pelo seu caráter subjetivo, intimista (MACEDO, 2010, p. 134).

Nessa perspectiva, o diário de campo foi utilizado no decorrer do trabalho no campo de pesquisa para registrar observações, comentários e notas que pudessem corroborar na transcrição e análise dos dados coletados.

### 2.3.3 Entrevista etnográfica

Em pesquisa etnográfica, a entrevista é um recurso extremamente significativo. Deve ser flexível ao ponto de se reestruturar no decorrer das interações, ultrapassando a simples função instrumental de coleta de dados (MACEDO, 2010).

Para Spradley (1979), essa técnica de coleta de dados é uma ferramenta muito importante para o entendimento da realidade pesquisada, pois permite

---

<sup>9</sup> As notas de campo podem originar em qualquer estudo um diário pessoal que ajuda o pesquisador a acompanhar o desenvolvimento do projeto, visualizar como o plano de pesquisa tem sido afetado pelos dados coletados, e manter-se consciente de como ele tenha sido influenciado pelos dados (Tradução nossa).

captar, no período corrente da pesquisa, informações com diferentes informantes e dos mais variados tópicos, uma vez que, como diz André (2012, p. 28), “as entrevistas têm a finalidade de aprofundar e esclarecer os problemas observados” e, com isso, melhor compreender alguns acontecimentos registrados, e contribuir para o entendimento dos significados que os entrevistados atribuem às situações com base nas conjecturas do pesquisador. Complementando:

[...] é um dispositivo no interior do qual há uma troca que não é, como a conversação denominada de campo, espontânea e ditada pelas circunstâncias. Ela põe face a face duas pessoas cujos papéis são definidos e dissimétricos: o que conduz a entrevista e o que é convidado a responder, a falar de si (LAPASSADE, 2005, p. 148).

No que diz respeito à maneira pela qual se desenvolve a entrevista etnográfica, ela se assemelha à observação participante, pois em ambas o pesquisador precisa construir um relacionamento com os sujeitos pesquisados, ao mesmo tempo em que adota uma atitude flexível, não diretiva e informal que o possibilite desenvolver boas entrevistas (BOGDA; BIKLEN, 1994; MACEDO, 2010).

Good interviews are those in which the subjects are at ease and talk freely about their points of view. Good interviews produce rich data filled with words that reveal the respondents' perspectives. Transcripts are filled with details and examples. [...] There are no rules that you can always apply across all interview situations, but a few general statements can be made. Most important is the need to listen carefully. Listen to what the people say<sup>10</sup> (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 104-105).

A partir das ideias apresentadas, realizou-se uma investigação, na qual foi aplicada um questionário semiestruturado, pois “with semi-structured interviews

---

<sup>10</sup> Boas entrevistas são aquelas em que os sujeitos estão à vontade e falam livremente sobre seus pontos de vista. Boas entrevistas produzem dados ricos, cheios de palavras que revelam as perspectivas dos respondentes. As transcrições estão cheias de detalhes e exemplos. [...] Não existem regras que você possa aplicar sempre a todas as situações de entrevista, mas algumas declarações gerais podem ser feitas. O mais importante é a necessidade de ouvir atentamente. Escute o que as pessoas dizem (Tradução nossa).

you are confident of getting comparable data across subjects”<sup>11</sup> (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 104), além desse tipo de entrevista apresentar uma intensa dinâmica interna, com abertura para mudanças de direcionamento durante o transcorrer da conversa, se assim se fizer necessário.

Portanto, a entrevista etnográfica, assim como a observação participante, foram ferramentas que nos deram a possibilidade de conquistar a confiança da população pesquisada, ao mesmo tempo, os próprios indivíduos também se viram guiados pela curiosidade, o que favoreceu ao pesquisador conhecer as opiniões e percepções dos sujeitos em relação aos fatos estudados. Para uma melhor compreensão e precisão das falas dos entrevistados, as entrevistas foram transcritas de acordo com diálogo produzidos por eles.

## **2.4 DOS PROCEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA**

Os critérios para participação na pesquisa foram:

- 1º garantir a participação dos beneficiários do PSJ que receberam benefícios durante o período de 2012 a 2019;
- 2º considerar a disponibilidade de tempo dos participantes para serem entrevistados;
- 3º solicitar autorização de todos para que as informações e reflexões colhidas ao longo da pesquisa fossem utilizadas no estudo.

A pesquisa de natureza etnográfica, através da observação participante, auxiliou no processo de aproximação com os sujeitos da investigação. Foram pesquisadas duas comunidades, distribuídas da seguinte forma: a) uma comunidade que recebeu processo de inclusão econômica; e b) uma comunidade que recebeu sistema de abastecimento de água e saneamento.

---

<sup>11</sup> Com entrevistas semiestruturadas fica-se confiante em obter dados comparáveis entre os sujeitos (Tradução nossa).

## 2.5 DOS PROCEDIMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO, CATEGORIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados obtidos foram relatados através de observação participante, diário de bordo e entrevista, que foram transcritos para identificação, categorização e análise das informações. Como já explicado, o estudo é de natureza qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 2013) e a análise dos dados foi feita de acordo com a análise do conteúdo (BARDIN, 2009), presente na pesquisa documental.

Nesse sentido, uma pesquisa qualitativa deve focar em obter dados descritivos no ambiente natural de investigação e através do contato direto do pesquisador com a situação pesquisada.

As abordagens qualitativas propiciam descrever a complexidade de problemas e hipóteses, bem como analisar a interação entre variáveis, compreender e classificar determinados processos sociais, oferecer contribuições ao processo das mudanças, criação ou formação de opiniões de determinados grupos e interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos (OLIVEIRA, 2003, p. 58.).

Stake (2010) esclarece que a pesquisa qualitativa não privilegia apenas uma prática metodológica, mas abrange estratégias de pesquisa muito variadas, tais como as narrativas, a fenomenologia, a etnografia e os estudos de caso, não se fundamentando em um conceito teórico e metodológico unificado.

Logo após a organização dos dados coletados se fez necessário leituras e releituras desse material, para que não se perdesse o foco do estudo. Nessa fase, o objetivo foi dar ao material uma estrutura que permitisse ao investigador avançar para a análise final, ou seja, a produção de conceitos e teorias (LAPASSADE, 1992).

Segundo Macedo (2010), em uma pesquisa etnográfica, a análise dos dados acontece durante todo o processo de investigação, no entanto, no momento que o pesquisador foca na construção analítica, essa análise se substancia mais e origina um conjunto estável e pluralista de conhecimentos, necessitando várias avaliações do mesmo fenômeno. Isso pode ser conseguido pela técnica da triangulação.

A triangulação, além de proporcionar uma abordagem multirreferencial dos dados analisados, ao “[...] dá valor de consistência às conclusões de pesquisa, pela pluralidade e perspectivas representativas de uma dada realidade” (MACEDO, 2010, p. 141), também atua como validadora da pesquisa.

## CAPÍTULO 3

### METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Após contar com os fundamentos teóricos necessários para compreendermos a dimensão do Projeto São José como política pública no estado do Ceará, este capítulo explica como se deu a pesquisa desde a construção da metodologia, a definição da população pesquisada, elaboração e aplicação de questionário para recolha de dados, e, por fim, as análises dos dados.

#### 3.1 METODOLOGIA

O objetivo geral do estudo foi o de procurar analisar a atuação do Projeto São José III – 1ª fase seus aditivos no período de dezembro/2012 a abril/2019 e seu impacto enquanto política de desenvolvimento rural.

Para isso seguimos a seguinte metodologia para alcançar nossos objetivos. São eles:

- a) Na Componente 1 – foram selecionados 60 (sessenta) associações/cooperativas que receberam benefícios do PSJ;
- b) Na Componente 2 – foram selecionados 60 (sessenta) beneficiários que receberam sistema de abastecimento e/ou sistema de abastecimento e módulo sanitário;
- c) Com o total de 120 (cento e vinte) selecionados, sendo distribuídos da seguinte forma: 60 (sessenta) participantes oriundos do financiamento do produtivo (componente 1), 60 (sessenta) beneficiário(a)s oriundos do sistema de abastecimento de água e saneamento (componente 2). Dessa forma, resolvemos elaborar um questionário na plataforma *Google Forms* para que ficasse mais acessível o preenchimento do referido documento;

- d) O sistema ficou aberto durante o período de 05.12.2023 a 06.03.2024, para que pudéssemos ter uma participação significativa, já que estamos analisando uma política pública que está em atuação há mais de 30 anos, e que foi se modernizando e evoluindo ao longo de toda sua história;
- e) Após esse longo período de captação das respostas realizadas pelos pesquisados, tivemos o retorno de 116 (cento e dezesseis) questionários, o que corresponde a 96,7% do total de questionários enviados;
- f) No que diz respeito a separação dos questionários através de cada componente, temos a seguinte configuração: i) Componente 1 – recebidos 56 (cinquenta e seis) questionários, ou que corresponde a 46,7%; e, ii) Componente 2 – recebidos 60 questionários, ou 50%, perfazendo um somatório geral de 96,7% dos questionários reenviados pelos pesquisados;
- g) A coleta de dados para a pesquisa se deu através de questionário contendo 14 seções, distribuídas da seguinte forma: seção 1 – informativo sobre o tema do questionário; seção 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); seção 3 – início da pesquisa: informações gerais do(a)s participantes; seção 4 – tipo de benefícios recebidos pelo PSJ III; seções 5, 6, 7 e 8 – produtivo (componente 1); seções 9, 10, 11 e 12 – sistema de abastecimento de água e saneamento (componente 2); seção 13 – informações gerais sobre política pública e o PSJ III; e, seção 14 – agradecimento pela participação na pesquisa.
- h) As perguntas versaram sobre diversos assuntos, tais como: identificação, idade, gênero, escolaridade, raça, religião, município no qual reside, tipo de benefício recebido do PSJ III, cadeia produtiva em que atua, classificação do empreendimento recebido, se houve melhoria de renda, se o sistema de abastecimento de água e saneamento melhorou a qualidade vida, atuação da equipe técnica do PSJ, entre outras;

- i) Ressaltamos a existência de uma única pergunta aberta, na qual podemos considerar o questionário como semiestruturado, já que essa pergunta versa sobre o entendimento que o(a) beneficiário(a) tem sobre o que é política pública;
- j) O número de questionários respondidos foi além de nossa expectativa, já que contamos com a participação dos técnicos do PSJ que colaboraram para o sucesso da pesquisa;
- k) Indicamos ainda que a pesquisa tem um desenho descritivo, no qual mostra as características da amostra da população pesquisada, que são os beneficiários do PSJ III – 1ª fase. Dessa forma, temos uma abordagem caracterizada de cunho qualitativo e quantitativo, pois entendemos que foi a melhor ferramenta para responder os objetivos do estudo em questão.

Indicamos Brandão (2001) citado por Rodrigues, Oliveira e Santos (2021, p. 157), aponta que a pesquisa qualitativa,

[...] está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa.

Corroborando com a assertiva acima, Oliveira *et al.* (2020) assevera que a pesquisa qualitativa busca dar informações sobre os aspectos muito peculiares, examinado de forma detalhada cada situação.

No que diz respeito a pesquisa quantitativa, Rodrigues, Oliveira e Santos (2021, p. 167) afirmam que:

Na perspectiva da pesquisa quantitativa o pesquisador deve retirar do meio e dos sujeitos pesquisados dados que irão fundamentar suas observações. Para a coleta desses dados é importante o uso de técnicas fidedignas e que oportunizem informações precisas e sem

duplicidade, sendo que os mais comuns são os questionários e a consulta de dados numéricos em documentos, além da realização de experimentos controlados.

Entendemos aqui que na pesquisa quantitativa, o pesquisador necessita ter claro quais são os seus objetivos, bem como conhecimento na área de cálculo, já que a utilização de meios estatísticos, como gráficos e tabelas se faz necessária.

Salientamos que, quando bem executadas, tanto a pesquisa qualitativa quanto a quantitativa podem favorecer um estudo mais bem aprofundado do assunto, bem como produzir resultados mais fidedignos do tema abordado, favorecendo o encontro entre a abordagem teórica e a estatística, no qual a construção do conhecimento se faça valer em algo mais aprofundado.

### **3.2 DA ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA**

Os dados da pesquisa foram analisados através da estatística descritiva disponibilizada pela plataforma *Google Forms*, já que ela favoreceu a dinamicidade da pesquisa, rapidez e simplicidade para responderem o questionário. Vale ressaltar também que os dados ficam à disposição do pesquisador através de uma tabela de Excel, na qual a própria ferramenta nos possibilita trabalhar com os mais diversos dados estatísticos, conforme cada coluna selecionada, ao mesmo tempo que favorece um levantamento estatístico mais preciso dos dados recolhidos (ANDRES *et al.*, 2020).

Ao analisar os dados, iremos nesse primeiro momento compor um quadro geral de informações comuns a todos os participantes da pesquisa, para facilitar o seu entendimento. Temos então, a seguinte configuração:

- a) Em termos gerais, participaram 116 (cento e dezesseis) sujeitos com idades que compõem o intervalo entre 21 e 77 anos.

- b) Conforme a questão de gênero, temos: 62 (sessenta e dois) homens cis ou 53,4%; 53 (cinquenta e três) mulheres cis ou 45,7%; e, 01 (um) homem trans ou 0,9%.

Na pesquisa, a categoria de homem trans ter aparecido trouxe certa surpresa, já que em estudos anteriores dentro do PSJ, nenhum indivíduo tinha respondido algum outro questionário disponibilizado pelo projeto com outra categoria de gênero que não fosse homem ou mulher cis, o que gera um avanço, pois podemos entender que as pessoas podem assumir suas sexualidades independente dos lugares, ao qual elas estejam inseridas.

Diante disso, Oliveira (2013) expõe que sujeitos trans enfrentam dificuldades para encontrarem seu lugar na sociedade atual, inclusive no que diz respeito à questão de estarem inseridos no mundo do trabalho, pois o preconceito em serem reconhecidos ainda se faz muito presente em todas as searas. E, no mundo rural isso não seria diferente.

- a) De acordo com os participantes da pesquisa, eles se identificam em relação a sua cor ou raça da seguinte maneira: 77 (setenta e sete) ou 66,4% como pardos; 25 (vinte e cinco) ou 21,6% como brancos; 7 (sete) ou 6,0% como pretos; 6 (seis) ou 5,2% como amarelos; e, 1 (um) ou 0,9% como indígena.

Ressaltamos aqui que o número de pessoas que se consideram pardas é bem representativo no estudo, superando o somatório das outras categorias (brancos, amarelos e indígenas) em 32,7%.

- b) Em termos de escolaridade, temos a seguinte configuração: 12 (doze) ou 10,3% dos pesquisados não sabem ler e nem escrever; 18 (dezoito) ou 15,5% afirmam serem apenas alfabetizados; 16 (dezesesseis) ou 13,8% indicam apenas terem o ensino fundamental incompleto; 6 (seis) ou 5,2% revelaram possuir o ensino fundamental completo; 6 (seis) ou 5,2% informam apenas ter o ensino médio incompleto; 33 (trinta e três) ou 28,4% possuem ensino médio completo; 7 (sete) ou 6,0% responderam

ter o ensino superior incompleto; e, 18 (dezoito) ou 15,5% afirmam terem finalizado o ensino superior.

Ao analisarmos as respostas obtidas, temos algumas observações: i) 58 (cinquenta e oito) ou 49,9% dos participantes se encontram dentro da categoria que mais possuem escolaridade (ensino médio completo, ensino superior incompleto e ensino superior completo), o que permite afirmar que, quanto maior o tempo nos meios acadêmicos, maior a possibilidade de melhorar a vida, bem como elevar a renda; ii) o número dos participantes que não sabem ler e nem escrever, bem como com o de alfabetizados, pode ser considerado preocupante, já que temos 30 (trinta) ou 25,5% dos indivíduos nesse grupo, o que pode ter reflexos negativos em uma política de desenvolvimento, como é o caso do PSJ.

De acordo com Castro (2009 apud Pereira, Castro, 2021, p. 26),

O analfabetismo é um dos grandes problemas sociais a serem enfrentados para a construção da cidadania plena, considerando que esse indicador é definido pela taxa de pessoas que não sabem ler ou escrever um simples bilhete. Apesar dos inúmeros avanços, a taxa brasileira é maior que a de seus vizinhos, como Equador, Chile e Argentina, mostrando que ainda há muito que se fazer nesta área.

Analisando a citação acima, temos aqui que o processo educacional no campo sempre sofreu com o abandono escolar da população rural, haja vista a necessidade de as pessoas buscarem fontes para manterem suas necessidades mais básicas. Porém, vislumbramos que programas como o Educação para Jovens e Adultos (EJA) favoreceu um aumento nos indicadores educacionais tanto no meio urbano, quanto no meio rural, mas ainda há muito o que fazer (PEREIRA, CASTRO, 2021).

- a) No que diz respeito a questão do grupo à qual pertence, os pesquisados responderam que: 101 (cento e um) ou 87% se classificam como

agricultore(a)s familiares; 6 (seis) ou 5,2% são assentados da reforma agrária; 2 (dois) ou 1,7% são quilombolas; 1 (um) ou 0,9% é pescador(a) artesanal; 6 (seis) ou 5,2% se classificam como: atuando na área do magistério, em consultoria agrícola, entre outros.

- b) Os participantes da pesquisa são oriundos dos seguintes municípios: Altaneira, Amontada, Aracati, Aracoiaba, Ararendá, Arneiroz, Barbalha, Barro, Baturité, Beberibe, Cariús, Chorozinho, Crateús, Crato, Guaraciaba do Norte, Horizonte, Ibiapina, Icapuí, Icó, Independência, Ipueiras, Jaguaribe, Jaguaruana, Maracanaú, Maranguape, Missão Velha, Monsenhor Tabosa, Morrinhos, Ocara, Pacajus, Parambu, Paramoti, Pindoretama, Poranga, Potiretama, Quiterianópolis, Quixeramobim, Quixeré, Redenção, Santana do Acaraú, São Benedito, Senador Pompeu, Tauá, Trairi, Tururu, Ubajara e Várzea Alegre. São 47 (quarenta e sete) no total.

Após ter concluído as questões em comum a todos os beneficiários do PSJ III – 1ª fase que responderam ao questionário, passamos a nos ater de acordo com as componentes, já que, conforme foi explicitado acima, temos dois grupos pesquisados, são eles: componente 1 – financiamento para a produção; e, componente 2 – sistema de abastecimento de água e/ou água + banheiro.

### **Componente 1 – financiamento para a produção**

Dos 60 (sessenta) questionários enviados para as associações/cooperativas que receberam financiamento para a produção, foram devolvidos 56 (cinquenta e seis), o que representou um total de 46,7% dos questionários recebidos relativos a esse quesito. Abaixo apresentamos o Quadro 1, correspondente aos municípios e associações/cooperativas que fizeram parte do estudo.

**Quadro 1** – Municípios e associações/cooperativas participantes do estudo

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>ASSOCIAÇÕES/COOPERATIVAS</b>	<b>QUANTIDADE DE ASSOCIAÇÕES/COOPERATIVAS POR MUNICÍPIOS</b>
Altaneira	Associação Raízes Culturais de Altaneira	1
Amontada	Associação Comunitária dos Agricultores do Córrego da Ema	1
Aracati	Associação Comunitária de Cajazeiras – Ascac – Pedro Soares	2
	Cooperativa Agroindustrial Aroeira Vilany	
Aracoiaba	Instituição Sócio Comunitária da Agrovila de Isca do Açude Aracoiaba	1
Ararendá	Associação dos Apicultores de Ararendá e Região	1
Barbalha	Associação dos Agricultores Assentados do Sítio Malhada	1
Barro	Associação dos Apicultores da Comunidade Riachão	1
Baturité	Associação Kolping dos Correntes	1
Beberibe	Associação do Assentamento da Fazenda Córrego do Murici	
	Associação dos Apicultores do Sertão de Beberibe	

	Associação dos Trabalhadores do Assentamento Maçaranduba	5
	Associação dos Trabalhadores do Assentamento Nova Esperança	
	Associação dos Trabalhadores do Assentamento Santa Maria	
Cariús	Associação de Apicultores de Cariús	1
Chorozinho	Cooperativa Agroindustrial Zé Lourenço	1
Crateús	Associação de Apicultores de Crateús	1
Crato	Cooperativa Agroindustrial dos Pequenos Produtores do Sítio Malhada	1
Guaraciaba do Norte	Associação Carcará Orgânico	1
Horizonte	Cooperativa dos Apicultores da Região do Semiárido Ltda	1
Ibiapina	Associação Comunitária dos Agricultores e Agricultoras Rurais do Sítio Jurema Norte	2
	Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Paratibe	
Icapuí	Cooperativa de Pesca, Agricultura e Aquicultura Marinha de Icapuí Ceará Ltda	1
Icó	Associação Comunitária do Conjunto Gama	1
Independência	Associação dos Apicultores(as) Camponeses(as) de Independência-CE	1
Ipueiras	Associação dos Moradores Quilombolas de Coité	1

Jaguaribe	Associação Somel dos Apicultores de Jaguaribe	1
Maracanaú	Associação Comunitária Menino Jesus de Praga	1
Maranguape	Associação Comunitária e dos Pequenos Produtores Rurais da Região de Umarizeiras	2
	Cooperativa Agroecológica da Agricultura Familiar do Caminho de Assis	
Missão Velha	Associação dos Produtores de Banana do Sítio Barreiras	1
Monsenhor Tabosa	Associação Taboense dos Apicultores	1
Morrinhos	Associação Comunitária da Mulheres de Curralinho	1
Pacajus	Associação de Apoio aos Carentes da Comunidade do Lagamar	2
	Central de Cooperativas Copacaju Ltda	
Parambu	Associação de Apicultores e Apicultoras do Município de Parambu	2
	Associação dos Pequenos Produtores de Miranda	
Paramoti	Associação dos Apicultores do Município de Paramoti	1
Pindoretama	Associação dos Produtores de Leite e Agropecuaristas de Pindoretama	1
Poranga	Associação Comunitária dos Apicultores de Poranga	1

Potiretama	Associação Padre Leonardus do Projeto Assentamento Riacho Seco	1
Redenção	Associação Comunitária Unidos Venceremos	1
Santana do Acaraú	Associação de Apicultoras(es) de Santana do Acaraú	1
São Benedito	Associação Comunitária Filhas de Santa Luzia	1
Senador Pompeu	Cooperativa Agroindustrial do Assentamento Che Guevara	2
	Cooperativa Agropecuária de Senador Pompeu Ltda	
Quixeramobim	Associação Comunitária dos Moradores do Fogareiro em Busca da Água Viva	3
	Associação Comunitária Grupo de Saúde Santa Ana	
	Associação dos Produtores do Vale do São Bento	
Quixeré	Associação Comunitária Ribeirinha de Barreiras	1
Tauá	Associação dos Apicultores do Município de Tauá	2
	Cooperativa de Desenvolvimento da Economia Familiar da Região dos Inhamuns Ltda	
Trairi	Associação dos Moradores da Embuaca	1
Tururu	Cooperativa Agroindustrial do Assentamento Novo Horizonte	1

Ubajara	Associação Comunitária dos Sítios Santo Elias e Santo Amaro	1
Várzea Alegre	Associação dos Apicultores de Várzea Alegre	1
<b>Total Geral</b>		<b>56</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir do *Google Forms/Reprodução*.

Além dos dados levantados ao longo do estudo, contamos com o apoio da Assessoria de Gestão Social (Ageso) do Projeto São José para a coleta das informações de cunho socioeconômico. Para isso, foram contratadas duas empresas para essa fase de levantamento de informações, foram elas: a Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará (Acace) e o Instituto Flor do Piqui.

As associações/cooperativas participantes da pesquisa fazem parte hoje do PSJ IV e foram nomeadas como “egressas”<sup>12</sup> e são consideradas como grupo de controle para compreender o impacto das políticas públicas do PSJ, em se tratando de financiamento para a produção.

Na sequência, seguem as informações mais relevantes disponibilizadas pela Ageso através da ferramenta do *Excel*. Vale ressaltar que as respostas foram dadas pelos representantes das Organizações da Agricultura Familiar (OAFs), e de acordo com o levantamento realizado, muitos dos dados foram suprimidos por essas organizações, o que prejudicou o tratamento dos dados.

Quando filtrados os elementos de estudo com base apenas em beneficiária(o)s do PSJ III – 1.ª fase, tem-se o seguinte cenário:

- a) O total de beneficiária(o)s que são associados/cooperados é de 736 (setecentos e trinta e seis);

---

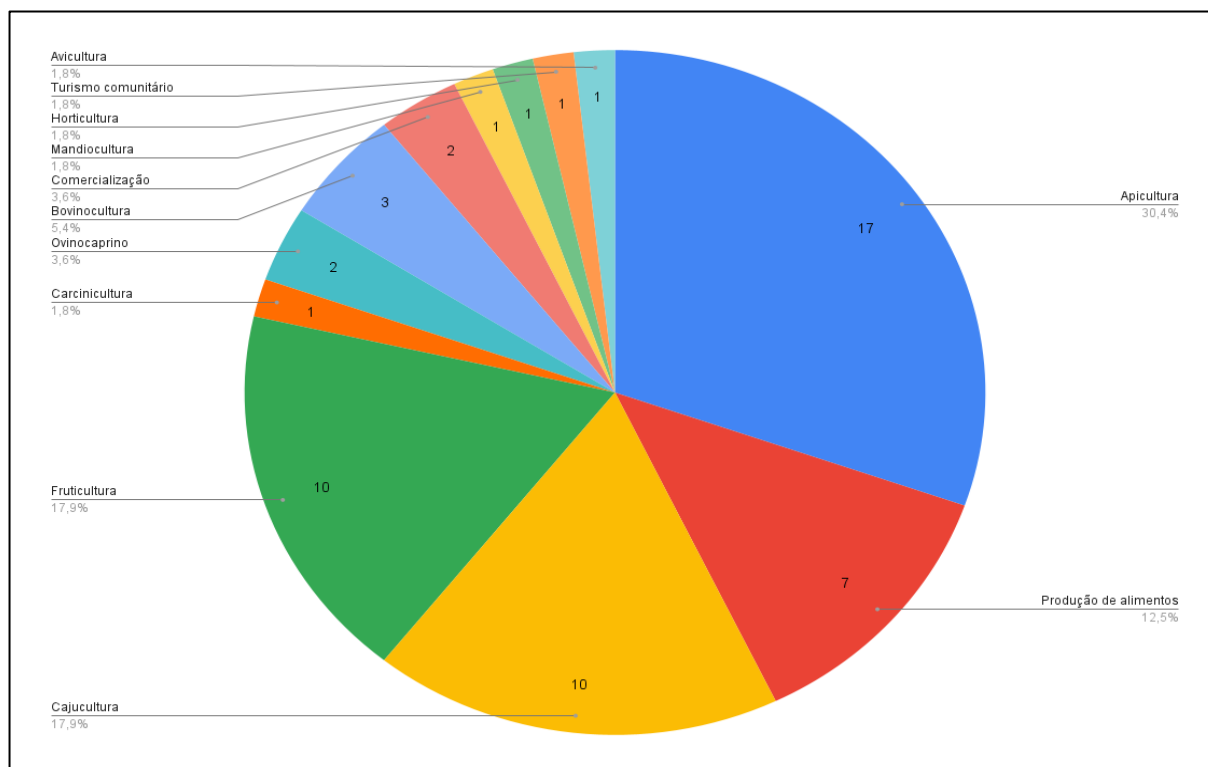
<sup>12</sup> Grifo do autor.

- b) 555 (quinhentos e cinquenta e cinco) homens beneficiados que fazem parte das associações/cooperativas;
- c) 181 (cento e oitenta e um) é o número de mulheres existentes;
- d) No que diz respeito ao número de mulheres em cargos de liderança/gestão, temos um total de 36 (trinta e seis);
- e) Temos 12 (doze) jovens que participam como beneficiários;
- f) 6 (seis) jovens que estão ocupando cargos de liderança/gestão.

Conforme dados cedidos pela Ageso, fica evidente que as informações não traduzem um panorama real sobre o que foi captado pelas duas instituições contratadas pelo PSJ, o que dificulta o trabalho em prol de uma política pública que realmente contemple homens e mulheres do campo. É necessário que a assessoria social possa dialogar com as empresas com o intuito de minimizar as perdas das informações, visando assim, construir um cenário mais próximo do real, bem como garantir ações mais efetivas no desenvolvimento de suas atividades.

A seguir, trazemos uma análise do questionário aplicado aos representantes das associações/cooperativas e que se aproxima da realidade em que cada OAF está inserida. Em um primeiro momento, foi perguntado aos respondentes em que tipo de cadeia produtiva eles atuavam. De acordo com as respostas, 12 (doze) cadeias foram elencadas, presentes no gráfico abaixo.

**Gráfico 1** – Cadeia produtiva em que atua.

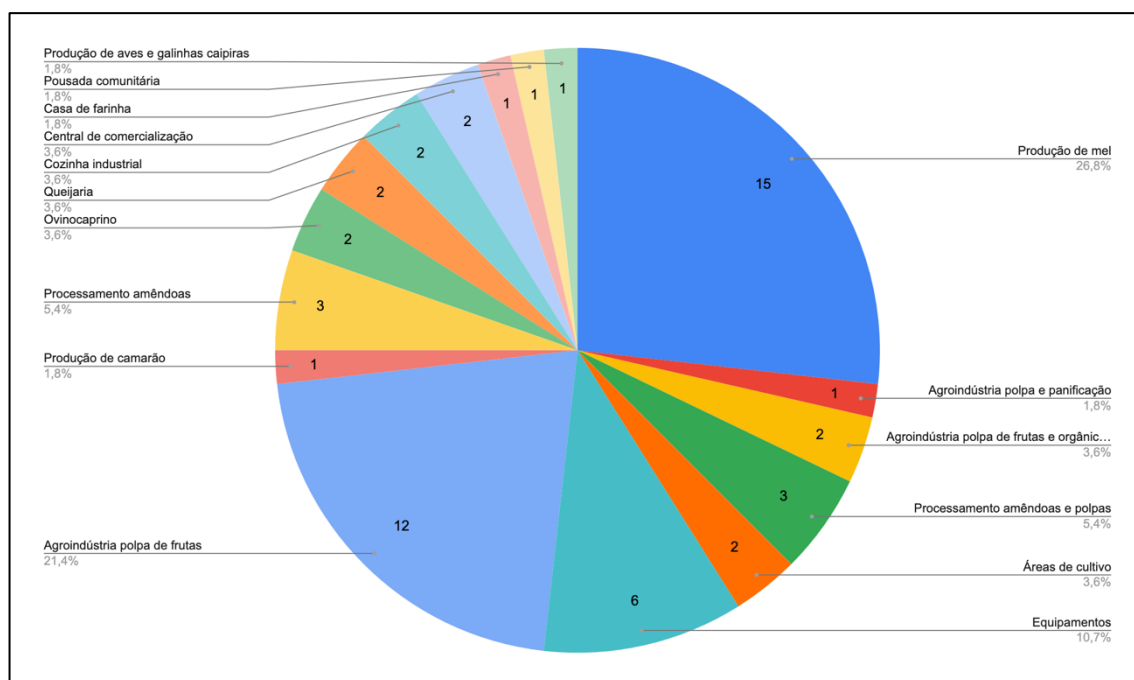


**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir do *Google Forms/Reprodução*.

As cadeias produtivas de apicultura, fruticultura e cajucultura apresentam, juntas, o percentual de 66,2% de todas as cadeias que foram elencadas nas respostas dadas, o que nos leva a deduzir que as referidas cadeias são influenciadas por favorecerem uma atividade econômica rentável, podendo atingir tanto o mercado interno quanto o mercado externo.

Costa (2021) afirma que, com a população a partir dos anos 80 buscando consumir produtos mais naturais, bem como, mais saudáveis, a procura por esses alimentos se tornou uma constante, o que favoreceu a cadeia da apicultura, já que é um alimento de fácil manuseio e, ao mesmo tempo, de alta competitividade no mercado internacional. A seguir apresenta-se o Gráfico 2, que diz respeito ao tipo de empreendimento recebido(a) pelo(a) respondente.

## Gráfico 2 – Tipo de empreendimento recebido



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir do *Google Forms/ Reprodução*.

Conforme o gráfico acima, temos 16 tipos de empreendimentos recebidos pelos pesquisados, são eles: produção de aves e galinhas caipiras, produção de mel, agroindústria polpa e panificação, agroindústria polpa de frutas e orgânicos, processamento amêndoas e polpas, áreas de cultivo, equipamentos, agroindústria polpa de frutas, produção de camarão, processamento amêndoas, ovinocaprino, queijaria, cozinha industrial, central de comercialização, casa de farinha e pousada comunitária.

Os maiores empreendimentos financiados pelo PSJ III – 1ª fase foram o de produção de mel, com 15 beneficiado(a)s; agroindústria polpa de frutas, com 12 empreendimentos; e equipamentos, com 6 (seis) beneficiados.

De acordo com o Atlas da Apicultura no Brasil, criado por Décio Gassoni (2022), a produção de mel no país alcançou, no ano de 2022, 60.966 toneladas e, o estado do Ceará produziu 4.441,560 toneladas, ocupando assim, a 8ª posição no ranking nacional.

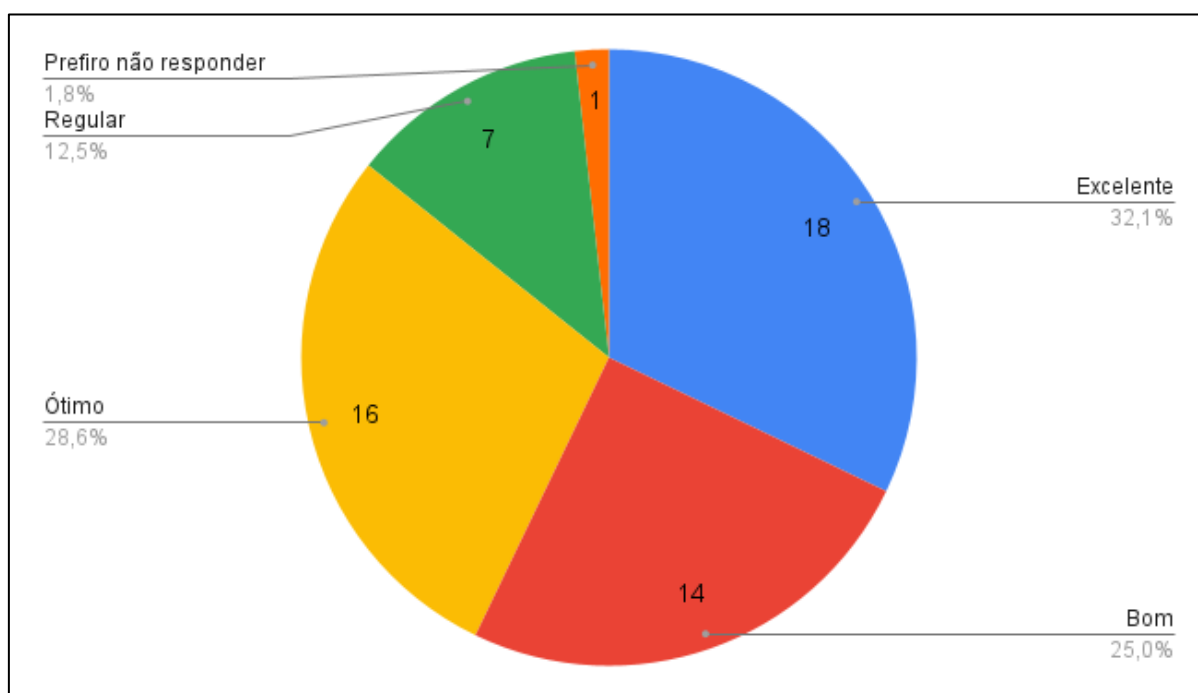
Ainda de acordo com o Atlas (2022), cultivos agrícolas de interesse para a apicultura no Brasil são: café, laranja, limão, melão, soja, maçã e melancia. E, áreas com vegetação de interesse seriam: Acácia mangium, Acácia negra, Algarobeira, Bracatinga e Eucalipto.

Entendemos aqui, que ao apostar em empreendimentos como a apicultura, o PSJ III – 1ª fase acena para um processo de produção agrícola que permite uma agricultura familiar sustentável e que dialoga de maneira harmoniosa com todo o meio ambiente. Diante disso, nos apropriamos da fala de Daniel Cavalcante, publicada no site da Associação Brasileira de Estudos das Abelhas (A.B.E.L.H.A), retirada da Revista Globo Rural, quando ele afirma que a apicultura é “uma das únicas atividades da agropecuária brasileira que permite a coexistência, de forma harmônica e interativa, dos três pilares essenciais da sustentabilidade” (2024, p. 1).

Com base no Relatório Brundtland (1987), entendemos que, ao se trabalhar com os três pilares da sustentabilidade na cadeia da apicultura, temos: do ponto de vista econômico, é uma atividade muito bem aceita pelo mercado interno e externo e, tem ampla possibilidade de crescimento; em se tratando do lado social, favorece um trabalho coletivo, podendo diminuir o êxodo rural, já que é uma atividade que se faz presente o ano todo; e, por fim, no aspecto ambiental, estimula a preservação não só das espécies de abelhas, mas também, da flora e fauna da região onde está inserida.

Foi perguntado como os entrevistados classificavam a qualidade do empreendimento recebido através do PSJ (Gráfico 3).

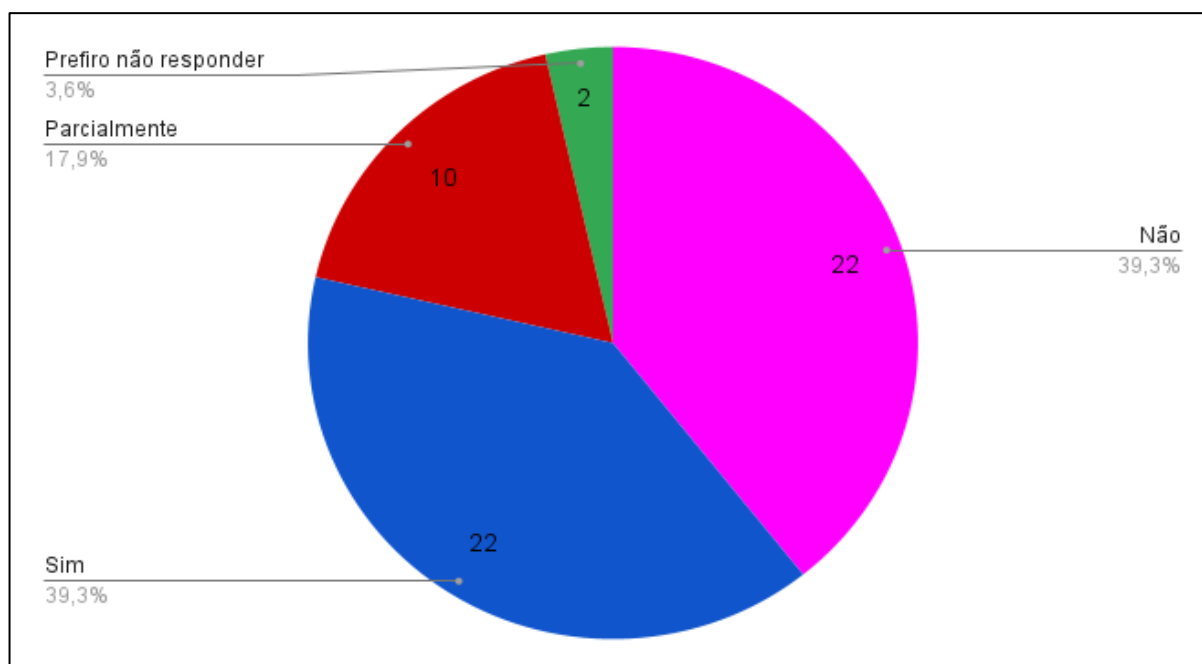
**Gráfico 3** – Classificação da qualidade do empreendimento recebido



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir do *Google Forms/Reprodução*.

Analisando o gráfico 3, evidencia-se que a qualidade dos empreendimentos entregues pelo PSJ III – 1ª fase, na média geral, pode ser considerada ótima, o que nos leva a cogitar que o Projeto, ao contratar as empresas para executarem os serviços, têm oferecido qualidade aos homens e mulheres do campo, o que possibilita um investimento que preza não só pela qualidade, mas também pela durabilidade dos empreendimentos disponibilizados pelo Projeto. Em seguida, foi perguntado se ocorreu atraso na entrega do empreendimento. As respostas estão no gráfico 4 abaixo.

**Gráfico 4 – Atraso na implementação dos empreendimentos**



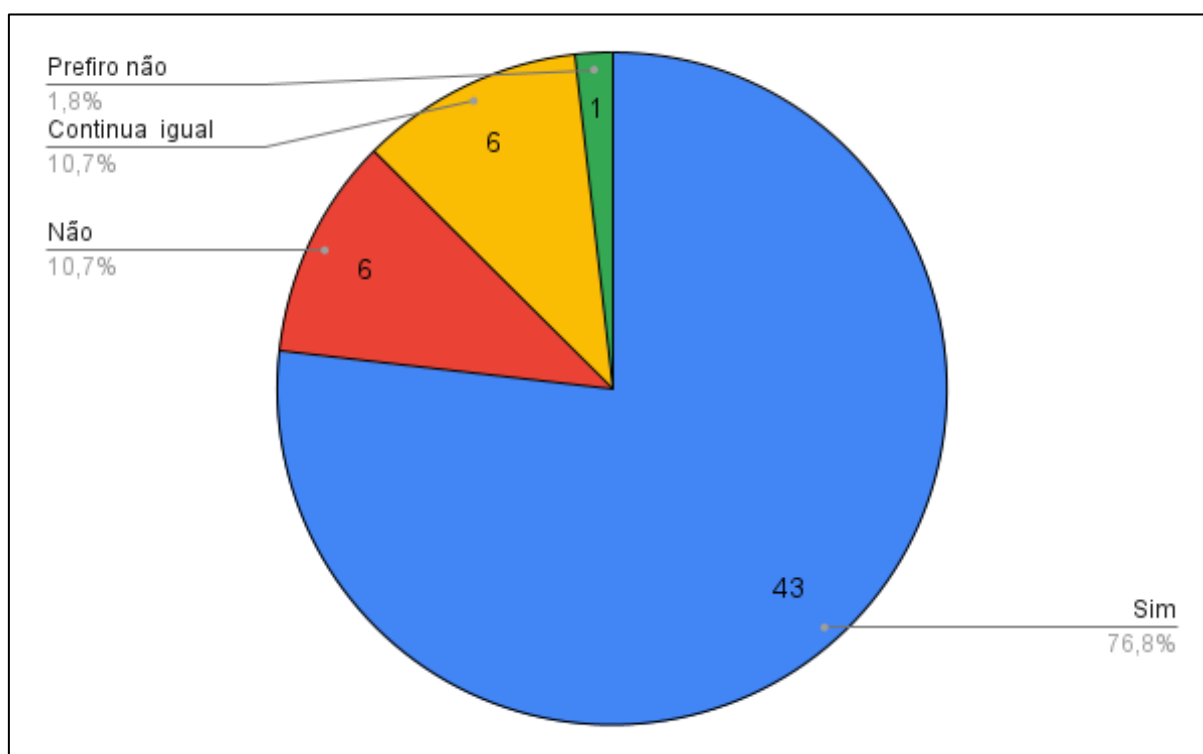
**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir do *Google Forms/Reprodução*.

De acordo com 32 (trinta e dois) ou 57,2% dos entrevistados, ocorreu atraso na implementação do empreendimento. Para os sujeitos que indicaram “sim” ou “parcialmente”, as situações para que ocorresse atraso foram: a) burocracia no processo de implementação – 19 (dezenove) ou 59,4% das respostas; b) tempo muito extenso até finalizar a implementação – 10 (dez) ou 31,3% das respostas; e c) outros – 3 (três) ou 9,3% das respostas.

Através das respostas levantadas, se faz necessário que o PSJ, em suas futuras fases, venha a promover maior celeridade nos processos de implementação dos empreendimentos, bem como, viabilizar uma desburocratização em todas as fases de chamada pública para otimizar a implementação dos futuros empreendimentos.

Sobre a “transformação de vida”, foi perguntado se o empreendimento implementado na associação/cooperativa teve aumento de produção, obtendo o seguinte cenário presente no gráfico 5 a seguir.

**Gráfico 5 – Aumento de produção**

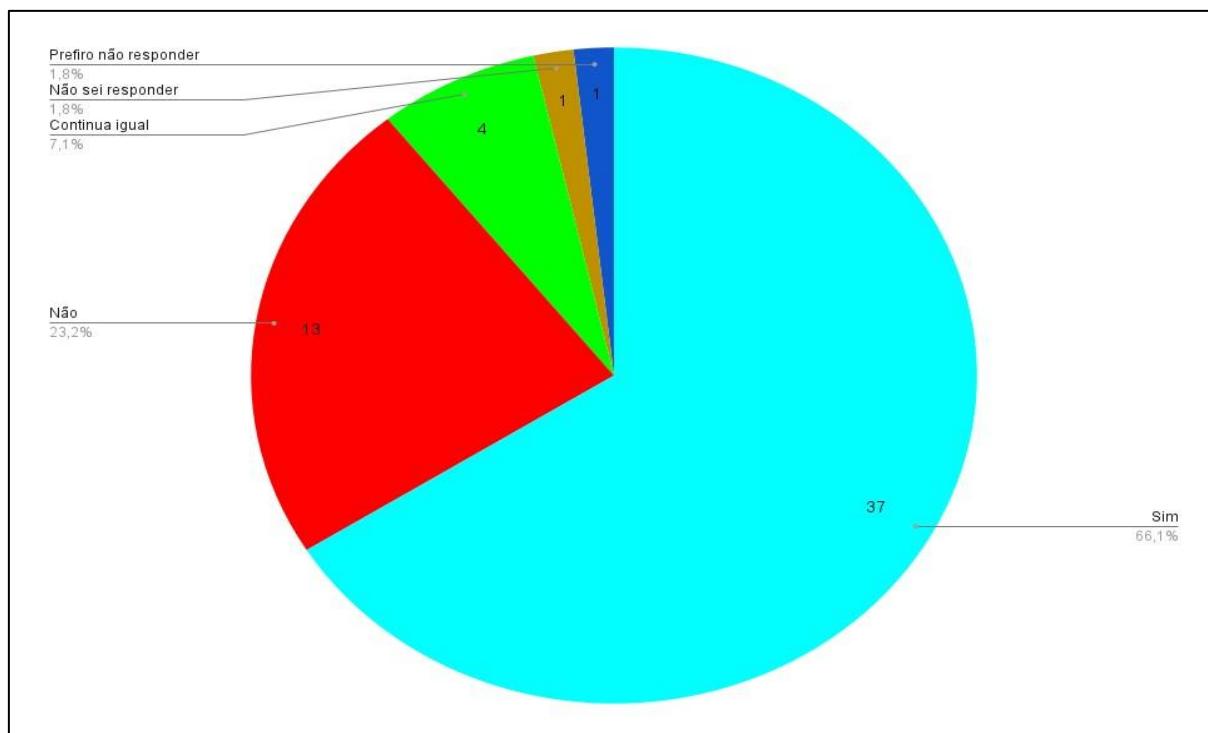


**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir do *Google Forms/Reprodução*.

Um total de 43 (quarenta e três) ou 76,8% dos entrevistados responderam que houve aumento de produção, o que nos leva a indicar que, ao implementar um empreendimento, seja ele de pequeno, médio ou de grande porte, os sujeitos que os recebe tendem a aumentar sua produção e isso faz toda uma diferença no processo de geração de renda no campo, impactando também na qualidade de vida dessas pessoas.

A oportunidade de expandir a produtividade, o aumento da comercialização dos produtos tanto no mercado interno, como no externo, vem a favorecer o fortalecimento da agricultura familiar no meio rural (COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA, 2024). Perguntamos, em seguida, se os pesquisados conseguiram acessar novos mercados para seus produtos (Gráfico 6).

**Gráfico 6 – Acesso a novos mercados para seus produtos**



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir do *Google Forms/Reprodução*.

De acordo com os resultados acima, temos um cenário bem expressivo, já que acima de 65% dos entrevistados afirmaram que conseguiram novos mercados para os seus produtos.

Acessar novos mercados é um desafio, pois é algo complexo e que envolve diversas variáveis, tais como: produção, beneficiamento e comercialização (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2013). Conforme explicitado na Cartilha Estratégias de Acesso a Mercados para a Agricultura Familiar da Fundação Banco do Brasil (2013, p. 10),

A maior dificuldade dos agricultores familiares encontra-se justamente na comercialização, pois muitas vezes não há um domínio, por parte deles, do processo produtivo nem um acompanhamento pela assessoria técnica.

É importante entender o conceito de comercialização como algo mais amplo e complexo do que simplesmente o processo de compra e venda dos produtos. Na comercialização estão contidas também as etapas de produção e transformação do produto, o que constitui a cadeia produtiva.

O mais complicado do negócio, entretanto, está na boa organização da oferta. A questão é identificar modelos, possibilidades e estratégias para a Agricultura Familiar, verificando a sua especificidade nos processos comerciais.

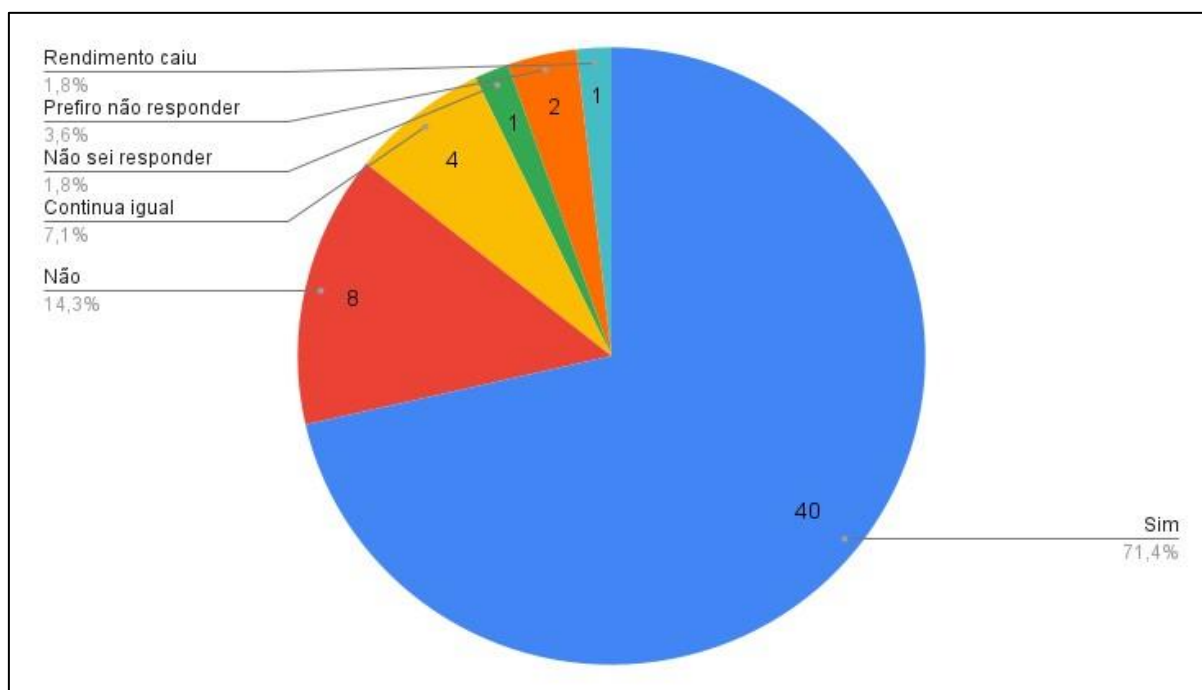
Observa-se que a concorrência dos mercados atacadistas e a forte influência do agronegócio nas diferentes regiões tornam-se também um obstáculo para que os agricultores familiares tenham condições de escoar sua produção. Neste sentido, é fundamental criar estratégias diversificadas de acesso a mercados e, com isso, promover a inserção econômica da família neles e a democratização desse processo insertivo.

Dialogando com a citação, é necessário que homens e mulheres do campo entendam não apenas sobre o processo de venda e compra dos produtos. Eles precisam conhecer o que mercado está em busca, o que é preciso para alavancar e dinamizar sua produção, bem como, se colocar à disposição de construir conhecimento através de aprendizagem contínua.

É preciso também, procurar por mercados mais rentáveis, sejam eles de cunho governamentais ou privados, isso porque, o que importa é oferecer um produto de qualidade, que seja competitivo e que possa se destacar no meio de tantos outros produtos similares.

Foi perguntado se após todo o processo de financiamento para a produção concedido pelo PSJ III – 1ª fase, houve aumento de renda (Gráfico 7).

**Gráfico 7 – Aumento da renda**

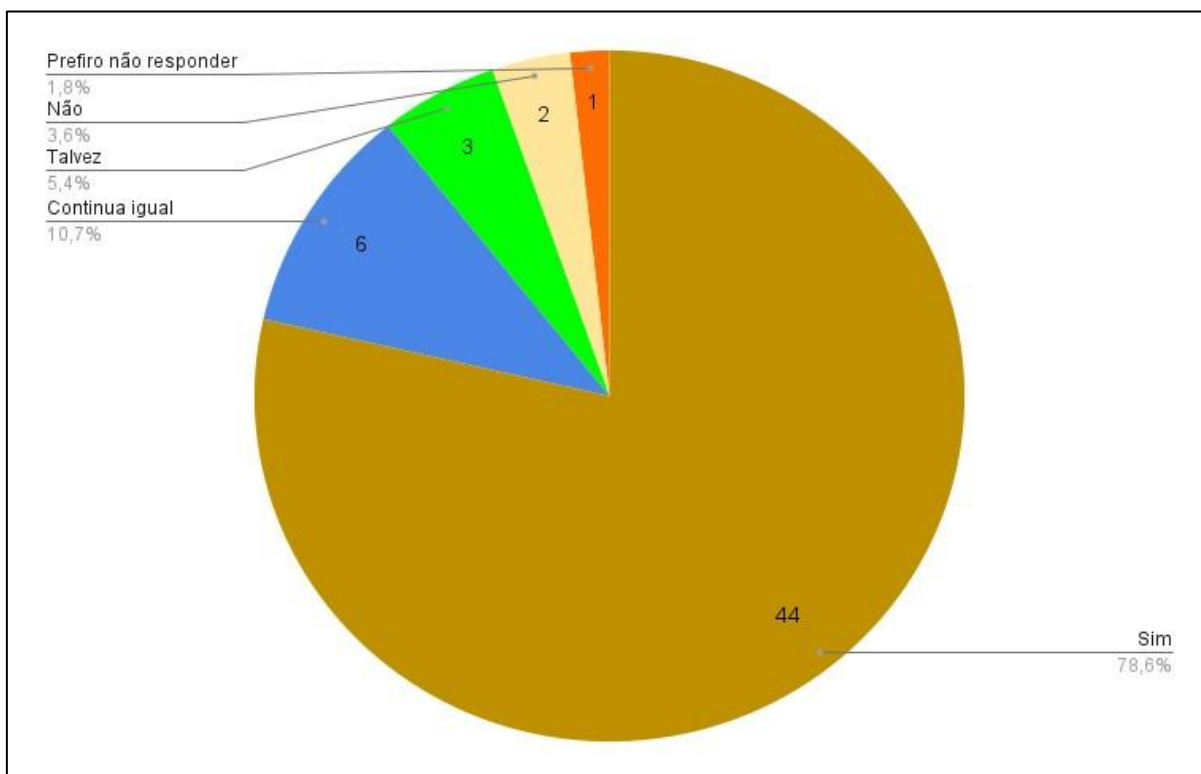


**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir do *Google Forms/Reprodução*.

Analisando o gráfico, vislumbramos que uma parcela significativa acima de 70% de participantes que sinalizaram com uma resposta satisfatória ao aumento de renda. Entendemos que o Projeto São José, desde a sua criação (há mais de 30 anos), vem promovendo o desenvolvimento do campo no Ceará, e o aumento de renda no meio rural sempre foi o objetivo do projeto, o que colabora com as respostas obtidas no questionário, já que o aumento de renda no campo visa fortalecer a agricultura familiar não apenas de forma financeira, mas também, proporcionar a essa população a adoção de novas metodologias para dinamizar a produção de forma sustentável e rentável (LUCCHI *et al.*, 2017).

A pergunta seguinte foi para saber se a associação/cooperativa a que o respondente está vinculado se encontra mais fortalecida após o financiamento para a produção. As respostas informadas pelos pesquisados estão representadas no gráfico abaixo.

**Gráfico 8** – Associação/cooperativa se encontra mais fortalecida após financiamento para a produção



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir do *Google Forms/Reprodução*.

Com base nas respostas, 44 (quarenta e quatro) entrevistados ou 78,6% indicaram que a associação/cooperativa se encontra mais fortalecida. Conforme nosso entendimento, as respostas referendam a pergunta do Gráfico 7, haja vista que, ao fortalecer a organização, itens como renda, produtividade e produção são indicativos que demonstram o quanto esses estabelecimentos tendem a ganhar em termo de qualidade, competitividade e credibilidade no mercado.

O processo de fortalecimento da agricultura familiar visa fortalecer o cooperativismo e associativismo, buscando uma melhor estruturação do setor com o intuito de potencializar e ampliar a produção e mercado (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2022).

Perguntamos em seguida, se homens e mulheres que fizeram parte da pesquisa conseguiram acessar novos conhecimentos e se esses conhecimentos foram utilizados de forma benéfica para a produção no campo e na vida pessoal.

As respostas encontradas foram: 53 (cinquenta e três) ou 94,6% dos informantes afirmaram que conseguiram não só acessar novos conhecimentos, como esses conhecimentos são utilizados tanto na produção como na vida pessoal; 02 (dois) participantes indicaram que tudo continua igual; e 01 (um) disse que não acessou e, conseqüentemente, não faz uso deles nem na sua produção e nem na vida pessoal.

O acesso a novos conhecimentos pode se traduzir em uma melhor qualidade de vida, ao mesmo tempo em que favorece uma dinamização em outras áreas da vida do agricultor familiar.

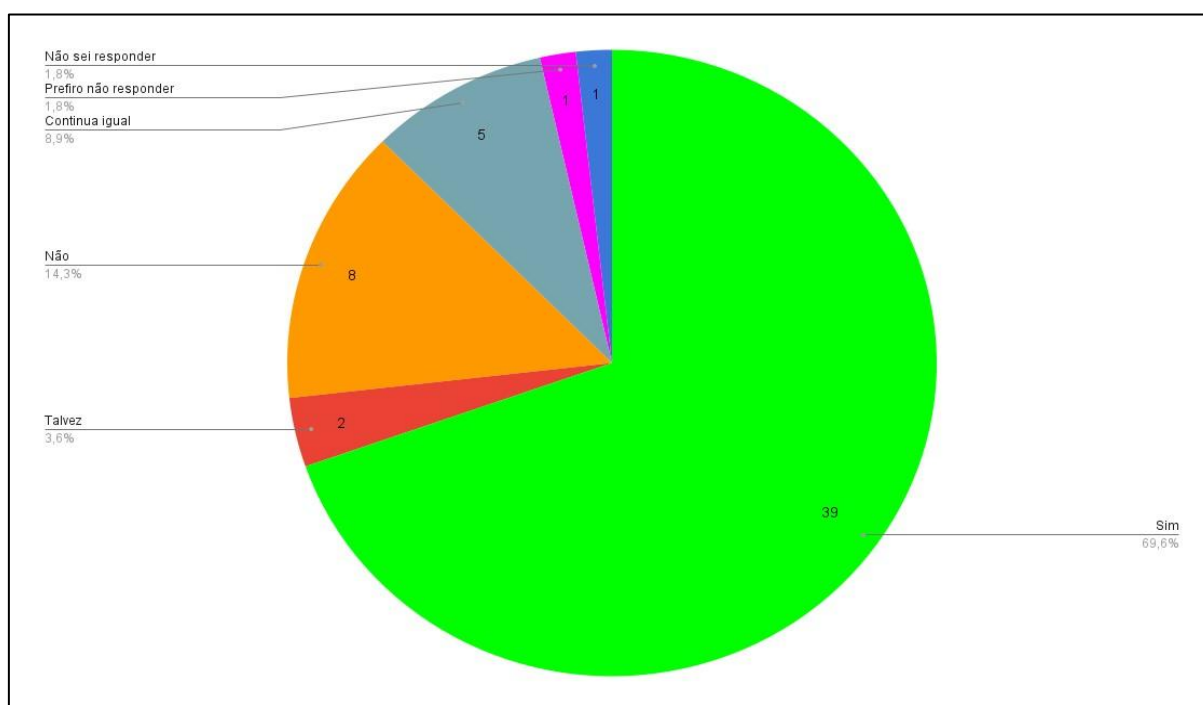
A busca pelo processo de construção do conhecimento possibilita a todos que fazem parte da sociedade, inclusive o setor da agricultura familiar, mediar as mais diversas experiências que foram produzidas ao longo da história da humanidade e que são agentes transformadores nos lugares em que estão inseridos (SOUZA JÚNIOR, 2019).

A educação deve estar voltada à ação de realização de todos, no intuito de pertencerem a uma coletividade, de se sentirem aceitos e bem-vindos dentro do sentido de pertencimento que constrói seu conhecimento, sua moral e sua ética, em prol de uma coletividade, com o sentimento de um bem comum (MAKARENKO, 1985 apud SOUZA JÚNIOR, 2019, p. 78).

Ao acessar novos conhecimentos nunca estamos sozinhos, se trabalha de forma coletiva, onde os conhecimentos de cada um visa construir um novo saber, no qual a conquista é de todos e não de forma individual e que impacta diretamente dentro da agricultura familiar.

A pergunta seguinte versou sobre as mudanças nas práticas agrícolas após acessar novos conhecimentos (Gráfico 9).

## Gráfico 9 – Mudança nas práticas agrícolas após acessar novos conhecimentos

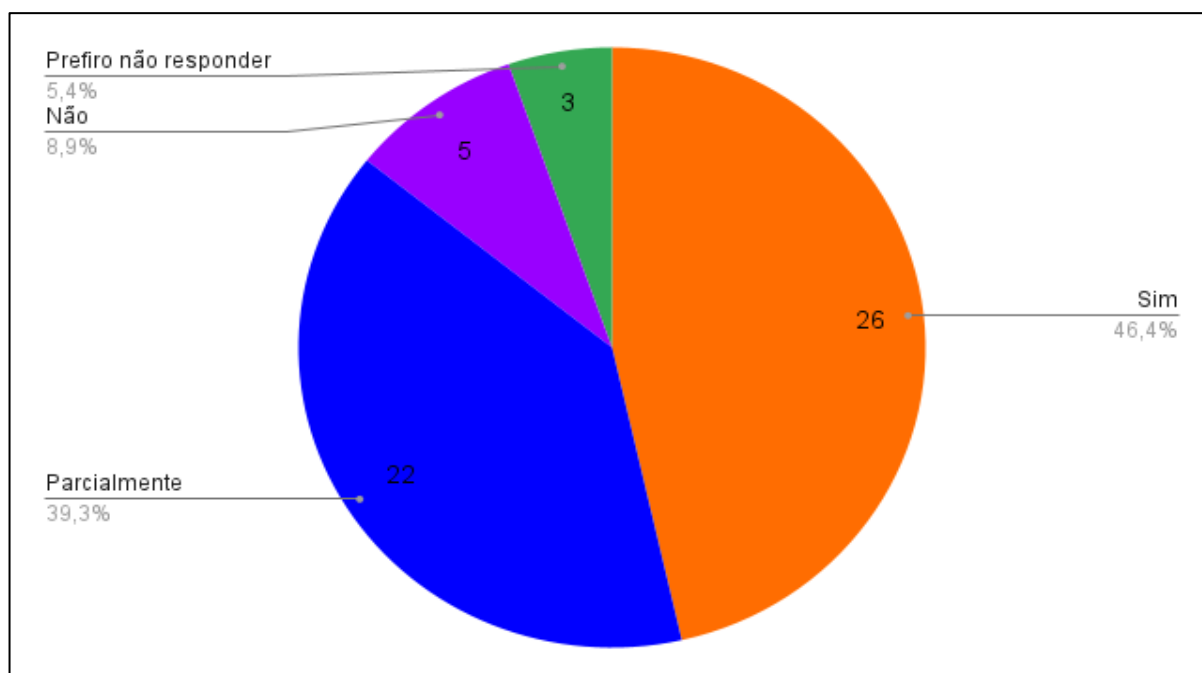


**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir do *Google Forms/Reprodução*.

Os números são bem próximos da questão anterior, pois conforme respostas colhidas, temos 39 (trinta e nove) ou 69,6% dos sujeitos que asseveram que suas práticas agrícolas sofreram mudanças, o que comprova que, ao acessar novos conhecimentos, nada fica estático, quer dizer, tudo se transforma. Como sentenciam Souza Júnior (2019, p. 79), “[...]. O processo de construção do conhecimento e de compreensão da natureza se tornou plural. O mundo deixou de ser estático e passou a ser dinâmico”.

Quando perguntados se o empreendimento recebido através do PSJ III – 1ª fase está atendendo aos objetivos propostos, encontramos o seguinte cenário abaixo:

**Gráfico 10** – Objetivos propostos do empreendimento recebido



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir do *Google Forms/Reprodução*.

No que diz respeito ao gráfico acima, 26 (vinte e seis) ou 46,4% de pessoas afirmaram que os objetivos que foram propostos para o recebimento do empreendimento estão sendo cumpridos; 22 (vinte e dois) ou 39,3% indicaram que só parcialmente; 05 (cinco) ou 8,9% garantem que não; e 03 (três) ou 5,4% preferiram não responder.

É preciso investigar as razões para que os objetivos propostos no recebimento do empreendimento não estejam cumprindo com aquilo que foi planejado anteriormente, para que se possa entender o motivo que pode ter comprometido os objetivos da associação/cooperativa, já que, aos somarmos os números de respostas de parcialmente e não, encontramos um percentual de 48,2% de objetivos que não estão sendo cumpridos à risca, ou nem estão sendo cumpridos.

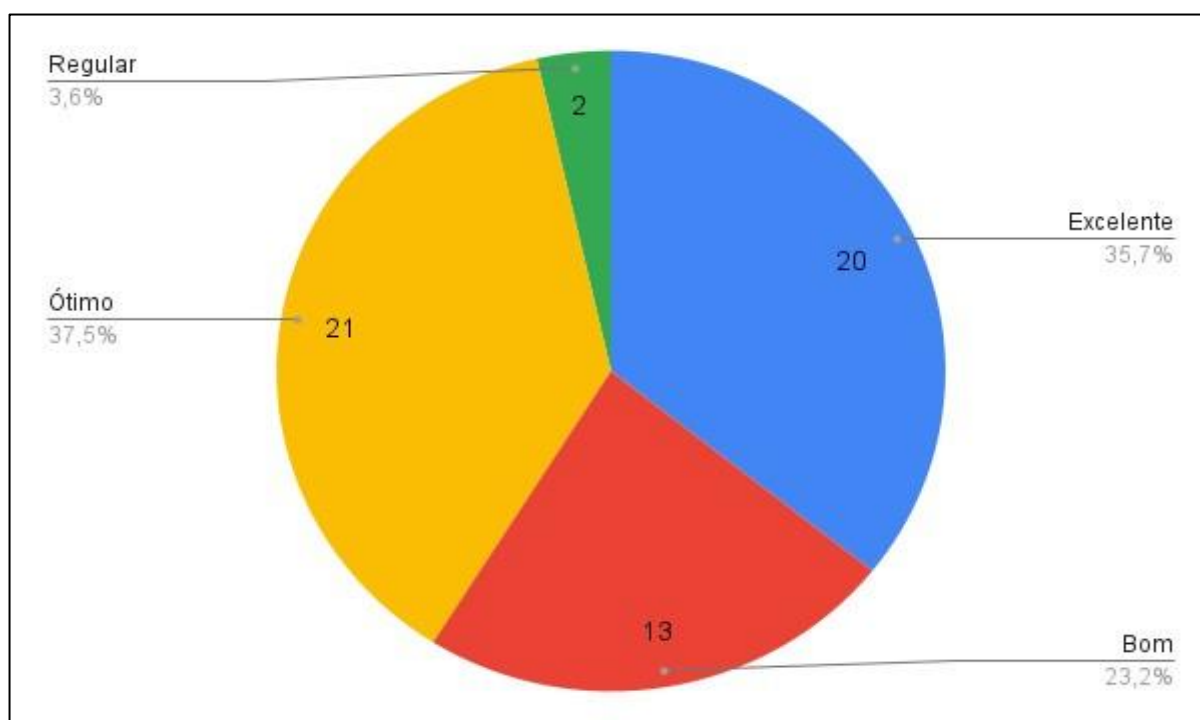
A última seção, relativa à pesquisa dos beneficiários que foram contemplados com financiamento para a produção, teve como foco central a questão do entendimento sobre política pública.

Após o pesquisado ter lido o conceito sobre política pública, perguntamos qual foi o seu entendimento sobre o assunto. As respostas foram: a) ajuda o povo do campo a melhorar sua vida, que contou com 31 (trinta e um) ou 55,4% das respostas; b) ajudam a buscar soluções para minha comunidade, com 4 (quatro) ou 7,1%; c) favorece ações positivas na minha comunidade, com 17 (dezesete) ou 30,4% das respostas; e d) são programas realizados pelo governo, que contou com 4 (quatro) ou 7,1% das respostas.

De acordo com as respostas, percebemos que os beneficiários conseguiram assimilar o conceito de política pública para o meio rural, já que o objetivo central é o de melhorar as condições de vida da população do campo, e que irão impactar de forma positiva nas áreas, nos aspectos social, econômico, cultural, produtivo, entre outros (GONÇALVES; PEDROSO, 2016).

Foi solicitado aos participantes que respondessem como classificariam a atuação do PSJ III – 1ª fase no Ceará. As respostas encontradas estão presentes no gráfico abaixo.

**Gráfico 11** – Classificação da atuação do PSJ III – 1ª fase no Ceará



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir do *Google Forms/Reprodução*.

Pelos números apresentados, os indivíduos que participaram da pesquisa fazem uma ótima avaliação do PSJ III – 1ª fase, o que nos leva a indicar que o referido projeto possui credibilidade e aceitação nos questionários avaliados, em se tratando dos beneficiários que receberam financiamento para a produção. De acordo com as respostas, é possível afirmar que o PSJ se destaca como uma política pública que faz toda a diferença para o estado do Ceará.

A pergunta seguinte questionou a maior contribuição do PSJ III – 1ª fase, enquanto beneficiário do projeto. Tivemos o seguinte cenário: a) melhorar o acesso dos produtores da agricultura familiar a mercados dinâmicos e possibilitar uma fonte de renda, com 25 (vinte e cinco) ou 44,6% de respostas; b) melhorar a qualidade de vida da população rural apresentou 18 (dezoito) ou 32,1%; c) promover o fortalecimento do conhecimento junto às organizações da agricultura familiar através da realização de capacitações, assinalada 12 (doze) vezes ou 21,4%; d) apoiar os esforços do Estado para universalizar o acesso a serviços ligados à água e ao saneamento em comunidades rurais, com 01 (um) pesquisado respondendo tal questionamento.

Analisando os itens acima, podemos perceber que o PSJ III – 1ª fase traz para o beneficiário uma conscientização sobre a importância do projeto para a população do meio rural, e isso é um ganho que favorece não apenas um sujeito, mas toda uma coletividade. O que vem a corroborar com as respostas do Gráfico 11, que indica a atuação do projeto no estado.

Em seguida, foi perguntado sobre qual seria a maior dificuldade do PSJ III – 1ª fase para a(o) beneficiária(o). De acordo com o que foi respondido, os itens apontados foram: a) comercialização, situado por 24 (vinte e quatro) ou 42,9% dos entrevistados; b) burocracia – exemplo: documentação, licitação etc - , com 20 (vinte) ou 35,7% d(a)os respondentes; c) promover acesso de parceiros institucionais juntos as associações/comunidades, no sentido de promover o desenvolvimento rural, indicado por 8 (oito) ou 14,3% dos pesquisados; d)

qualidade da água, apontado por 01 (um) beneficiário(a) ou 1,8% das respostas relacionadas.

Indicamos que os itens citados a seguir apareceram quando os beneficiários escreviam a resposta que mais se aproximava da sua visão pessoal. Foram: a) agroindústria sem funcionar; b) não ter acesso aos registros dos empreendimentos e dos produtos nas unidades; c) muitas dificuldades, que vão desde a elaboração do projeto, financiamento, falta de conhecimento por parte dos agricultores familiares. Cada item apareceu uma única vez, o que representou 1,8% para cada item. Acarretando assim, um total de 56 (cinquenta e seis) pesquisados.

É possível deduzir que as dificuldades citadas acima se dão por falta de conhecimento técnico. Mesmo tendo recebido e/ou acessado os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), os beneficiários ainda possuem muita dificuldade em assimilar as mais diversas tecnologias disponíveis, além da existência de lugares remotos sem acesso ao uso de ferramentas digitais, entre outras limitações. Para minimizar isso, é preciso criar estratégias e planos que se façam presente mais constantemente na vida dos produtores rurais, visando assim, uma maior efetivação da propriedade, bem como, uma gestão mais assertiva (AZEVEDO; CHRISTOFARI, 2022).

Diante de todas as narrativas indicadas pelos questionamentos respondidos pelos respondentes ao longo da aplicação do questionário, chegamos então a última pergunta. Nela, fizemos questão para que o entrevistado respondesse de forma livre qual era seu entendimento/impressão enquanto beneficiário do PSJ III – 1ª fase sobre a atuação do projeto como uma política de desenvolvimento rural para o estado do Ceará. As respostas estão sistematizadas abaixo, no Quadro 2. Elas foram transcritas de acordo como o que foi dito pelos beneficiários.

**Quadro 2 – Entendimento/impressão do PSJ III – 1ª fase como política de desenvolvimento rural para o estado do Ceará – Componente 1.**

Ordem em que aparece na base de dados das respostas do questionário	Associação/cooperativa	Respostas
09	Agrovila do açude Aracoiaba	O São José é um instrumento que possibilita projetos que venham a melhorar a qualidade de vida no campo dos agricultores, porém, encontra diversos gargalos, em parceria com o estado a fim de possibilitar capacitações nas áreas de gestão, comercialização e acompanhamento pós entrega dos projetos, visto que, em alguns casos falta o conhecimento dos grupos beneficiados de alguns itens necessários para otimizar projetos implementados, pois entendemos que o São José em si, sem parcerias não consegue resolver as demandas dos seus públicos alvos.
15	Cooperativa de Pesca, Agricultura e Aquicultura Marinha de Icapuí Ceará Ltda	Percebemos o PSJ III como um importante aliado ao desenvolvimento rural do Estado do Ceará. Tanto que, em nossa experiência como beneficiário, tivemos diversos benefícios que se somam desde investimentos em equipamentos, capacitação administrativa, técnica e de acesso ao mercado, oportunidades em conhecer novas realidades em outras culturas. Portanto, entendemos

		que o PSJ em seus 30 anos, tem contribuído efetivamente para a evolução do desenvolvimento rural do estado do Ceará.
47	Associação de Apicultores do Município de Parambu	O projeto são José que ao longo desse tempo tem trazido muitos benefícios para as comunidades, como: energia, água, projetos produtivos. Com isso, as famílias têm hoje acesso a todos esses benefícios e melhores condições de vida. Essa atuação do projeto tornou possível o desenvolvimento das comunidades e família, para todo o estado, que é de extrema importância a atuação do projeto.
80	Cooperativa Agroindustrial dos Pequenos Produtores do Sítio Malhada	Considero a atuação do PSJ III de fundamental importância para fomentar cada vez mais o desenvolvimento das comunidades rurais, que tanto necessitam de investimentos e políticas públicas devido a diversas dificuldades encontradas no meio.
81	Associação dos Apicultores da Comunidade Riachão	Melhorou significativamente a vida do homem do campo, fortalecendo o associativismo e atendendo as necessidades coletivas das comunidades, visando o melhoramento da produção, armazenamento e comercialização dos seus produtos.
85	Associação Comunitária Unidos Venceremos	O Projeto São José, nesses 30 anos tem ajudado muito as comunidades rurais, a nossa por exemplo já foi beneficiada com vários projetos, abastecimento d'água, implementos agrícolas,

		eletrificação rural, fábrica de polpa de frutas.
91	Associação Comunitária dos Agricultores e Agricultoras Rurais do Sítio Jurema Norte	Projeto São José, é um projeto fantástico, pois vem dando oportunidade aos agricultores familiares agregarem valor a produção. Só queria que o projeto acompanhasse mais os beneficiários e atendesse umas demandas para melhorar a produção e comercialização de nossos produtos. No mais, parabéns ao programa Projeto São José.
93	Associação de Apicultoras e Apicultores de Santana do Acaraú	O Projeto São José tem sido uma política de governo indispensável na melhoria da qualidade de vida da população rural, pois vem no decorrer desse período de atuação buscando soluções para o acesso à água, para melhoria da qualidade e possibilidade de produção e agora, acesso a mercados, possibilitando assim os agricultores familiares, através de seus empreendimentos, a venda de seus produtos em mercados cada vez mais inéditos.
97	Associação Taboense dos Apicultores	O Projeto São José no Ceará sempre foi um grande avanço para o homem do campo, em todos os sentidos, só precisa melhorar na ajuda de comercialização dos produtos da agricultura familiar. No nosso caso, a apicultura.
103	Cooperativa Agroindustrial Aroeira Vilany	Não só buscar desenvolvimento e, sim, ter uma continuidade em todo processo do campo rural até ao mercado onde o resultado

		do conhecimento transforme pessoas para um bom desenvolvimento social econômico.
110	Cooperativa Agroindustrial Lourenço Zé	Podemos destacar como um projeto de suma importância para população como um todo, principalmente para os agricultores familiares, pois nós conseguimos estrutura física e conhecimento para o beneficiamento e comercialização de nossos produtos, agregando valor aos produtos e promovendo melhor qualidade de vida das comunidades rurais.
111	Associação Orgânico Carcará	Importante, mas precisa ser mais ágil nos resultados.
112	Cooperativa dos Apicultores da Região do Semiárido Ltda	Necessária, essencial e indispensável. Precisando de adequações e mais fiscalizações e acompanhamento na execução.

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir do *Google Forms/Reprodução*.

Do total de 56 (cinquenta e seis) falas contidas no questionário, escolhemos 13 (treze) que julgamos ser em as mais significativas, já que as mesmas trazem em si o entendimento/impressão que os beneficiários têm sobre o PSJ III – 1ª fase e sua importância para o estado do Ceará.

Ao analisarmos o que foi dito pelos representantes das associações/cooperativas acima, percebemos que a atuação do PSJ pode ser considerada um trabalho desafiador, ao mesmo tempo em que procura desenvolver o meio rural nas suas mais amplas possibilidades de financiamento da produção, atuando nas diversas cadeias produtivas.

Destacamos que as respostas dos sujeitos que representam os números 15, 47, 80, 85, 93 indicam que o PSJ tem se destacado para desenvolver o meio

rural e que traz benefícios para a comunidade como um todo. Nesse sentido a fala nº 15, reforça a ideia do:

“[...] PSJ III como um importante aliado ao desenvolvimento rural do estado do Ceará. Tanto que, em nossa experiência como beneficiário, tivemos diversos benefícios que se somam desde investimentos em equipamentos, capacitação administrativa, técnica e de acesso ao mercado, oportunidades em conhecer novas realidades em outras culturas [...].

Em relação a fala acima explicitada, Veiga (2024, p. 7) aponta que:

Na concepção de Sen e de Mahbud, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. E são quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade. Na ausência destas quatro, estarão indisponíveis todas as outras possíveis escolhas. E muitas oportunidades na vida permanecerão inacessíveis. Além disso, há um fundamental pré-requisito que precisa ser explicitado: as pessoas têm que ser livres para que suas escolhas possam ser exercidas, para que garantam seus direitos e se envolvam nas decisões que afetarão suas vidas.

Dialogando com a citação, vislumbramos a possibilidade de que o desenvolvimento que chega aos mais distantes rincões do país, em especial o Ceará, através do seu programa de desenvolvimento rural PSJ, possibilita favorecer um melhor beneficiamento não só apenas no que diz respeito à questão dos seus empreendimentos de produção, e sim, algo muito maior, com o intuito de contribuir para a construção de uma cidadania, na qual os atores sociais se sintam parte de uma sociedade mais inclusiva.

A inclusão é uma proposta, um ideal. Se quisermos que a sociedade seja acessível e que dela todas as pessoas possam participar, em igualdade de oportunidade, é preciso fazer desse ideal uma realidade a cada dia. As ações de cada indivíduo, das instituições e dos órgãos públicos, devem ser pensadas e executadas no sentido de divulgar os

direitos, a legislação e programar ações que garantam o acesso de todas as pessoas, a todos os seus direitos. Sabe-se que mudar o contexto de uma hora para outra é impossível (SASSAKI, 1997, p. 34).

Souza Júnior (2019) aponta que o processo de inclusão é longo e desafiador, pois envolve mudanças não só nas pessoas, mas também nas políticas de desenvolvimento, buscando assim, formas de humanizar os processos em que os sujeitos estão inseridos, e que possibilita a quebra de paradigmas e fazer algo em prol da coletividade.

Entendemos aqui, que o processo de crescimento econômico no campo não pode ser visto apenas como algo comercial, ele vai muito mais adiante, já que o desenvolvimento no espaço rural se faz além dos indicadores preconizados por programas de desenvolvimento. Alavanca a questão de um processo que, em muitas das vezes se faz invisível, mas que ocorre de forma silenciosa e sem que os indicadores consigam captar tal desenvolvimento.

Uma outra fala que também chama a atenção é a de número 93, que assevera:

“O Projeto São José tem sido uma política de governo indispensável na melhoria da qualidade de vida da população rural, pois vem no decorrer desse período de atuação buscando soluções para o acesso à água, para melhoria da qualidade e possibilidade de produção e agora, acesso a mercados, possibilitando assim os agricultores familiares, através de seus empreendimentos, a venda de seus produtos em mercados cada vez mais inéditos”.

O representante da associação/cooperativa possui um entendimento/impressão do PSJ como algo muito amplo, além do recebimento de um financiamento para a cadeia produtiva. Fica claro, que o projeto representa uma atuação mais abrangente que favorece a melhoria da qualidade de vida da população rural, que se faz presente no acesso à água, no escoamento da

produção e na busca de mercados para a venda dos produtos produzidos pelos beneficiários.

Porém, encontramos algumas falas que, mesmo sabendo que o projeto tem sua importância, os beneficiários indicaram alguns entraves na execução do PSJ. São elas:

O São José é um instrumento que possibilita projetos que venham a melhorar a qualidade de vida no campo dos agricultores, porém encontra diversos gargalos, em parceria com o estado a fim de possibilitar capacitações nas áreas de gestão, comercialização e acompanhamento pós entrega dos projetos, visto que, em alguns casos falta o conhecimento dos grupos beneficiados de alguns itens necessários para otimizar projetos implementados, pois entendemos que o São José em si, sem parcerias não consegue resolver as demandas dos seus públicos alvos (**Fala 09**).

Projeto São José, é um projeto fantástico, pois vem dando oportunidade aos agricultores familiares agregarem valor a produção. Só queria que o projeto acompanhasse mais os beneficiários e atendesse umas demandas para melhorar a produção e comercialização de nossos produtos. No mais, parabéns ao programa Projeto São José (**Fala 91**).

O Projeto São José no Ceará sempre foi um grande avanço para o homem do campo, em todos os sentidos, só precisa melhorar na ajuda de comercialização dos produtos da agricultura familiar. No nosso caso, a apicultura (**Fala 97**).

Não só buscar desenvolvimento e, sim, ter uma continuidade em todo processo do campo rural até ao mercado onde o resultado do conhecimento transforme pessoas para um bom desenvolvimento social econômico (**Fala 103**).

Importante, mas precisa ser mais ágil nos resultados (**Fala 111**).

A fala de nº 09 afirma que o projeto tem seu valor, porém, se faz necessário que o PSJ esteja mais presente no que diz respeito à questão de produzir conhecimento (capacitação), pois identificamos na fala que existe uma dificuldade em acessar o conhecimento.

Referendamos que só é possível existir desenvolvimento se o processo educacional e a construção do conhecimento caminharem juntos, já que como expõe Souza Júnior (2019, p. 198),

[...] toda e qualquer realidade humana por mais simples que pareça tende a ser complexa por natureza, e, o processo educativo não foge a esse estereótipo. Pois, é necessário construir um conhecimento pautado na coletividade, ao mesmo tempo em que se aceita a aprendizagem que cada aprendiz [...] carrega consigo desde a mais tenra idade.

Enxergamos aqui a possibilidade de que o processo de aprendizagem se faz presente em todas as searas, culturas e sociedades, e que traz um significado importante para o crescimento não apenas de um indivíduo, mas de toda uma coletividade.

As falas de números 91, 97, 103 e 111 também indicaram o quão importante é o PSJ para o desenvolvimento do campo, entretanto, as mesmas afirmaram que o projeto necessita se aproximar mais das associações/cooperativas com o intuito de apoiá-las no que diz respeito a comercialização dos produzidos no campo, já que esse é um dos entraves para que possa ocorrer uma melhor dinamização do meio rural.

Comprendemos que as respostas dos sujeitos acima fazem menção a um gargalo importante, que é a questão do escoamento da produção. Entretanto, a intervenção do PSJ III – 1ª fase não pode ser vista como um mero estimulador do desenvolvimento do campo, quer dizer, sua atuação vai além. Como explica Antunes (2014), o Estado desempenha um papel que visa promover o desenvolvimento em todas as áreas, com o sentido de expandir e diversificar ajudando o campo a crescer.

Ressaltamos ainda, que se faz necessário um maior diálogo entre os representantes das associações/cooperativas com o PSJ, para que esse tipo de entrave (os diálogos produzidos pelos representantes dos números 91, 97, 103 e 111) possa ser resolvido de forma a contribuir para um projeto com maior robustez, favorecendo assim, um crescimento para ambas as partes.

## **COMPONENTE 2 – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA OU SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO RURAL (ÁGUA + BANHEIRO)**

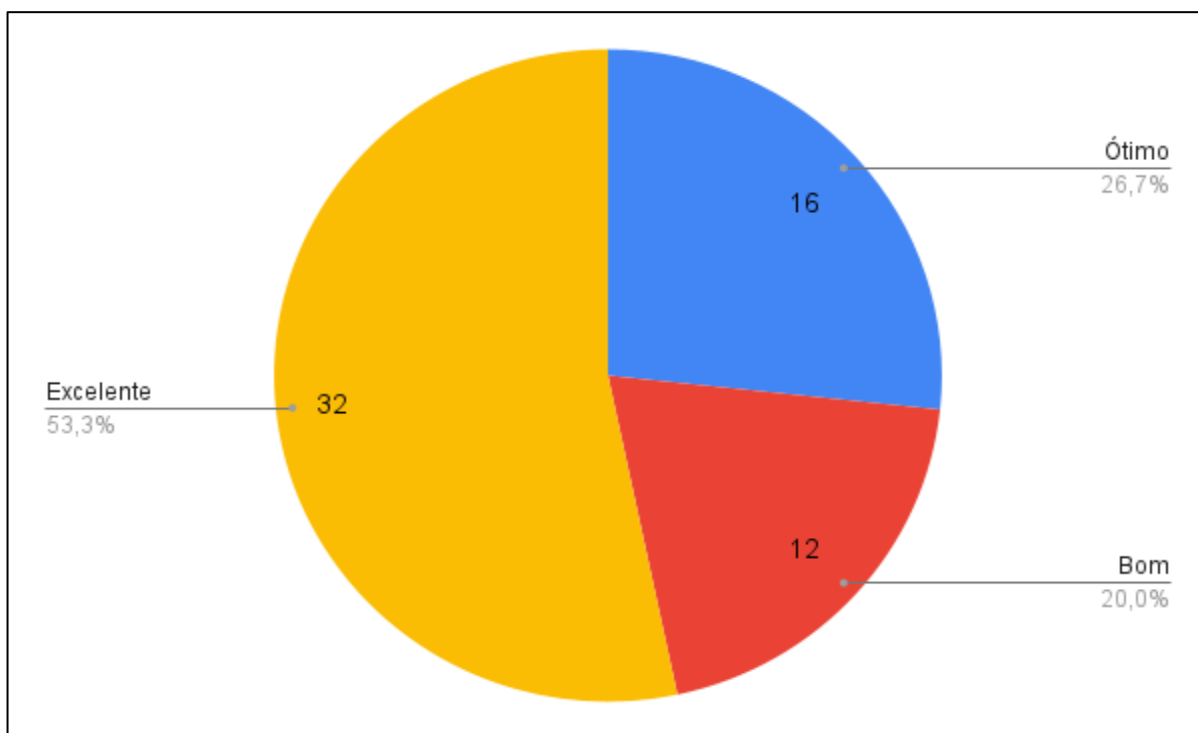
Foram enviados 60 (sessenta) questionários para os beneficiários que receberam sistema de abastecimento de água ou sistema de abastecimento de água e saneamento rural (água + banheiro). Todos os questionários foram devolvidos, representando assim, 50% do total dos questionários relativos a esse quesito.

Os dados foram levantados através da ferramenta *Google Forms/Reprodução* no mês de março/2024, e teve os seguintes indicadores:

- a) Os municípios que pertencem os pesquisados são: Arneiroz, Jaguaruana, Quiterianópolis e Santana do Acaraú;
- b) As associações onde estão inseridos os beneficiários do PSJ são as seguintes: Associação Comunitária de Ramada José Francisco do Nascimento, Associação Comunitária do Planalto Santana, Associação dos Moradores de Sargento e Associação Unidos de Nossa Senhora da Conceição;
- c) 29 (vinte e nove) ou 48,3% receberam sistema de abastecimento (água), e 31 (trinta e um) ou 51,7% informaram que foram contemplados com sistema de abastecimento e saneamento rural (água + banheiro).

Foi perguntado como os respondentes classificavam a qualidade do sistema de abastecimento de água ou sistema de abastecimento de água e saneamento rural (água + banheiro) recebido através do PSJ. O gráfico abaixo exhibe essa configuração.

**Gráfico 12** – Classificação da qualidade do sistema de abastecimento de água ou sistema de abastecimento de água e saneamento rural (água + banheiro) recebido



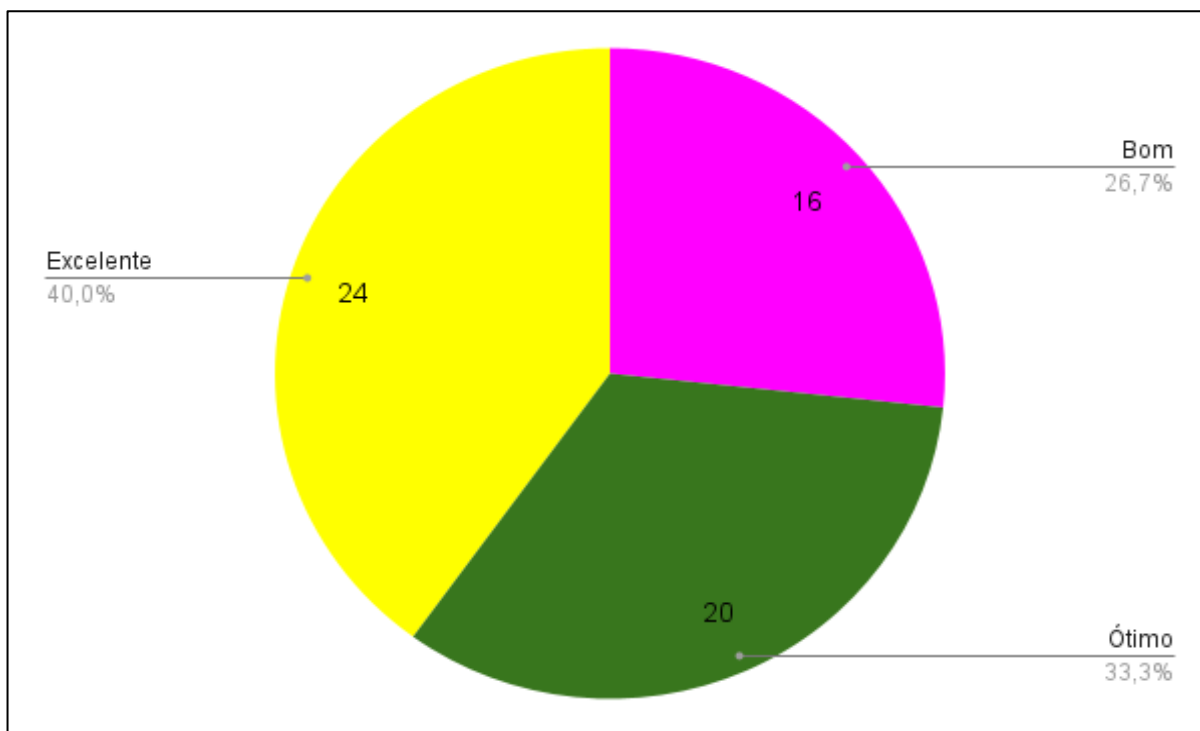
**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir do *Google Forms/Reprodução*.

Os beneficiários informaram que estão satisfeitos com a qualidade dos empreendimentos recebidos por eles, o que nos leva a comprovar que o PSJ III – 1ª fase realmente desenvolveu seu papel no meio rural, favorecendo assim, uma melhor qualidade de vida a uma população que sofre com a escassez de água por conta das secas que, de tempos em tempos, assolam o estado do Ceará. Vale ressaltar que, ao levar o saneamento para o campo, o PSJ possibilita uma melhoria na qualidade de vida da população local, fazendo com que os índices de doenças veiculadas por água contaminada/poluída diminuam sensivelmente, o que conforme Rizi Júnior (2024), favorece aos sujeitos que lá se encontram, em especial a população infantil com um menor indicador de mortalidade infantil.

Foi perguntado em seguida, como os participantes da pesquisa classificam a atuação da equipe técnica do PSJ III – 1ª fase no processo de

implantação do sistema de abastecimento de água ou sistema de abastecimento de água e saneamento rural (água + banheiro) (Gráfico 13).

**Gráfico 13** – Classificação da atuação da equipe do PSJ III – 1ª fase no processo de implantação do sistema de abastecimento de água e/ou saneamento rural (água + banheiro)



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir do *Google Forms/Reprodução*.

É possível verificar que a média de classificação da equipe do PSJ III – 1ª fase pode ser considerada ótima, o que demonstra que a população pesquisada se sente satisfeita com a atuação da equipe, o que impacta de forma positiva no que diz respeito aos sujeitos que levam o PSJ ao campo e se traduz em confiabilidade, respeito, eficácia e eficiência.

Perguntamos aos entrevistados se ocorreu atraso na implementação do sistema de abastecimento de água ou sistema de abastecimento de água e saneamento rural (água + banheiro). Nas respostas obtidas, 100% dos pesquisados foram unânimes em afirmar que não houve atrasado na implantação dos equipamentos recebidos por esses indivíduos, o que nos levar a corroborar

com as respostas do Gráfico 13, na qual a confiabilidade perante o PSJ é um indicador de desenvolvimento rural.

A pergunta seguinte indagou se a implantação de sistema de abastecimento de água ou sistema de abastecimento de água e saneamento rural (água + banheiro) estavam atendendo aos objetivos propostos. As respostas indicaram os seguintes resultados: a) 58 (cinquenta e oito) ou 96,7% afirmaram que sim; e b) 02 (dois) ou 3,3% não sabem responder. Analisando os dados podemos afirmar que os objetivos propostos pelo equipamento implantado servem ao seu propósito, fazendo com que as pessoas pesquisadas se sintam plenamente satisfeitas em terem sido contempladas, já que a questão hídrica e saneamento rural é algo que se deve priorizar, haja vista as dificuldades dos custos, a distância e a escassez de recursos que normalmente são comuns nessas localidades.

De acordo com o Instituto Água e Saneamento em seu artigo (2022, p. 1-2):

Historicamente, a população da área rural sofre pela precariedade dos serviços de tratamento de resíduos sólidos, a drenagem e manejo das águas pluviais, esgotamento sanitário e abastecimento de água em larga escala – que foi incorporado na metade no século XX ao setor de saneamento. De acordo com o Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) de 2019, nas áreas rurais, 24 milhões (59,5%) de pessoas não possuem atendimento adequado a abastecimento de água, 22 milhões (79,42%) não contam com cobertura adequada de serviço de esgotamento sanitário e 30 milhões (76,6%) não têm acesso à coleta adequada de lixo. A falta de investimentos do setor de saneamento básico no território rural causa a falta ou a prestação inadequada do serviço, ocasionando a violação de direitos humanos e impactando na dignidade de comunidades historicamente invisibilizadas, como indígenas, ribeirinhos, quilombolas e camponeses.

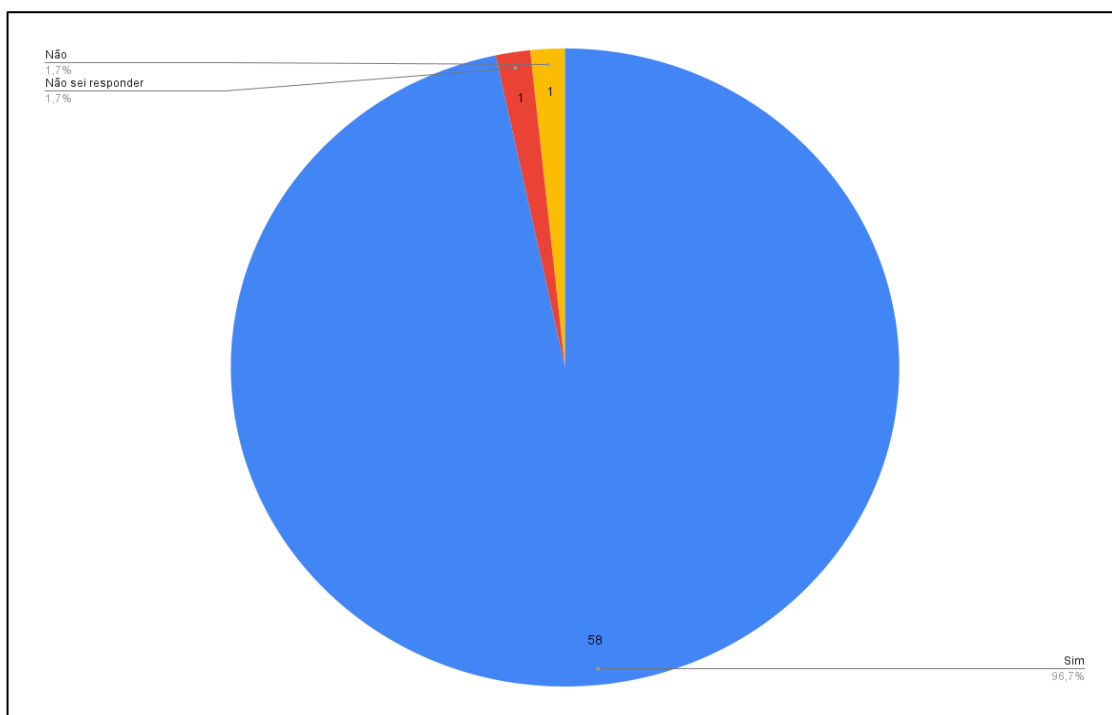
Sobre o abastecimento de água potável, nas áreas urbanas, predomina o atendimento por rede com canalização interna ou na propriedade (mais de 90% dos domicílios) (Plansab, 2019), enquanto nos domicílios rurais a forma de atendimento mais utilizada é o poço ou nascente com canalização interna (43,1% desses domicílios em 2017). Dos domicílios rurais, 48,6%, em 2017, destinavam os esgotos sanitários para fossas rudimentares e 11,7% para valas, rios, lagos, mar

ou outro destino, perfazendo um total de 5,4 milhões de domicílios sem solução adequada para o afastamento dos esgotos sanitários. Mesmo que nos últimos 20 anos o número de domicílios rurais com canalização de água dentro da casa e presença de banheiros tenha aumentado, os dados ainda expressam a precariedade do acesso ao saneamento, 39% dos domicílios rurais não possuem água encanada e 15% não possuem banheiro (PNSR, 2019).

Dialogando com a citação, entendemos que o meio rural sempre sofreu com a falta de serviços básicos, inclusive as populações invisibilizadas e que se encontram vulneráveis, em localidades muitas vezes isoladas, o que dificulta o acesso à água e o saneamento rural.

Na seção intitulada de “transformação de vida”, a pergunta realizada aos participantes da pesquisa foi se com a implantação do sistema de abastecimento de água ou sistema de abastecimento de água e saneamento rural (água + banheiro), o tempo para realização de outras atividades melhoraram (Gráfico 14).

**Gráfico 14** – Melhora no tempo para realização de outras atividades após a implantação do sistema de abastecimento de água ou sistema de abastecimento de água e saneamento rural (água + banheiro)



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir do *Google Forms/ Reprodução*.

Conforme o Gráfico 14, temos 58 (cinquenta e oito) ou 96,7% de respostas que afirmam que, ao implantarem o sistema de abastecimento de água ou sistema de abastecimento de água e saneamento rural (água + banheiro), o tempo disponibilizado para outras atividades ganhou dinamicidade; 01 (um) ou 1,7% indicaram que não houve melhora; e 01 (um) ou 1,7% não soube responder tal questionamento.

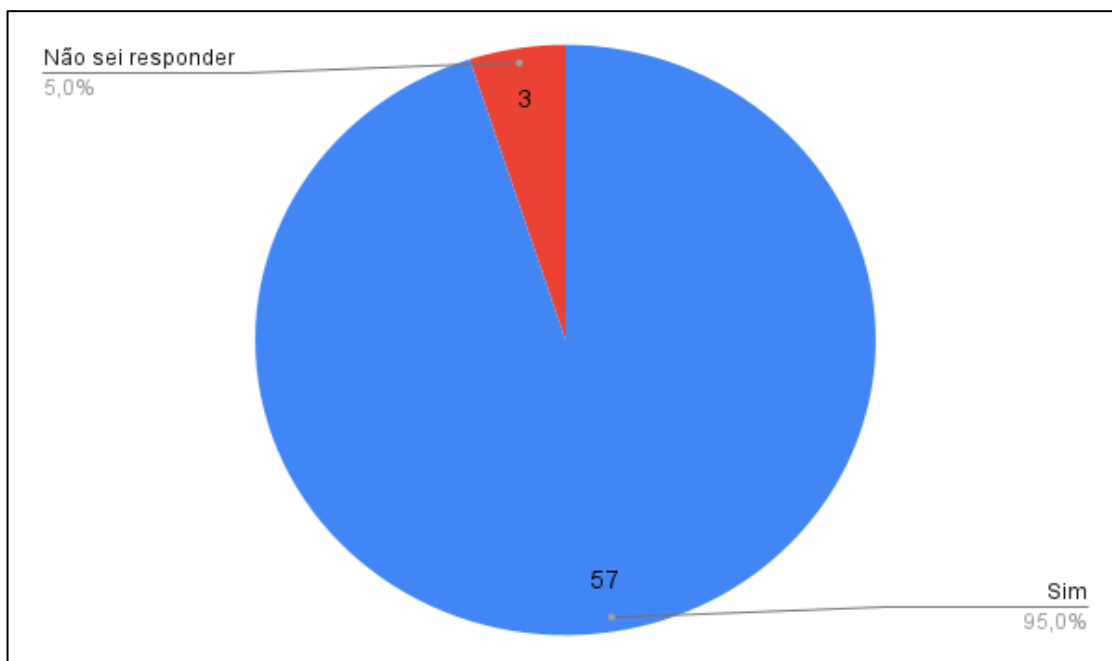
De acordo com Castro (2015, p. 189), a dinamização do tempo após implantação do sistema de abastecimento de água ou sistema de abastecimento de água e saneamento rural (água + banheiro), pode ser dimensionado através de “[...] melhorias se referem à adoção de hábitos higiênicos como banho diário, lavar as mãos antes das refeições e depois de ir ao banheiro, e ao maior tempo das mães para cuidarem da casa e de seus filhos ao não terem que buscar água em fontes distantes”.

Dando continuidade na mesma seção, a pergunta seguinte teve o objetivo verificar se com a implantação do sistema de abastecimento de água ou sistema de abastecimento de água e saneamento rural (água + banheiro), a vida do pesquisado e também da família teve impacto positivo.

Para de 60 (sessenta) pessoas ou 100% das respostas da(o)s participantes, houve impacto na melhoria após implantação do sistema pelo PSJ III – 1ª fase, já que, como assevera Castro (2015), as mudanças nas comunidades não atingem a apenas um indivíduo, é um processo que impacta a todos, pois estão inseridas na melhoria da qualidade de vida local.

Como pergunta final da seção “transformando vida”, temos: após a implantação do sistema de abastecimento de água ou sistema de abastecimento de água e saneamento rural (água + banheiro), houve melhoria na sua saúde e na da sua família. O gráfico abaixo aponta as respostas indicadas pelos respondentes.

**Gráfico 15** – Melhoria na saúde individual e da família após a implantação do sistema de abastecimento de água ou sistema de abastecimento de água e saneamento rural (água + banheiro)



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir do *Google Forms/Reprodução*.

De acordo com o Gráfico 15, 57 (cinquenta e sete) ou 95,0% das pessoas participantes afirmaram que houve melhoria na sua saúde e na da família; e 03 (três) ou 5,0% não souberam responder o que foi perguntado.

Entendemos que, ao promover a disponibilidade de água de boa qualidade, o PSJ III – 1ª fase traz em seu interior não apenas o sentido de melhorar indicadores, vai muito além, proporciona uma melhor qualidade de saúde para todos os beneficiados. O projeto se prontifica em atender uma população rural que não é apenas formada por agricultores familiares, mas por indígenas, quilombolas, povos de terreiro, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outros povos invisibilizados.

Quando 95% dos entrevistados asseveraram que, com a implantação do sistema de abastecimento de água e sistema de abastecimento de água e saneamento rural (água + banheiro) a questão da saúde, melhorou não só apenas

a sua, mas também a saúde da família, isso demonstra o quanto o saneamento básico é importante na prevenção de doenças. Nesse sentido, Souza Júnior, Arnaud e Silveira (2021, p. 14) entendem que:

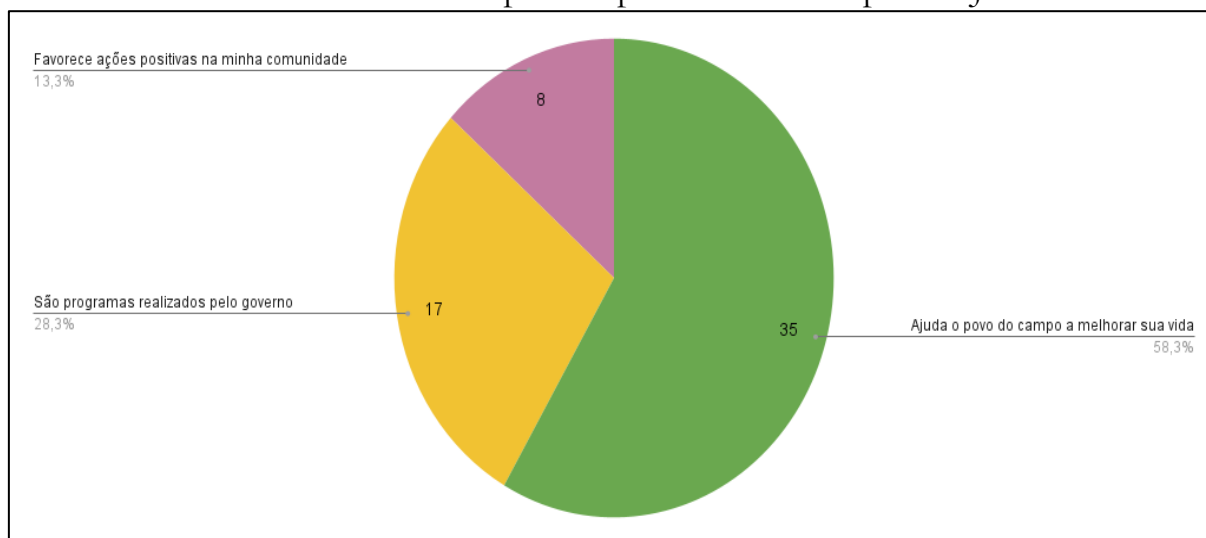
A valorização da saúde faz-se imprescindível, não apenas como algo curativo, mas também do ponto de vista preventivo, sejam nos aspectos individual ou coletivo, no qual o exercer da cidadania dá-se a partir da compreensão do processo de saúde, bem como do autocuidado e do senso de responsabilidade por si e pelos outros.

Desse modo, é necessário valorizar não só o aspecto da saúde das populações que vivem no campo, mas, também, conscientizar esses sujeitos para uma melhor preservação do meio ambiente no qual habitam, para que possam promover um desenvolvimento mais sustentável visando soluções para intensificar o abastecimento rural.

A última seção do questionário apresentado aos respondentes da pesquisa tratou de informações gerais sobre política pública e o PSJ III – 1ª fase. Esse item contou com 05 (cinco) perguntas que são tratadas abaixo.

O questionário apresentou nessa seção o conceito sobre o que são políticas públicas, para que as pessoas que fizeram parte do estudo tivessem conhecimento do tema. Após esse momento de esclarecimento sobre o assunto, foi solicitado ao entrevistado que escolhesse o item que mais se aproximasse com o seu entendimento sobre a política pública promovida pelo PSJ III – 1ª fase – vale ressaltar que apenas um item poderia ser escolhido. As respostas obtidas foram:

**Gráfico 16** – Entendimento sobre política pública realizada pelo PSJ III – 1ª fase



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir do *Google Forms/Reprodução*.

Ao analisar o Gráfico 16, o cenário apresentado foi: a) o primeiro item mais assinalado foi o de “ajuda o povo do campo a melhorar sua vida”, com 35 (trinta e cinco) ou 58,3% das respostas coletadas; b) em segundo lugar ficou “são programas realizados pelo governo”, com 17 (dezessete) ou 28,3% da(o)s pesquisados; e c) em terceiro e último lugar foi o item “favorece ações positivas na minha comunidade”, com 08 (oito) ou 13,3% afirmativas.

De acordo com os itens citados na pesquisa, é possível afirmar que homens e mulheres que participaram do estudo conseguiram compreender o conceito indicado na seção, sobre o que são políticas públicas. Nesse sentido fazemos uso dos estudos de Pitaguari e Lima (2015), que apontam que as políticas públicas são gastos públicos que visam a melhoria das condições estruturais de crescimento e desenvolvimento da economia, seja ela em que âmbito esteja inserida. Ou seja, as políticas públicas vêm para desenvolver o território, tendo como objetivo central diminuir as desigualdades sociais, econômicas, tecnológicas entre outras e que se fazem presente até hoje no meio rural. E é

diante desse cenário que o PSJ III – 1ª fase se faz emergir como uma política de natureza desenvolvimentista dentro do estado do Ceará.

Outra pergunta realizada foi a de como respondente classificaria a atuação do PSJ III – 1ª fase no estado do Ceará. De acordo com as respostas encontradas, temos o seguinte cenário: 27 (vinte e sete) ou 45,0% classificaram a atuação do projeto como excelente; 18 (dezoito) ou 30,0% afirmam ser ótimo; 14 (catorze) ou 23,3% indicam ser bom; e, por fim, 01 (um) 1,7% indicam que é regular.

Podemos afirmar que a média de atuação do PSJ III – 1ª fase teve uma ótima atuação no estado, o que favorece uma acreditação do projeto pelos beneficiários que fizeram parte do estudo e que receberam os sistemas de abastecimento de água, bem como os de abastecimento e saneamento rural (água + banheiro).

Gerenciar um projeto da magnitude do PSJ III – 1ª fase não é fácil, haja vista que, ao se trabalhar com uma diversidade tão grande de atividades/ações, é preciso que tudo seja planejado, monitorado e avaliado constantemente, para que se possa evitar entraves que venham em algum momento a prejudicar a imagem que os beneficiários têm da instituição.

Em seguida perguntamos para aos entrevistados qual seria, dentre as respostas elencadas, a maior contribuição do PSJ III – 1ª fase para o beneficiário. É preciso ressaltar que foi dada a oportunidade de o pesquisado indicar outra resposta.

Segundo os dados, obtivemos as seguintes informações: a) 44 (quarenta e quatro) ou 73,4% afirmam que seria “melhorar a qualidade de vida da população rural; b) 12 (doze) ou 20,0% indicaram ser “apoiar os esforços do estado para universalizar o acesso a serviços ligados a água e ao saneamento em comunidades rurais”; c) 02 (dois) ou 3,3% responderam que a “preservação ambiental do recurso hídrico (água); e d) 02 (dois) ou 3,3% não souberam responder tal questionamento.

De acordo com o que está descrito acima, é possível concluir que praticamente toda a população pesquisada tem uma conscientização sobre o que o projeto tem contribuído para o desenvolvimento rural, seja promovendo melhoria nas comunidades atendidas, seja na questão da universalização da água, haja vista que o estado do Ceará sofre com a escassez hídrica com períodos longos de seca em todo o seu território.

Perguntamos para os entrevistados qual seria, dentre as respostas listadas, a maior dificuldade do PSJ III – 1ª fase para ele beneficiário. Indicamos que foi dada a oportunidade do pesquisado relatar seu próprio entendimento sobre o assunto.

Conforme as respostas, o cenário apontado foi o de: a) 12 (doze) ou 20,0% indicaram que a maior dificuldade é a questão da “fonte de água”; b) para 24 (vinte e quatro) ou 40,0% a resposta dada foi a de “qualidade da água”; c) 06 (seis) ou 10% dos respondentes afirmaram que é a “destinação dos resíduos sólidos produzidos na comunidade”; d) 07 (sete) ou 11,7% asseguram que a “burocracia” é a maior dificuldade do projeto; e) 01 (um) ou 1,7% assevera que é a de “promover acesso de parceiros institucionais junto as associações/comunidades no sentido de desenvolvimento rural”; e, por fim, f) na categoria outros, tivemos 09 (nove) ou 15% garantem saber “não responder” tal questionamento; e 01 (um) ou 1,7% disse que seria “falta de terra para produzir”.

Diante das respostas acima podemos deduzir que a população pesquisada tem um entendimento sobre a terra que ocupa, o que fica evidente na questão da água, que sempre foi um dos gargalos do estado por conta de estarmos localizados em uma região semiárida e que sofre constantemente com a estiagem que castiga de tempos em tempos os estados nordestinos e o norte de Minas Gerais, e, em especial o Ceará. Ressaltamos que o que diz respeito à água é preocupação constante para o cearense, ficando evidenciado tanto na pergunta de maior contribuição quanto na dificuldade.

Por fim, temos o último questionamento feito a todos, que versou sobre o entendimento sobre o que era política pública, após o pesquisado ler o conceito que estava contido no questionário. As respostas mais expressivas foram selecionadas e colocadas no quadro abaixo, e aparecem na ordem da base de dados do questionário, bem como foram escritas de acordo com as falas dos entrevistados.

**Quadro 3 – Entendimento/impressão do PSJ III – 1ª fase como política de desenvolvimento rural para o estado do Ceará – Componente 2.**

<b>Ordem em que aparece na base de dados das respostas no questionário</b>	<b>Município</b>	<b>Associação</b>	<b>Respostas colhidas</b>
17	Arneiroz	Associação Comunitária do Planalto Santana	Ajuda as famílias a encontrar o caminho para melhorar a vida na comunidade.
18	Arneiroz	Associação Comunitária do Planalto Santana	É uma prática de desenvolvimento rural muito boa.
21	Arneiroz	Associação Comunitária do Planalto Santana	O PSJ é muito bom para a zona rural.
23	Arneiroz	Associação Comunitária do Planalto Santana	O PSJ tem ajudado muito ao povo agricultor.
25	Arneiroz	Associação Comunitária do Planalto Santana	O PSJ beneficiou a muitas famílias que trouxe uma melhoria para a comunidades. Muitas pessoas deixaram de carregar água em tambores.

28	Quiterianópolis	Associação Comunitária de Ramada José Francisco do Nascimento	Muito bom. Pra nossa comunidade o PSJ foi e é a melhor política do governo.
42	Quiterianópolis	Associação Comunitária de Ramada José Francisco do Nascimento	Não sei responder. Só sei que o PSJ é a melhor coisa para o homem do campo.
45	Quiterianópolis	Associação Comunitária de Ramada José Francisco do Nascimento	Muito satisfeita com o PSJ. Recebi água + banheiro.
46	Quiterianópolis	Associação Comunitária de Ramada José Francisco do Nascimento	Satisfeita. Traz melhorias para a família.
54	Jaguaruana	Associação dos Moradores de Sargento	Ótima. A população rural só ganha.
55	Jaguaruana	Associação dos Moradores de Sargento	Um projeto de excelente atuação em nosso estado.
59	Jaguaruana	Associação dos Moradores de Sargento	O Projeto São José sempre tem ajudado as comunidades.
62	Jaguaruana	Associação dos Moradores de Sargento	Projeto que ajuda a quem mais precisa.
63	Jaguaruana	Associação dos Moradores de Sargento	Um excelente projeto que ajuda a população.
66	Jaguaruana	Associação dos Moradores de Sargento	Projeto que tem ajudado bastante o povo do Ceará.

67	Jaguaruana	Associação dos Moradores de Sargento	A nossa comunidade e creio que todas que receberam esse projeto são muito gratas.
69	Jaguaruana	Associação dos Moradores de Sargento	A vários anos que só escuto coisas boas desse projeto.
73	Jaguaruana	Associação dos Moradores de Sargento	A muitos anos só se vê falar desse projeto.
74	Jaguaruana	Associação dos Moradores de Sargento	Só vejo falar desse projeto para as comunidades. Ótimo projeto.
76	Jaguaruana	Associação dos Moradores de Sargento	Projeto que tem nesses anos todos ajudado as comunidades.
99	Santana do Acaraú	Associação Unida Nossa Senhora da Conceição	Projetos excelentes, somos muito gratos.
100	Santana do Acaraú	Associação Unida Nossa Senhora da Conceição	É um projeto muito relevante para as comunidades rurais que precisam ter acesso aos serviços ofertados.
101	Santana do Acaraú	Associação Unida Nossa Senhora da Conceição	Acredito que traz muito benefícios como os auxílios financeiros para a produção.
102	Santana do Acaraú	Associação Unida Nossa Senhora da Conceição	Tem desenvolvido as comunidades rurais com esse projeto.

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir do *Google Forms/ Reprodução*.

Ao todo foram coletadas 60 (sessenta) respostas dos beneficiários que receberam sistema de abastecimento de água ou sistema de abastecimento de água e saneamento rural (água + banheiro), tendo sido selecionados 24 (vinte e quatro) discursos que trazem a compreensão da população da pesquisa sobre o

PSJ III – 1ª fase e a importância que o projeto teve e tem para as pessoas do meio rural.

Mediante as narrativas dos informantes apresentadas acima, a população que fez parte do estudo tem um sentimento de gratidão junto ao PSJ III – 1ª fase, pois conforme explicitado em várias falas, o projeto é um instrumento para melhorar o desenvolvimento da comunidade.

Entendemos que esse sentimento de agradecimento não pode ser confundido como uma obrigação ou como uma troca de favores, mas sim, como uma política de desenvolvimento que beneficia a todo o estado, favorecendo assim, o fortalecimento da agricultura familiar cearense.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto São José III – 1ª fase (PSJ III – 1ª fase) se insere no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável do estado do Ceará, sendo resultante do Acordo de Empréstimo, celebrado entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). O mesmo foi voltado para contribuir com o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ações direcionadas à consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar; ampliação da renda das famílias rurais com a estruturação e/ou dinamização das suas unidades de produção, de transformação e agregação de valor dos seus produtos. Além disso, buscou favorecer a implantação de sistemas de abastecimento de água e sistemas de abastecimento de água e saneamento rural (água + banheiro).

O projeto apoiou financeiramente 267 subprojetos de inclusão econômica, envolvendo 7.398 agricultores familiares e suas organizações coletivas. No entanto, considerando que a conclusão dos investimentos aconteceu próxima à finalização das ações do PSJ III – 1ª fase, se verificou a existência de possíveis riscos à consolidação e à sustentabilidade dos empreendimentos em diferentes níveis e dimensões.

O PSJ III – 1ª fase constituiu-se em uma iniciativa inovadora ao buscar a inclusão econômica de produtores familiares, complementando as políticas de combate à pobreza rural desenvolvidas em fases anteriores e a manutenção do compromisso do estado do Ceará em universalizar o acesso à água para comunidades rurais do Semiárido. Essas ações ocorreram em concomitância com uma das mais severas secas que atingiu o estado nos últimos 100 anos, o que aponta para a magnitude dos desafios enfrentados e a relevância das ações desenvolvidas.

Com base nas análises realizadas através de aplicação de questionário, tendo a ferramenta *Google Forms* servido de base para a coleta de dados, o Projeto

São José III – 1ª fase pode ser considerada como uma política pública de relevância para o desenvolvimento rural no Ceará. Para isso, elencamos os seguintes aspectos:

- 1) No âmbito das políticas públicas, por dar continuidade e reforçar o trabalho já desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará, no programa de universalização do acesso à água e ao saneamento básico, principalmente pelo fato de que a implantação do projeto coincidiu e buscou amplificar suas ações em um dos períodos de seca com mais impactos sobre as populações rurais;
- 2) No contexto de inovação, pelo fato de o Governo do Estado aceitar o desafio de buscar a inclusão produtiva de famílias que antes eram atendidas em programas de redução da pobreza, ao promover modelos de agricultura baseados na sustentabilidade e orientado aos mercados;
- 3) Em termos de parceria, no sentido de manter uma convergência com as políticas do Banco Mundial voltadas para os objetivos de promoção do bem-estar e do desenvolvimento rural;
- 4) Na visão dos beneficiários, que julgaram a relevância do projeto a partir dos seus elevados níveis de percepção de bem-estar decorrente das ligações de água e entrega dos módulos sanitários, investimentos que se mostraram oportunos frente às condições de infraestrutura deficientes com que se defrontam os indivíduos dentro dessas comunidades;
- 5) Pelo grau de satisfação demonstrado pelos produtores rurais e suas entidades coletivas no tocante aos investimentos realizados em atividades agrícolas e não agrícolas, bem como sua coparticipação, seja através das contrapartidas, em atividades de recuperação ambiental e na adoção crescente de mecanismos de gestão e práticas sustentáveis de produção;
- 6) Considerando a eficiência do projeto, podemos indicar que essa eficiência pode ser considerada satisfatória, por conta de sua complexidade e envolver situações que, às vezes, fogem a competência

do projeto, tendo o PSJ enfrentado uma série de dificuldades e atrasos que, de certa forma, impactam na prestação de sua atuação junto as associações/cooperativas tendo sido evidenciado quando das respostas prestadas pela(o)s beneficiária(o)s da componente 1;

- 7) A heterogeneidade das associações de produtores, em termos de capacitação, recursos, comunicação, *expertise*, nível de associativismo e integração a mercados, conhecimentos de informática, graus de formalização e documentação, criam obstáculos à implementação das atividades;
- 8) Evidenciamos que a componente 1 pode ser avaliada de maneira moderadamente satisfatória, pois, conforme análise das respostas, mesmo conseguindo boas avaliações, o PSJ III – 1ª fase teve alguns momentos de entraves e que impactaram diretamente em algumas de suas ações, sendo julgadas pelos beneficiários como ponto negativo;
- 9) Na questão de acesso ao mercado, é sabido que as OAFs passam por dificuldades de gestão, jurídicas e nem sempre conseguem comercializar seus produtos junto às empresas privadas. É possível sugerir que o PSJ possa promover um feirão de negócios entre as associações/cooperativas e as empresas do estado, para que seja realizada um contato entre os prováveis compradores;
- 10) Existe a necessidade do PSJ, em suas outras fases de execução, favorecer uma formação mais específica para os gestores e futuros gestores das OAFs para que eles possam passar a compreender o que é uma ferramenta de gestão, visando uma organização mais equilibrada e sustentável;
- 11) Vale ressaltar a necessidade também de apostar em inovações tecnológicas para viabilizar maior dinamismo não só no processo de gestão, bem como favorecer as mais diversas oportunidades por conta do acesso às tecnologias;

- 12) No que diz respeito ao componente 2, os pesquisados indicaram uma avaliação plena do projeto, tendo isso ficado muito claro em todas as perguntas feitas, e, em especial, na última questão do questionário, que era uma pergunta aberta;
- 13) Vale a pena apontar o impacto positivo no bem-estar das famílias que receberam ligações de água e módulos sanitários, já que muitas doenças são causadas pelos sistemas de abastecimentos de água. Pois, a introdução dos módulos sanitários trouxe melhorias no bem-estar e possibilitou um melhor saneamento ambiental na comunidade. Contudo, é necessário a continuidade de um trabalho constante de capacitação para o uso adequado da água, higiene, manutenção dos módulos sanitários e a implementação das soluções e alternativas para o esgotamento sanitário que já se encontra em andamento;
- 14) Outra questão que diz respeito a componente 2 é em relação à seca, que no período de análise do PSJ III – 1ª fase, atingiu o estado do Ceará de forma muito forte, e que necessita junto com outros atores (parcerias) se preparem de maneira mais estruturada para que as ações/atividades junto à população rural sejam realizadas visando uma demanda hídrica mais assertiva para todos.

Ao realizar a análise da importância do PSJ III – 1ª fase enquanto política pública no estado do Ceará, entendemos que o projeto proporcionou e continua a proporcionar aos seus beneficiários um importante papel para o desenvolvimento rural, buscando uma melhoria na qualidade vida da população, mudança no processo de desenvolvimento na área de financiamento/aumento da produção, impactando assim, diretamente no aumento de renda das associações/cooperativas que estão inseridas no estudo.

Salientamos ainda que, o Projeto São José necessita, em suas futuras fases, alavancar seu desenvolvimento, buscando atingir ainda um público maior do que o que foi pesquisado, bem como, possibilitar estudos de viabilidade para

entender e compreender o impacto que o projeto tem na vida das pessoas que são beneficiadas por ele.

Como sugestão a uma próxima edição do PSJ, é importante se ter em mente que a heterogeneidade das organizações e de público-alvo demanda projetos diferenciados a partir do grau de *expertise*, infraestrutura, associativismo e cooperativismo, bem como, proporcionar uma maior conscientização para a questão da sucessão rural.

Ao analisar as respostas na aplicação dos questionários, tanto para as associações/cooperativas (componente 1) quanto para os beneficiados com o sistema de abastecimento de água ou sistema de abastecimento de água + banheiro (componente 2), percebe-se que o Projeto São José – 1ª fase é visto como uma política pública que se faz presente no meio rural e que alavanca, dinamiza e oportuniza o crescimento do campo.

Ao pesquisar os beneficiários, foi possível, através dos dados, compreender como mulheres e homens atendidos pelo projeto enxergam o PSJ como política pública e, de como as futuras ações de uma próxima fase podem continuar a atender um público tão específico como o oriundo da zona rural.

Indicamos que todos os objetivos específicos da pesquisa foram cumpridos, e que, o objetivo geral foi o de refletir e analisar o alcance do PSJ, seus desafios e oportunidades, impactos e sustentabilidade, no intuito de contribuir com informações que permitam o estado do Ceará, gestores, tomadores de decisão e beneficiários, subsidiar suas estratégias voltadas para a manutenção dos investimentos implantados e para o planejamento de futuras fases do Projeto São José.

É amplamente reconhecido, no contexto atual do desenvolvimento rural, que o Projeto São José se configura como uma iniciativa inovadora de política pública, ao promover a inclusão econômica e produtiva de agricultores familiares, ao mesmo tempo em que complementa e aprofunda as estratégias de combate à pobreza rural implementadas em fases anteriores do projeto. A iniciativa

reafirma, ainda, o compromisso histórico do Estado do Ceará com a universalização do acesso à água e à melhoria das condições de vida das populações rurais, especialmente aquelas inseridas no semiárido.

A implementação das ações do Projeto São José ocorreu de forma concomitante a um dos períodos de estiagem mais severos registrados no estado nos últimos cem anos, circunstância que evidencia não apenas a magnitude dos desafios enfrentados pelas comunidades beneficiárias, mas também a relevância e a resiliência das intervenções realizadas. Nesse cenário adverso, o projeto assumiu papel estratégico ao articular investimentos em infraestrutura produtiva, acesso à água, fortalecimento das organizações comunitárias e geração de oportunidades econômicas, contribuindo para a redução das vulnerabilidades sociais e produtivas no meio rural.

Diante desse contexto, o presente estudo se propôs a analisar de forma crítica e reflexiva o alcance do Projeto São José, considerando seus principais desafios, oportunidades, impactos socioeconômicos e perspectivas de sustentabilidade. Busca-se, assim, oferecer subsídios analíticos capazes de apoiar o Estado, gestores públicos, formuladores de políticas e beneficiários na qualificação de suas estratégias, tanto para a manutenção e consolidação dos investimentos já realizados quanto para o planejamento de futuras fases do projeto, assegurando maior efetividade, continuidade e impacto das ações de desenvolvimento rural sustentável.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. M. B.; REPELLI, C. A. A variabilidade pluviométrica no setor norte do Nordeste e os eventos El Niño/Oscilação Sul (ENOS). **Rev. Bras. De Meteorologia**, [S.I.], v. 7, n. 2, p. 583-592, 1992. Disponível em: [http://www.rbmet.org.br/port/revista/revista\\_dl.php?id\\_artigo=506&id\\_arquivo=874](http://www.rbmet.org.br/port/revista/revista_dl.php?id_artigo=506&id_arquivo=874). Acesso em: 13.07.2022.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia na prática escolar**. 18ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.

AZEVEDO, J. de.; CHRISTOFARI, L. F. Dificuldades encontradas pelos assistentes técnicos da transmissão dos conhecimentos sobre gestão econômico financeira aos produtores rurais. **V Colóquio Nacional e I Internacional de Pesquisa em Agronegócios**. Universidade federal de Santa Maria – Campus Palmeira das Missões. 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/569/2023/03/dificuldades-encontradas-pelos-assistentes-tecnicos-na-transmissao.pdf>. Acesso em 16.04.2024.

BANCO MUNDIAL. Relatório Semestral sobre a Região da América Latina e Caribe. **A economia nos tempos da Covid-19**. p. 1-66. abril/2020. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/33555/211570PT.pdf?sequence=11> Acesso em: 13.07.2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa. Portugal. Edições 70, LDA, 2009.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora. 1994.

BOGDAN, R.; TAYLOR, S. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación: la búsqueda de significados**. 3ª ed. Barcelona: Paidós Básica, 1996.

BRANDÃO, C. R. *A Pesquisa Participante: um momento da educação Popular*. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

CAMPOS, R. T.; GOMES, R. K. G.; CAMPOS, K. C. A crise da água no setor agrícola do Ceará: a busca de solução por meio de sistemas de dessalinização. In: CONGRESSO DA SOBER, 42., 2004, Curitiba. **Anais...** Cuiabá: SOBER, 2004. Disponível em: [www.sober.org.br/palestra/12/080400.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/12/080400.pdf). Acesso em: 13.07.2022.

CAVALCANTE, I. Nova lei estimula parcerias entre 46 municípios do Estado. **Jornal OPovo**. Caderno Economia. p. 15-16. Fortaleza-Ceará. 21.07.2018.

CEARÁ. **Ceará 2050**. Disponível em: <http://www.ceara2050.ce.gov.br/> Acesso em: 12.07.2022a.

CEARÁ. **Decretos do Governo do Ceará com ações contra o coronavírus**. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/decretos-do-governo-do-ceara-com-aco-es-contra-ocoronavirus>. Acesso em: 09.07.2022b.

CEARÁ. Governo do Estado. **Os 7 Cearás** - Propostas para o Plano de Governo de 2015-2018. Fortaleza: 2014.

CEARÁ. Governo do Estado. Projeto São José: um caminho para a sustentabilidade na e para a comunidade. In: Desenvolvimento Rural Sustentável. **Coletânea de Cartilhas Temáticas**. 2018.

CURY, A.; CAOLI, C. PIB do Brasil cai 3,8% em 2015 e tem pior resultado em 25 anos. **G1**, São Paulo/Rio de Janeiro, mar. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/pib-do-brasil-cai-38-em-2015.html>. Acesso em: 12.07.2022.

CURY, A.; CAVALLINI, M. Conheça cinco causas do 'fôlego curto' da economia brasileira. **G1**, São Paulo, mar. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/03/conheca-cinco-causas-do-folego-curto-da-economia-brasileira.html>. Acesso em: 12.07.2022.

ELEUTÉRIO, J. A.; SOUZA JÚNIOR, M. de; MESQUITA, L. A. de O. O legado do Projeto São José para desenvolvimento sustentável no Ceará. p. 103-109. **Cadernos do Observatório**/Prefeitura Municipal de Fortaleza. v. 8, n. 8. Fortaleza: Iplanfor, 2020.

FINO, C. N. FAQs, a etnografia e observação participante. **Revista Europeia de Prática de Educação**, nº 3, 2003. Disponível em: <http://www3.uma.pt/carlosfino/publicacoes/20.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2016.

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS – Funceme. **Meio ambiente: tipos climáticos**. Ceará: IPECE, 207. Escala 1:25 000, 2007. 1 mapa. Disponível em: [http://ainfo.cnptia.embrapa.bvr/digital/bitstream/item/18267/1/Biodiversidade\\_Caatinga\\_parte2.pdf](http://ainfo.cnptia.embrapa.bvr/digital/bitstream/item/18267/1/Biodiversidade_Caatinga_parte2.pdf). Acesso em: 13.07.2022.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIULIETTI, A. M. [et al.]. Diagnóstico da vegetação nativa do bioma Caatinga. In: SILVA, J. M. C.; TABARELLI, M.; FONSECA, M. T.; LINS, L. V. (Orgs.). **Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação**. p. 48-90. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2004.

HAGUETTE, T. M<sup>a</sup>. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4.ed. Petrópolis: Vozes. 1995.

HOFFMANN, R. Desigualdade e polarização entre empregados na agricultura brasileira: 1992-2007. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 417-428, ago, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Website institucional**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/confest\\_e\\_confega/pesquisa.../281-1.ppt](http://www.ibge.gov.br/confest_e_confega/pesquisa.../281-1.ppt). Acesso em: 16.07.2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese dos indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/liv101459.pdf> Acesso em: 18.07.2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **População:** censo demográfico 2010 – Estados. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ms>. Acesso em: 11.07.2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Mapa de pobreza e desigualdade:** municípios brasileiros 2003 / IBGE [e] Banco Mundial. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Base cartográfica digital.** [Formato *shapefile*]. Florianópolis: IBGE, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – Ipece. **Ceará em Mapas** – caracterização territorial: meio ambiente. Ceará: IPECE, 2007. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/12.htm>. Acesso em: 13.07.2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – Ipece. **Caracterização Territorial:** características geográficas, recursos naturais e meio ambiente. Disponível: [www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara\\_em\\_numeros/2010/territorial/01\\_caract\\_territorial.pdf](http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara_em_numeros/2010/territorial/01_caract_territorial.pdf). Acesso em: 12.07.2022.

LAPASSADE, G. **As Microsociologias.** Série Pesquisa em Educação. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

LAPASSADE, G. **La méthode ethnographique.** 1992. Disponível em: <http://www.vadeker.net/corpus/lapassade/ethngrso.htm>. Acesso em: 18.07.2022.

LAPASSADE, G. **L'Éthnosociologie.** Paris: Méridiens Klincksieck, 1991.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. 2ª ed. São Paulo: EPU, 2013.

MACEDO, R. S. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação.** Brasília: Liber Livro Editora, 2. ed. 2010.

MACEDO, R. S. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação.** 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

MACEDO, R. S.; GALEFFI, D.; PIMENTEL, A. **Um rigor outro:** sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa. Salvador: EDUFBA, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).** 2018. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged>. Acesso em: 16.07.2022.

NETO, R. B. G. O impacto da Covid-19 sobre a economia mundial. *Boletim de Conjuntura*. Ano II. Vol. 2. N°. 5. Boa Vista. Disponível em: <http://ioles.com.br/boca>. Acesso em: 15 Jun. 2020.

O ECONOMISTA. **Eduardo Gianetti sugere mudanças na economia brasileira**. maio/2016.

Disponível em: <http://www.oeconomista.com.br/giannetti>. Acesso em: 12.07.2022.

OLIVEIRA, A. L. G. **“Somos quem podemos ser”**: os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2015. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/20034/1/SomosQuemPodemosSer\\_Oliveira\\_2015.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/20034/1/SomosQuemPodemosSer_Oliveira_2015.pdf). Acesso em: 07.03.2024.

OLIVEIRA, M<sup>a</sup>. M. de. **Como fazer projetos, dissertações e teses**. Recife: Edições Bagaço, 2003.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. de. **Educação no meio rural**: diferenciais entre o rural e o urbano. Texto para discussão. Ipea. Brasília, março de 2021. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10501/1/td\\_2632.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10501/1/td_2632.pdf). Acesso em: 08.03.2024.

RODRIGUES, T. D. de F. F.; OLIVEIRA, G. S. de; SANTOS, J. A. dos. As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. **Revista Prisma**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021.

SOUSA, J. M<sup>a</sup>. Currículos alternativos: um olhar etnográfico. In: **Educação**: textos de intervenção. (p. 13-24). Funchal: O liberal, Lda. 2004.

SOUZA JÚNIOR, M. de.; MESQUITA, L. A. de O.; DINIZ, F. De A.; RIBEIRO, B. N. A. da S. Medidas governamentais de enfrentamento à Covid-19 a partir do Projeto São José III. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 3, n. 3, e337180, 2021.

SPRADLEY, J. **The ethnographic interview**. New York: Holt, Rinehart and Winston. 1979.

STAKE, R. **Qualitative research**: studying how things work. New York: The Guilford Press, 2010.

## APÊNDICE

QUESTIONÁRIO SOBRE A IMPORTÂNCIA E O LEGADO DO ...

<https://docs.google.com/forms/u/0/d/1NFuxEX7phQsYw99ISoH7N...>

### QUESTIONÁRIO SOBRE A IMPORTÂNCIA E O LEGADO DO PROJETO SÃO JOSÉ III COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA O ESTADO DO CEARÁ

Prezado(a) participante/beneficiário(a) do Projeto São José III (PSJ III).

Você está sendo convidado(a) a preencher o questionário anônimo, que faz parte da coleta de dados da pesquisa sobre **"A importância e o legado do Projeto São José como política pública para o Estado do Ceará"** apresentado na sequência, sob execução do pesquisador de Pós Doutorado em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará (UFC) e técnico do PSJ Sr. Moacir de Souza Júnior sob a supervisão do professor pesquisador Sr. Filipe Augusto Xavier Lima.

O objetivo do estudo é compreender a importância do legado do Projeto São José III para o Estado do Ceará no âmbito das políticas públicas.

A participação é voluntária, não sendo necessária sua identificação. Se não quiser participar, apenas saia da página ou não termine de preencher o formulário. Caso você concorde em participar da pesquisa, leia com atenção o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Todas as questões com asterisco (\*) são obrigatórias, mas você é livre para não responder uma questão que eventualmente não se sentir a vontade para respondê-la.

Solicitamos a você que imprima uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde constam as informações do Comitê de Ética, telefone e e-mail dos pesquisadores, a quem você podem solicitar o retorno dos resultados da pesquisa, se desejar.

Abaixo segue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que você beneficiário(a) do PSJ III aceite ou não participar da pesquisa. Caso não quiser participar, simplesmente feche esta página. **Solicitamos que o questionário seja respondido e enviado uma única vez.**

\* Indica uma pergunta obrigatória

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

PROJETO:

**A IMPORTÂNCIA****E O LEGADO DO PROJETO SÃO JOSÉ III COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA O ESTADO DO CEARÁ**

PESQUISADOR

RESPONSÁVEL: **MOACIR DE SOUZA JÚNIOR**

ORIENTADOR:

**PROF. DR. FILIPE AUGUSTO XAVIER**

Endereço:

**Rua Amazonas, 339, Bela Vista,  
Fortaleza-CE, CEP 60441-685**

Telefone:

(85) 997839543 / 34829682

E-mail:

[msjunior0902@gmail.com](mailto:msjunior0902@gmail.com)

Nesta

pesquisa pretendemos investigar o desempenho do Projeto São José III como política pública, bem como a visão dos beneficiários do projeto.

Os

dados serão coletados por meio de questionário através da ferramenta "Google Forms" enviados para os beneficiários do projeto através de link.

Os

participantes que concordarem em participar da pesquisa assinarão o termo de consentimento livre e esclarecido após serem explicados os riscos e benefícios da pesquisa bem como o fato que podem se retirar da pesquisa em qualquer momento e que seus nomes não serão divulgados conforme Resolução CNS nº 466/12.

Embora

em toda pesquisa haja riscos de constrangimento ou invasão de privacidade ao expor questões relativas às práticas de utilização das ferramentas tecnológicas pelos sujeitos que ficarão registradas, estaremos atentos à minimização de tais riscos quando da coleta de dados, proteção e depósito legal dos dados. A pesquisa não oferece benefícios imediatos aos participantes, mas disponibilizamos a consulta para acompanhamento dos informantes sobre o andamento e resultado da pesquisa. Salientamos que ao responder a pesquisa, o sujeito-informante terá a supervisão de um representante da instituição como para garantir a idoneidade da pesquisa, bem como respondê-la sem nenhum problema, se assim o desejarem já que a população a ser pesquisada é maior de idade e pode muito bem responder pelos seus atos e ações.

Após

a análise dos dados, finalização, defesa e aprovação do relatório final do pós-

doutorado,  
será realizada divulgação dos dados colhidos seja por meio eletrônico, impresso e/ou através de congresso, seminário, oficina.

Declaro ter sido informado(a) claramente sobre a finalidade da pesquisa acima:

(1)

Estou ciente que o pesquisador aborda as experiências de minha participação junto ao Projeto São José III;

(2)

Entendo que a minha participação pode implicar em falar de intimidades podendo me recusar a fornecer informações em qualquer momento;

(3)

Declaro ainda que a presente autorização é feita a título gratuito nada devido de ambas as partes;

(4)

Declaro que fui informado(a) de que não será identificado(a), que os riscos de expor a intimidade ou de representar apenas parcialmente as demandas de grupo são menores que os benefícios previstos para o grupo nesta participação em termos de possíveis ações a favor da coletividade;

(5)

Declaro que entendo que em nenhum caso os dados que eu irei informar serão usados em meu prejuízo;

(6)

Reconheço que minha participação livremente nesta pesquisa, apenas para fins previstos neste termo e que tenho a liberdade de recusar a participar e/ou de retirar meu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo pessoal.

Fortaleza-CE.,  
\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2023.

1. Você aceita participar da pesquisa? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim. Vamos lá! *Pular para a pergunta 2*
- Não. *Pular para a seção 14 (Obrigado pela participação.)*

### INICIAR PESQUISA!

2. Nome completo \*

---

3. Idade \*

---

4. Gênero: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Homem cis: se vê como homem
- Mulher cis: se vê como mulher
- Homem trans: nasceu como mulher e se vê como homem
- Mulher trans: nasceu como homem e se vê como mulher
- Travesti: nasceu como homem, mas se entende como uma figura feminina
- Não-binário: não se limita como homem ou mulher
- Prefiro não responder
- Não sei responder

5. Sua cor ou raça é: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Branca
- Preta
- Amarela
- Parda
- Indígena

6. Escolaridade: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Alfabetizado(a)
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Não sabe ler e nem escrever

7. Como você se classifica quanto à questão do grupo à qual pertence: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Agricultores e agricultoras familiares
- Indígenas
- Quilombolas
- Cigano(a)s
- Extrativistas
- Pescadores e pescadoras artesanais
- Pertencentes à comunidade de terreiro
- Ribeirinho(a)s
- Assentado(a)s da reforma agrária
- Movimento dos atingidos por barragem
- Outro: \_\_\_\_\_

8. CPF: \*

\_\_\_\_\_

9. E-mail:

\_\_\_\_\_

10. Seu WhatsApp: \*

\_\_\_\_\_

**11. Município onde reside: \***

*Marcar apenas uma oval.*

- Abaiara
- Acarape
- Acaraú
- Acopiara
- Aiuaba
- Alcântaras
- Altaneira
- Alto Santo
- Amontada
- Antonina do Norte
- Apuiarés
- Aquiraz
- Aracati
- Aracoiaba
- Ararendá
- Araripe
- Aratuba
- Arneiroz
- Assaré
- Aurora
- Baixio
- Banabuiú
- Barbalha
- Barreira
- Barro
- Barroquinha
- Baturité
- Beberibe
- Bela Cruz
- Boa Viagem
- Brejo Santo

- Camocim
- Campos Sales
- Canindé
- Capistrano
- Caridade
- Cariré
- Caririaçu
- Cariús
- Carnaubal
- Cascavel
- Catarina
- Catunda
- Caucaia
- Cedro
- Chaval
- Choró
- Chorozinho
- Coreaú
- Crateús
- Crato
- Croatá
- Cruz
- Deputado Irapuan Pinheiro
- Ereré
- Eusébio
- Farias Brito
- Forquilha
- Fortaleza
- Fortim
- Frecheirinha
- General Sampaio
- Graça
- Granja
- Granjeiro

- Groaíras
- Guaiúba
- Guaraciaba do Norte
- Guaramiranga
- Hidrolândia
- Horizonte
- Ibaretama
- Ibiapina
- Ibicuitinga
- Icapuí
- Icó
- Iguatu
- Independência
- Ipaporanga
- Ipaumirim
- Ipu
- Ipueiras
- Iracema
- Irauçuba
- Itaiçaba
- Itaitinga
- Itapajé
- Itapipoca
- Itapiúna
- Itarema
- Itatira
- Jaguaretama
- Jaguaribara
- Jaguaribe
- Jaguaruana
- Jardim
- Jati
- Jijoca de Jericoacoara
- Juazeiro do Norte

- Jucás
- Lavras da Mangabeira
- Limoeiro do Norte
- Madalena
- Maracanaú
- Maranguape
- Marco
- Martinópolis
- Massapê
- Mauriti
- Meruoca
- Milagres
- Milhã
- Miraíma
- Missão Velha
- Mombaça
- Monsenhor Tabosa
- Morada Nova
- Moraújo
- Morrinhos
- Mucambo
- Mulungu
- Nova Olinda
- Nova Russas
- Novo Oriente
- Ocara
- Orós
- Pacajus
- Pacatuba
- Pacoti
- Pacujá
- Palhano
- Palmácia
- Paracuru

- Paraipaba
- Parambu
- Paramoti
- Pedra Branca
- Penaforte
- Pentecoste
- Pereiro
- Pindoretama
- Piquet Carneiro
- Pires Ferreira
- Poranga
- Porteiras
- Potengi
- Potiretama
- Quiterianópolis
- Quixadá
- Quixelô
- Quixeramobim
- Quixeré
- Redenção
- Reriutaba
- Russas
- Saboeiro
- Salitre
- Santa Quitéria
- Santana do Acaraú
- Santana do Cariri
- São Benedito
- São Gonçalo do Amarante
- São João do Jaguaribe
- São Luís do Curu
- Senador Pompeu
- Senador Sá
- Sobral

- Solonópole
- Tabuleiro do Norte
- Tamboril
- Tarrafas
- Tauá
- Tejuçuoca
- Tianguá
- Trairi
- Tururu
- Ubajara
- Umari
- Umirim
- Uruburetama
- Uruoca
- Varjota
- Várzea Alegre
- Viçosa do Ceará

12. Qual sua comunidade? \*

\_\_\_\_\_

13. Qual o nome da associação que representa o projeto em que você é beneficiário? \*

\_\_\_\_\_

**BENEFÍCIO PROJETO SÃO JOSÉ III (PSJ III)**

**14. Que tipo de benefício você foi contemplado no PSJ III? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- Financiamento para produção  
*Pular para a seção 14 (Obrigado pela participação.)*
- Prefiro não responder *Pular para a pergunta 36*
- Não sei responder *Pular para a pergunta 36*

*Pular para a pergunta 36*

**PRODUTIVO****15. Qual a cadeia produtiva em que você atua:**

*Marcar apenas uma oval.*

- Apicultura
- Avicultura
- Bovinocultura
- Cajucultura
- Carcinicultura
- Cocoicultura
- Comercialização
- Fruticultura
- Horticultura
- Mandiocultura
- Ovinocaprino
- Piscicultura
- Piscicultura e carcinicultura
- Produção de alimentos
- Sementes
- Turismo comunitário

16. Qual o tipo de empreendimento recebido por você:

*Marcar apenas uma oval.*

- Agroindústria polpa de frutas
- Agroindústria polpa de frutas e orgânicos
- Áreas de cultivo
- Agroindústria beneficiamento mandioca
- Agroindústria polpa e panificação
- Agroindústria processamento coco babaçu
- Casa de farinha
- Central de comercialização
- Casa de sementes
- Cozinha industrial
- Equipamentos
- Horticultura
- Ovinocaprino
- Pesca artesanal
- Pesca em cativeiro
- Produção de aves e galinhas caipiras
- Produção de camarão
- Produção de leite bovino
- Produção de peixes e camarões
- Pousada comunitária
- Processamento amêndoas
- Processamento amêndoas e polpas
- Produção de coco
- Produção de mel
- Queijaria

17. Como você classificaria a qualidade do empreendimento recebido? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Excelente
- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim
- Prefiro não responder
- Não sei responder

18. Como você classificaria a atuação da equipe técnica da UGP/PSJ III na implantação do seu projeto. \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Excelente
- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim
- Prefiro não responder
- Não sei responder

19. Para você, ocorreu atraso na implementação de seu projeto? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim *Pular para a pergunta 20*
- Não *Pular para a pergunta 21*
- Parcialmente *Pular para a pergunta 20*
- Prefiro não responder *Pular para a pergunta 21*
- Não sei responder *Pular para a pergunta 21*

## SE SIM OU PARCIALMENTE

20. Se você assinalou SIM ou PARCIALMENTE, assinale a resposta que mais lhe convém: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Burocracia no processo de implementação
- Tempo muito cumprido até finalizar a implementação
- Falta de documentos a serem enviados (exemplo: licença ambiental)
- Não realização da contrapartida pelo beneficiário
- Outro: \_\_\_\_\_

*Pular para a pergunta 21*

## TRANSFORMAÇÃO DE VIDA

21. Houve aumento de produção? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Continua igual
- Prefiro não responder
- Não sei responder

22. Você conseguiu acessar novos mercados para seus produtos? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Continua igual
- Prefiro não responder
- Não sei responder

23. Em relação a sua renda houve melhoria? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Continua igual
- Rendimento caiu
- Não sei responder
- Prefiro não responder

24. No que diz respeito a sua associação, você acha que ela se encontra mais fortalecida? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Talvez
- Continua igual
- Prefiro não responder
- Não sei responder

25. Você conseguiu acessar novos conhecimentos que foram bons para sua produção e sua vida? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Talvez
- Continua igual
- Prefiro não responder
- Não sei responder

26. Em se tratando de práticas agrícolas houve mudanças nessas práticas? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Talvez
- Continua igual
- Prefiro não responder
- Não sei responder

#### OBJETIVOS PROPOSTOS

27. O empreendimento está atendendo aos objetivos propostos

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Prefiro não responder
- Não sei responder

*Pular para a pergunta 36*

#### SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO

28. Como você classificaria a qualidade do sistema de abastecimento e/ou saneamento (água + banheiro) recebido \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Excelente  
 Ótimo  
 Bom  
 Regular  
 Ruim  
 Prefiro não responder  
 Não sei responder

29. Como você classificaria a atuação da equipe técnica da UGP/PSJ III na implantação do sistema de abastecimento de água e/ou saneamento rural (água + banheiro). \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Excelente  
 Ótimo  
 Bom  
 Regular  
 Ruim  
 Prefiro não responder  
 Não sei responder

30. Para você, ocorreu atraso na implantação do sistema de abastecimento de água e saneamento rural (água + banheiro)? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim *Pular para a pergunta 31*
- Não *Pular para a pergunta 32*
- Parcialmente *Pular para a pergunta 31*
- Prefiro não responder *Pular para a pergunta 32*
- Não sei responder *Pular para a pergunta 32*

#### **SE SIM OU PARCIALMENTE**

31. Se você assinalou SIM ou PARCIALMENTE, assinale a resposta que mais lhe convém:

*Marcar apenas uma oval.*

- Burocracia no processo de implantação dos sistema de abastecimento de água e saneamento (água + banheiro)
- Tempo muito longo até finalizar a implantação
- Falta de documentos a serem enviados (exemplo: licença ambiental)
- Não realização de contrapartida pelo beneficiário
- Outro: \_\_\_\_\_

*Pular para a pergunta 32*

#### **OBJETIVOS PROPOSTOS**

32. O sistema de abastecimento de água e saneamento (água + banheiro) está atendendo aos objetivos propostos

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Prefiro não responder
- Não sei responder

*Pular para a pergunta 33*

### **TRANSFORMAÇÃO DE VIDA**

33. Você acredita que com a implantação do sistema de abastecimento de água e saneamento rural seu tempo para fazer outras atividades melhorou?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Talvez
- Continua igual
- Prefiro não responder
- Não sei responder

34. Você acha que a implantação do sistema de abastecimento de água e saneamento rural melhorou sua vida e da sua família?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não  
 Talvez  
 Continua igual  
 Prefiro não responder  
 Não sei responder

35. Você acredita que após a implantação do sistema de abastecimento de água e saneamento rural (água + banheiro) houve melhora no processo saúde/doença?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não  
 Parcialmente  
 Prefiro não responder  
 Não sei responder

*Pular para a pergunta 36*

### Informações gerais sobre política pública e o PSJ III

As

políticas são denominadas "públicas" porque devem atingir o público. O governo tem a responsabilidade de garantir que essas políticas beneficiem efetivamente todas as camadas da população. Elas são consequências de demandas apresentadas pela sociedade, nas mais diversas áreas. Sendo assim, podemos afirmar que políticas públicas é "o Estado em ação", ou seja, é quando o Estado implanta projetos de governo, por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade, no nosso caso na área de agricultura familiar, sistema de abastecimento de água e saneamento rural. De maneira simplificada, políticas públicas são: "Tudo o que um governo decide fazer, faz ou deixa de fazer em relação às necessidades dos cidadãos".

36. Após ter lido acima o conceito sobre política pública, no qual o Projeto São José III atuou e levou até você beneficiário, escolha o item que mais se aproxima com o seu entendimento sobre política pública realizada pelo PSJ. OBS: Escolha um único item. \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Favorece ações positivas na minha comunidade
- Ajudam a buscar soluções para a minha comunidade
- São programas realizados pelo governo
- Ajuda o povo do campo a melhorar sua vida
- Outro: \_\_\_\_\_

37. Como você classificaria a atuação do PSJ III no estado do Ceará \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Excelente
- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim
- Prefiro não responder
- Não sei responder

38. Qual a maior contribuição do PSJ III para você enquanto beneficiário do projeto? \*

*Marque todas que se aplicam.*

- Melhorar o acesso dos produtores da agricultura familiar a mercados dinâmicos e possibilitar uma fonte de renda
- Apoiar os esforços do estado para universalizar o acesso a serviços ligados a água e ao saneamento, em comunidades rurais
- Promover o fortalecimento do conhecimento junto às organizações da agricultura familiar através da realização de capacitações
- Melhorar a qualidade de vida da população rural
- Preservação ambiental do recurso hídrico (água)
- Outro: \_\_\_\_\_

39. Qual a maior dificuldade do PSJ III para você enquanto beneficiário? \*

*Marque todas que se aplicam.*

- Promover acesso de parceiros institucionais juntos as associações/comunidades no sentido de promover desenvolvimento rural
- Burocracia (exemplo: documentação, licitação etc.)
- Comercialização
- Destinação dos resíduos sólidos produzidos na comunidade
- Fonte de água
- Qualidade água
- Outro: \_\_\_\_\_

40. Qual seu entendimento sobre a atuação do PSJ III ao longo dos 30 anos de sua história como política de desenvolvimento rural para o estado do Ceará?

---

---

---

---

---

Obrigado pela participação.

---

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários



EDITORA IN VIVO



Instagram



**Juntos Somos +**